

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Eubia Andréa Rodrigues

“REDE URBANA DO AMAZONAS: TEFÉ COMO CIDADE MÉDIA DE
RESPONSABILIDADE TERRITORIAL NA CALHA DO MÉDIO SOLIMÕES”

MANAUS

2011

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Eubia Andréa Rodrigues

“REDE URBANA DO AMAZONAS: TEFÉ COMO CIDADE MÉDIA DE
RESPONSABILIDADE TERRITORIAL NA CALHA DO MÉDIO SOLIMÕES”

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Amazonas, como parte dos requisitos para obtenção do Título de Mestre em Geografia, com orientação da Prof^a. Dra. Tatiana Schor, linha de pesquisa: Território, Espaço e Cultura na Amazônia.

MANAUS

2011

Eubia Andréa Rodrigues

“REDE URBANA DO AMAZONAS: TEFÉ COMO CIDADE MÉDIA DE
RESPONSABILIDADE TERRITORIAL NA CALHA DO MÉDIO SOLIMÕES”

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Amazonas – UFAM. Área de concentração: Território, Espaço e Cultura na Amazônia.

Banca examinadora:

Prof^a. Dr^a. Tatiana Schor
(Presidente e Orientadora/PPG/GEOG – UFAM)

Prof. Dr. Nelcionei José de Souza Araújo
(Membro Titular/ UFAM/DEGEO)

Prof^a. Dr^a. Paola Verri de Santana
(Membro Suplente/UFAM/DEGEO)

Ficha Catalográfica
(Catalogação realizada pela Biblioteca Central da UFAM)

R696r Rodrigues, Eubia Andréa

“Rede urbana do Amazonas: Tefé como cidade média de responsabilidade territorial na calha do Médio Solimões” / Eubia Andréa Rodrigues.- Manaus: UFAM, 2011.

133f.; il. color.

Dissertação (Mestrado em Geografia) — Universidade Federal do Amazonas, 2011.

Orientadora: Profª Drª Tatiana Schor

1. Planejamento urbano – Tefé (AM) 2. Urbanização - Tefé (AM) 3. Crescimento urbano - Tefé (AM) 4. Tefé (AM) - Condições econômicas I. Schor, Tatiana (Orient.) II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

CDU(1997) 711.4(811.3)(043.3)



Ata da Defesa Pública da Dissertação de Mestrado da Senhora **EUBIA ANDREIA RODRIGUES**, aluna do Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal do Amazonas, área de concentração em **Amazônia: Território e Ambiente**, realizada no dia **15 de março de 2011**.

Aos quinze dias do mês de março de 2011, às 10:00 horas, na Sala de Aula Audiovisual do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Amazonas, realizou-se a Defesa Pública da Dissertação de Mestrado, intitulada **"REDE URBANA NO AMAZONAS: TEFÉ COMO CIDADE MEDIA DE RESPONSABILIDADE TERRITORIAL NA CALHA DO MEDIO SOLIMÕES"**, sob orientação da Professora Doutora **TATIANA SCHOR (UFAM/DEGEO)**, da aluna **EUBIA ANDREIA RODRIGUES**, em conformidade com o Art. 83 do Regimento Geral de Pós-Graduação da Universidade Federal do Amazonas, como parte final de seu trabalho para a obtenção do grau de **MESTRE EM GEOGRAFIA**, área de concentração em **AMAZÔNIA: TERRITÓRIO E AMBIENTE**. A Comissão Julgadora foi constituída pelos seguintes membros: Professora Doutora **TATIANA SCHOR (Orientadora/Presidente (UFAM/DEGEO))**, Professora Doutora **PAOLA VERRI DE SANTANA (UFAM/DEGEO)** e o Professor Doutor **NELCIONEY JOSÉ DE SOUZA ARAÚJO (UFAM/DEGEO)**, a Presidente da Comissão Julgadora deu início à sessão convidando os membros da Comissão Julgadora e a Mestranda a tomarem seus lugares. Em seguida, a Senhora Presidente informou sobre o procedimento do exame. A palavra foi facultada a Mestranda para apresentar uma síntese do seu estudo e responder às perguntas formuladas pelos membros da Comissão Julgadora. Após a apresentação e arguição pelos membros da Comissão Julgadora, esta se reuniu onde decidiu, por unanimidade, que a aluna foi **"APROVADA"**. A sessão foi encerrada. Eu, Tatiana Schor, Vice-Coordenadora do PPG-GEOG, lavrei a presente ata, que vai assinada por mim, pelos membros da Comissão Julgadora e pela Mestranda. Manaus (AM), 15 de março de 2011.

Comissão Julgadora	Rubrica	Conceito
<i>Profa. Dra. Tatiana Schor</i> Orientadora/Presidente (UFAM/DEGEO)		"Aprovada"
<i>Profa. Dra. Paola Verrí de Santana</i> Membro (UFAM)		"Aprovada"
<i>Prof. Dr. Nelcioney José de Souza Araújo</i> Membro (UFAM/DEGEO)		"Aprovada"
 <i>Eubia Andreia Rodrigues</i> Mestranda		
	<i>Prof. Dra. Tatiana Schor</i> Vice-Coordenadora do Programa	

Dedicatória

*Em memória de minha mãe pelo amor
carinho e estímulos oferecidos, dedico-lhe essa
conquista como gratidão.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela vida e aos meus filhos, Máximo Alfonso e Luiz Felipe, pelo apoio e por compreenderem os momentos de minha ausência em suas vidas. Pelos amigos que contribuíram com as discussões e informações referentes a cidade de Tefé, particularmente, Anelória Gadelha, pelas leituras dispensadas dos artigos e textos, além das discussões sobre a cultura tefeense, Roberto da Silveira pelas informações sobre a história comercial do município, Kátia Porto e Maria Eliane Feitosa pelas discussões acerca da ciência geográfica desenvolvida no CEST-UEA. Aos colegas da segunda turma do mestrado pelo companheirismo durante esta caminhada. À professora e orientadora Tatiana Schor e ao professor José Aldemir de Oliveira, que nas oportunidades de encontros em Tefé me direcionaram para a carreira acadêmica, priorizando a importância da formação de professores no interior do Estado. Ao Bispo de Prelazia de Tefé, D. Sérgio, pela abertura e acesso ao acervo histórico do Seminário São José. As instituições públicas e privadas pelas informações necessárias para o desenvolvimento do trabalho. Aos pesquisadores do NEPECAB, que a partir de suas pesquisas e estudos, proporcionaram uma discussão teórico-metodológica sobre as categorias da Geografia. Agradeço também a FAPEAM por ter criado o Programa de Interiorização concedendo bolsas para formação profissional do interior do Estado, desta forma contribuindo com a logística para a pesquisa de campo. À Coordenação do Programa de Pós Graduação em Geografia da UFAM, do período de 2008 à 2010, pela compreensão dispensada aos motivos que me levaram a pedir prorrogação do prazo para a defesa final. Enfim, agradeço a todos que de alguma forma contribuíram para a finalização deste trabalho.

RESUMO

As sociedades contemporâneas são caracterizadas por alguns autores como “sociedade em rede”, configurando um espaço interconectado e integrado, além de desigual, frente ao desenvolvimento técnico-científico, mas mesmo assim organizado em rede. Essa desigualdade implica em uma hierarquização, que por sua vez define o papel das cidades na rede. Na Amazônia Brasileira esta desigualdade consolida determinados aspectos da rede urbana, adequando-se, ou não, aos novos circuitos da economia. A rede urbana do rio Solimões no Amazonas apresenta desigualdades profundas, e é nela que surgem cidades com características específicas. Tefé, cidade escolhida para realizar este estudo, é uma delas. A cidade de Tefé vem (re) produzindo seu espaço em função das novas perspectivas da urbanização acompanhando o crescimento urbano do Brasil. Existem diversos estudos que visam caracterizar a rede urbana Brasileira. Os estudos do IBGE e de grupos de pesquisas tais como o ReCiMe e o NEPECAB, trazem algumas perspectivas analíticas que são debatidas no decorrer deste estudo. Dentre estas ressaltamos a do NEPECAB que caracteriza Tefé como “cidade média de responsabilidade territorial”. O termo responsabilidade territorial aplicado à cidade indica uma dinâmica particular na rede urbana. É através desta cidade que um determinado trecho da rede urbana é mantido coeso e a vida da e na cidade é preservada. A idéia de que uma cidade tem responsabilidade (funcional, infra-estrutural, étnica, ética) sobre um determinado território ou região, (geográfico e político) mereceu um aprofundamento teórico e metodológico. Neste sentido, procurou-se tecer algumas considerações sobre região, destacando a centralidade de Tefé na rede urbana do rio Solimões, ou seja, na região oeste da calha do Médio Solimões-Amazonas, compreendendo a funcionalidade, em especial da rede comercial (produção e circulação de mercadorias), que a cidade exerce. Para tal e com objetivo esclarecer a função de Tefé na rede urbana do Médio Solimões-Amazonas, a investigação se desenvolveu por meio de levantamentos documentais históricos visando comparar a cidade do passado com a atual, realizou um série de levantamentos em campo que tornasse possível entender a atual dinâmica desta cidade nesta rede. Com o estudo de caso de Tefé surgiram algumas reflexões que buscam aprofundar as discussões sobre cidade de responsabilidade territorial, rede urbana, além de região, centralidade e cidades médias no Amazonas, na Amazônia e no Brasil, contribuindo para o debate na geografia urbana e econômica e por fim da sociedade em rede.

Palavras-chave: Rede Urbana; Cidade Média de Responsabilidade Territorial; ReCiMe;

NEPECAB;Tefé; Amazonas.

ABSTRACT

Societies today are characterized by some authors as “network society”, organizing an interconnected and integrated space, but also unequal, especially in terms of technical and scientific development. This inequality implies a hierarchy, which in turn defines the role of cities in the network. This inequality in the Brazilian Amazon consolidates certain aspects of the urban network, adapting, or not, to the new circuits of the economy. The urban network along the river Solimões in the Amazon presents these characteristics. Tefé, a city located along the Solimões river, was chosen for this study, due to its hierarchical characteristics in the region. The city of Tefé (re) produces its space in the context of the growing urbanization of Brazil. There are several studies that characterize the Brazilian urban network, IBGE and some research groups such as ReCiMe and NEPECAB, bring analytical perspectives that are discussed throughout this study. Among these we highlight the features that NEPECAB qualifies Tefé as "city of territorial responsibility." The term territorial responsibility applied to a city indicates a particular dynamic in the urban network. It is through this city that a certain portion of the urban network is held together and the life of the city and is preserved. The idea that a city has responsibility (functional, infrastructure, ethnic, ethical) over a given territory or region (geographical and political) merits a theoretical and methodological discussion. In this sense, we tried to make a few remarks about the region, stressing the centrality of the urban network of Tefé in the western region of the Amazon, including functionality, especially the commercial network (production and transport of commodities). For this purpose and in order to clarify the role of Tefé in the urban network along the Solimões River, the research has developed through surveys of historical documents aiming to compare the city's past with the present, conducted a series of field surveys that made it possible to understand the current dynamics of this city in the network. With Tefé as a case study some considerations emerged that seek to deepen the discussions on city of territorial responsibility, urban network, region, and medium sized cities in the Amazon and in Brazil, contributing to the debate in urban and economic geography and finally the network society.

Key-Words: Urban network; City of territorial responsibility; ReCiMe; NEPECAB; Tefé Amazonas

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Centro Antigo da cidade de Tefé.....	34
Figura 2 – Usina Elétrica – 1934 – 1995.....	37
Figura 3 – Ruas: Olavo Bilac e Marechal Deodoro em dois momentos.....	39
Figura 4 – Esquema de Regionalização do espaço.....	45
Figura 5 – Geomorfologia da Amazônia.....	61
Figura 6 – Diagrama da Hierarquia dos centros urbanos REGIC.....	70
Figura 7 – Rede urbana do Brasil 2007.....	71
Figura 8 – Região de influência e centros urbanos do Amazonas...72	
Figura 9 – Localização dos Flutuantes no Lago de Tefé.....	85
Figura 10 – Espacialização das lojas de material de construção em Tefé.....	87
Figura 11 – Vista aérea do Igarapé Xidarini e Lago de Tefé.....	105
Figura 12 – Zoneamento da área urbana de Tefé.....	106

LISTA DE TABELA

Tabela 1 – Grupos de variáveis do RECIME.....	67
Tabela 2 – Hierarquização dos centros urbanos do Brasil.....	69
Tabela 3 – Arranjos Institucionais do NEPECAB.....	75
Tabela 4 – Classificação e tipologia urbana para as cidades do Amazonas.....	76
Tabela 5 – Cadastro Central de Empresas (IBGE) – 2008.....	81
Tabela 6 – Repasses Municipais de Tefé.....	88
Tabela 7 – Atividades primárias.....	89
Tabela 8 – Utilização da terra.....	90
Tabela 9 – Pecuária.....	92
Tabela 10 – Extração Vegetal e Silvicultura.....	93
Tabela 11 – Produção do pirarucu no Amazonas.....	97
Tabela 12 – PIB 2008 – Tefé.....	98
Tabela 13 – Aspecto populacional de Tefé.....	100
Tabela 14 – Situação domiciliar do censo 2010.....	101

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Localização da área de estudo.....	21
Mapa 2 – Extensão territorial de Tefé até 1981.....	23
Mapa 3 – Divisão do Amazonas em Microrregiões.....	55
Mapa 4 – Divisão do Amazonas em Meso regiões.....	55
Mapa 5 – Divisão Regional do CIAMA.....	60

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACAR	Associação de Crédito e Assistência Rural
CAMTEL	CAMTEL telecomunicações LTDA
CIAMA	Companhia de Desenvolvimento do Estado do Amazonas
CIANÊ	Companhia Nacional de Estamparia
CIEX	Comércio e Indústria de Exportação
CNG	Conselho Nacional de Geografia.
CODEAMA	Comissão de Desenvolvimento do Estado do Amazonas.
DETRAN-AM	Departamento de Trânsito do Amazonas
EMADE	Empresa Amazonense de Dendê
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
FPM	Fundo de Participação dos Municípios
FUNASA	Fundação Nacional de Saúde
IDAM	Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Amazonas
IPI	Imposto sobre Produtos Industrializados
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
IPVA	Imposto sobre Propriedades de Veículos Automotores
IBAMA	Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos aturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INFRAERO	Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária.
NEPECAB	Núcleo de Estudos e Pesquisa das Cidades da Amazônia Brasileira.
PROCANSI	Produtores de Cana de Açúcar do Santo Isidoro Tefé-AM
RICO	Rico Linhas Aéreas
ReCiMe	Rede de Pesquisadores sobre Cidades
REGIC	Regiões de Influência das Cidades
SEPLAN-AM	Secretaria de Planejamento Econômico do Amazonas
SOCFINCO	Socfinco do Brasil Agro Indústria e Representação Ltda.
SUDAM	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
TABA	Transporte Aéreo da Bacia Amazônica
TRIP	TRIP Linhas Aéreas Brasil
UEA	Universidade do Estado do Amazonas
VARIG	Viação Aérea Rio Grandense

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
CAPÍTULO 1 – Geohistória de Médio Solimões: de Ega à Tefé.....	20
1.1 Historia Econômica de Tefé.....	26
CAPÍTULO 2 – Configuração regional do Médio Solimões-Amazonas.....	43
2.1 Construindo a região do Médio Solimões-Amazonas.....	43
2.2 Divisão regional do Brasil: breve histórico.....	49
2.3 Propostas de regionalização do Amazonas.....	54
CAPÍTULO 3 – Propostas de uma tipologia urbana.....	64
3.1 Bases metodológicas do: REGIC, ReCiMe e NEPECAB.....	64
3.2 O que é “responsabilidade territorial”?.....	73
3.3 A caracterização geográfica de Tefé.....	77
3.3.1 Reprodução socioeconômica do espaço tefeense.....	78
CAPÍTULO 4 – Rede urbana: uma dinâmica comercial na calha do	
Solimões.....	109
4.1 A rede comercial e rede urbana de Tefé.....	115
4.2 Tefé como a “cidade média de responsabilidade territorial”.....	123
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	128
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	131

INTRODUÇÃO

As sociedades hoje estão conectadas caracterizando o que Corrêa (1989) identifica como “organização em rede”, seja uma rede política, econômica, de comunicação, transporte. Esse momento também é denominado por Santos e Silveira (2008) de “período técnico-científico-informacional” onde “... mudou o modo de inserção dos cientistas e técnicos na sociedade; agora eles se tornaram agentes econômicos diretos. A força do capital na atualidade encontra-se no monopólio do conhecimento e da informação” (OLIVEIRA, 1999 p.64), fortalecendo o que Castells (2001) denomina de “sociedade em rede”, configurando um espaço mais interconectado e integrado, além de desigual, frente ao desenvolvimento técnico-científico, mas mesmo assim organizado em rede. Essa desigualdade proporciona uma hierarquização que define o papel das cidades na rede. É nesta discussão que surge Tefé.

Sendo um dos municípios mais centrais do Amazonas, está localizado geograficamente entre as coordenadas de 03° 15' 39" a 05° 34' 22" de latitude Sul e 64° 04' 12" a 68° 58' 32" de longitude oeste possuindo um extensão territorial de, aproximadamente, 23.704km², estando sua sede municipal, com o mesmo nome, assentada na margem direita da foz represada do rio Tefé, que deságua no lago de Tefé. A cidade, ao longo dos anos, vem (re) produzindo seu espaço, em função das novas perspectivas da urbanização acompanhando o crescimento urbano do Brasil. Embora esse processo esteja acontecendo gradativamente, é perceptível que as cidades, particularmente, as da calha do Solimões-Amazonas, estão inseridas na análise deste fenômeno que tem se acelerado e constituído uma nova forma de organização espacial. Isto ocorre porque as cidades estão mais próximas uma das outras em consequência da articulação e da função que cada uma desempenha, seja a nível local, regional e global.

É dentro desta perspectiva que se desenvolveu o trabalho, com o objetivo de esclarecer, através das investigações, a função de Tefé na rede urbana do Médio Solimões-Amazonas, para a tipificá-la de “cidade média de responsabilidade territorial. A investigação, para uma análise mais consistente, se desenvolveu de

forma mais pontual, ou seja, foi necessário sair em busca de subsídios históricos e compará-los com os atuais, acreditando que isso implicaria na elaboração de uma caracterização mais regional, das cidades do Amazonas.

Para a análise histórica, não resistimos de caminhar em direção a fatos que pudessem contribuir com mais eficácia, para o nosso trabalho, esses fatos foram relatados por pessoas que, com certeza, contribuíram diretamente para a reprodução do espaço tefeense. Iremos identificá-los como contadores de histórias, pois através deles, percebemos o quanto a cidade se transformou. Para alguns foi muito bom, mas para outros, este crescimento só trouxe saudosismo de momentos, em que o encontro na praça, depois da celebração da missa, era a melhor coisa do mundo, sem falar ainda nos bailes, promovido pelo único clube da cidade (Humaitá), mas não descartam a importância dos serviços que hoje a cidade oferece.

Juntar os fatos históricos relatados e os escritos, com a pesquisa de campo foi fundamental para entender a propositura dos pesquisadores do NEPECAB. O acesso ao Acervo Histórico do Seminário São José e ao acervo do Movimento de Educação de Base (MEB), proporcionou um momento de descoberta, de uma história que nós desconhecíamos. Os fatos escritos foram tão importantes quanto os contados, serviram para fundamentar, algumas contradições que foram percebidas ao longo das conversas.

Este trabalho de consultas e conversa ocorreu ao longo de dez meses, sendo entrelaçado, por outras pesquisas desenvolvidas em conjunto com os acadêmicos da Universidade do Estado do Amazonas (UEA), do curso de Geografia e Pedagogia. Por fazer parte do grupo de docentes da universidade, desenvolvemos trabalhos, nos últimos cinco anos, voltados pra analisar a produção do urbano na cidade de Tefé. Através de pesquisas em grupos, foi feito um levantamento sobre a cidade sugerindo um roteiro de pesquisa e divisão do trabalho, ao final da atividade, os resultados foram confrontados. O roteiro foi elaborado em conjunto onde os pontos abordados foram: a evolução histórica e os aspectos fisiográficos de Tefé, fazer uma representação das desigualdades socioespaciais, identificação da qualidade do espaço vivido e a relação de Tefé com as cidades vizinhas. Essas pesquisas nortearam todo o trabalho e projetaram desejos, frustrações e

perspectivas, de pessoas que mesmo morando na cidade desconheciam os problemas e anseios da população.

Culminado com a pesquisa desenvolvida pelos alunos da UEA, em 2008, foi articulado um levantamento de dados com os pesquisadores do NEPECAB, para a então proposta de uma tipologia regional das cidades da calha do Solimões-Amazonas. Neste levantamento foram identificados os arranjos institucionais que a cidade disponibiliza para a população local e cidades ao entorno. Observamos que existe uma relação muito intensa e estreita entre Tefé e as cidades vizinhas, por falta de alguns equipamentos, intensificando o fluxo nesta região.

Com a colaboração dessas pesquisas e levantamentos de dados, juntamos material e informações que subsidiassem a proposta do projeto de pesquisa, para então recorrer à produções bibliográficas que viabilizassem um estudo teórico-metodológico para o desenvolvimento da dissertação, acreditando que é necessário sim, fazer um estudo particularizado, para entender as inquietações do mundo atualmente.

O estudo teórico-metodológico pautou-se em analisar o que as instituições têm produzido para a explicação do acelerado processo de urbanização do Brasil e como o espaço brasileiro vem se organizando a longo deste processo. Então se partiu de uma análise mais geral, para então definir de forma mais particular, a atuação das cidades, neste estudo as cidades do Amazonas, particularmente Tefé.

Primeiramente, houve a necessidade de recorrer aos estudos que o IBGE vem desenvolvendo, ao longo das últimas quatro décadas, sobre a organização do espaço urbano do Brasil. Neste período, a instituição vem publicando resultados de pesquisas que demonstram o dinamismo do processo urbano, através da Regiões de Influência das Cidades (REGIC). Esta publicação proporciona uma análise mais geral e esclarece os pontos de investigação para a elaboração de uma proposta que demonstra como as cidades brasileiras estão agrupadas. Na publicação de 2007 o IBGE priorizou pontos essenciais para a reformulação das propostas anteriores. As prioridades relacionavam-se a um estudo mais sistematizado sobre gestão de território, ligação entre as cidades e dimensão da região. Partindo desta análise elaborou uma proposta de hierarquização dos centros urbanos e sua área de

influência, nesta organização Tefé se consagra como um centro sub-regional de nível A, com uma grande influência no oeste do Médio Solimões.

Ao identificar Tefé como um centro sub-regional, foi necessário sair em busca de informações sobre qual a função deste centro, ou seja, em que categoria urbana a cidade se assemelha. Para esta discussão priorizamos os estudos elaborados por Maria da Encarnação Beltrão Sposito, articulados em uma rede de pesquisadores que tem por finalidade estudar somente o comportamento das cidades médias, e sua função na organização do espaço urbano brasileiro. Este grupo definiu um conjunto de variáveis agrupadas em diferentes eixos temáticos, agregando um número expressivo de profissionais em diferentes áreas de pesquisa da ciência geográfica, que foram aplicados em diferentes cidades brasileiras. Inicialmente as cidades do Amazonas não foram escolhidas, no rol do que definiram sobre cidade média.

Somente depois do entrecruzamento de atividades voltadas para a questão urbana, e percebendo a expansão da discussão, hoje as cidades de Tefé e Parintins compõem o quadro estudado pela rede (ReCiMe) coordenada por Sposito.

Antes mesmo que o ReCiMe constituísse suas bases de estudos, a Universidade Federal do Amazonas já vinha desenvolvendo pesquisas e estudos sobre o processo de urbanização na Amazônia. Estas atividades estão atreladas ao Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre as Cidades da Amazônia Brasileira (NEPECAB), coordenado pelo Prof. Dr. José Aldemir de Oliveira, tendo como um dos seus objetivos estudar todas as cidades da calha do Solimões-Amazonas, analisando o papel que cada uma desempenha na rede urbana. As pesquisas e coletas de dados são realizadas periodicamente, para analisar a evolução do processo urbano. Dentro desta perspectiva, foi elaborada uma tipologia para as cidades da calha. E Tefé é caracterizada como “cidade média de responsabilidade territorial”. O núcleo priorizou um estudo sistematizado dos arranjos institucionais e as relações entre os diferentes lugares a partir dos fixos e fluxos.

Em síntese, foi necessário fazer um levantamento bibliográfico sobre a história econômica da cidade de Tefé, além da própria geografia econômica, visitando literaturas tradicionais para verificar quais conceitos ou categorias, dentro da Geografia Econômica, que viabilizariam o desenvolvimento do estudo, quais

métodos de pesquisa mais usuais, quais dados que seriam levantados, além de como seriam organizados. Houve a necessidade de fazer uma analogia com as literaturas mais modernas, verificando como os conceitos se articulam e se deferem das análises tradicionais, além da realização de um levantamento bibliográfico e documental acerca da história comercial e econômica com ênfase nas atividades urbanas de Tefé, analisando os dados sobre a Associação Comercial, e, bibliografias que tratam deste tema sobre Tefé em bases de dissertações e teses, além de informações através da história oral, com pessoas importantes que desenvolveram ou ajudaram de alguma forma com o crescimento da economia de Tefé, seja produzindo, comercializando ou até mesmo consumindo. As conversas foram de fundamental importância para o entendimento da dinâmica econômica da cidade com o interior do município e com os municípios vizinhos.

Ao analisar todos os dados percebe-se que Tefé caracteriza-se como um espaço social produzido a partir da integração sócio-ambiental, além da articulação espacial. Apresenta especificidades e particularidades que a tornam diferente, e é nesta diferença que a articulação se desenvolve, proporcionando uma integração mais coesa, fortalecendo sua centralidade. Esta diferença também é proporcionada pelo desenvolvimento técnico-científico, como descrevem Santos e Silveira (2008), pois ao mesmo tempo em que o espaço passa a ser mais integrado há a promoção de uma desigualdade que proporciona ao homem uma transformação política, econômica e social, onde este homem como trabalhador começa a adequar-se as novas estruturas organizacionais produzidas e reproduzidas pelo capitalismo.

O termo responsabilidade territorial aplicado à cidade indica uma dinâmica particular na rede urbana. É através desta cidade que um determinado trecho da rede urbana é mantido coeso e a vida da e na cidade é preservada. A ideia de que uma cidade tem responsabilidade (funcional, infra-estrutural, étnica, ética) sobre um determinado território ou região, (geográfico e político) merece um aprofundamento teórico e metodológico. Neste sentido, procurou-se tecer algumas considerações sobre região, destacando a centralidade de Tefé na rede urbana do rio Solimões, ou seja, na região oeste da calha do Médio Solimões-Amazonas, compreendendo a funcionalidade, em especial da rede comercial (produção e circulação de mercadorias), que a cidade exerce. Com estas reflexões buscou-se aprofundar as

discussões sobre região, centralidade, rede urbana e cidades médias no Amazonas, na Amazônia e no Brasil.

Pode-se dizer que nos dias atuais, uma nova realidade traz consigo uma enorme renovação de organização geográfica da sociedade, apoiada nas relações e conteúdos novos do mundo globalizado (Moreira, 2006). Diante disso, a proposta elaborada pelo NEPECAB, só fortalece a centralidade de Tefé, transformando-a em um importante “nó” na rede urbana regional.

1 . Geohistória do Médio Solimões: de Ega a Tefé

*“Audaz, desbravador num sonho ousado!
Vencendo as selvas e os rios do passado.
Em dia festival, na terra tropical,
Desembarcou plantando aqui seu lar com fé.
Assim nasceu do esforço sobre-humano,
A velha Ega em solo americano,
Nasceste, assim, Tefé, rincão do meu amor
Que eu amo com fervor!”.*

Padre Manuel Cauper

Neste capítulo será recuperada a geohistória de Tefé, na medida em que acreditamos que sua análise é fundamental para o entendimento da cidade como um “entrepasto comercial”, fortalecendo sua característica de “cidade média de responsabilidade territorial”, proposta pelos pesquisadores do NEPECAB.

Para entender a consolidação de Tefé como entreposto comercial, que fortalece sua característica de cidade central, na região oeste do Médio Solimões, é necessário recorrer a sua geohistória, uma vez que o termo está sendo empregado em função de uma análise histórica dentro de um espaço que foi se transformando ao longo dos tempos em função das relações socioeconômicas e territoriais.

Inicialmente o termo “geohistória” foi muito utilizado por geólogos, que usavam para falar da história da terra, expurgando homens e mulheres e suas relações com o meio, ou seja, tinha um cunho puramente natural. Portanto, em consequência da exclusão das relações humanas, não definidas no conceito geológico da Geohistória é que Fernand Braudel (1949) reivindicou um novo conceito de cunho mais geográfico. A Geohistória surge por Braudel com uma fundamentação mais lablacheana, que segundo Lemes (2000), era imprescindível uma história que precisava posicionar-se ante a morfologia social de Durkheim e a própria geografia que todos os historiadores precisavam aprender como prefácio necessário às obras de erudição histórica. A Geografia, na virada do século XIX para o XX vivia uma turbulência quanto as suas categorias, vivia um impasse de redefinições das ciências humanas, e a História passava por um novo estágio, surgindo uma história mais científica questionada pelo próprio Braudel, até Marx, neste momento, oferecia um modelo voltado para produção e reprodução da vida material (materialismo histórico), fomentando que as relações humanas transformam o espaço e este vai se transformando dependendo do tempo (LEMES, 2000). Com todas essas mudanças conceitual-metodológicas a Geohistória surge mostrando que

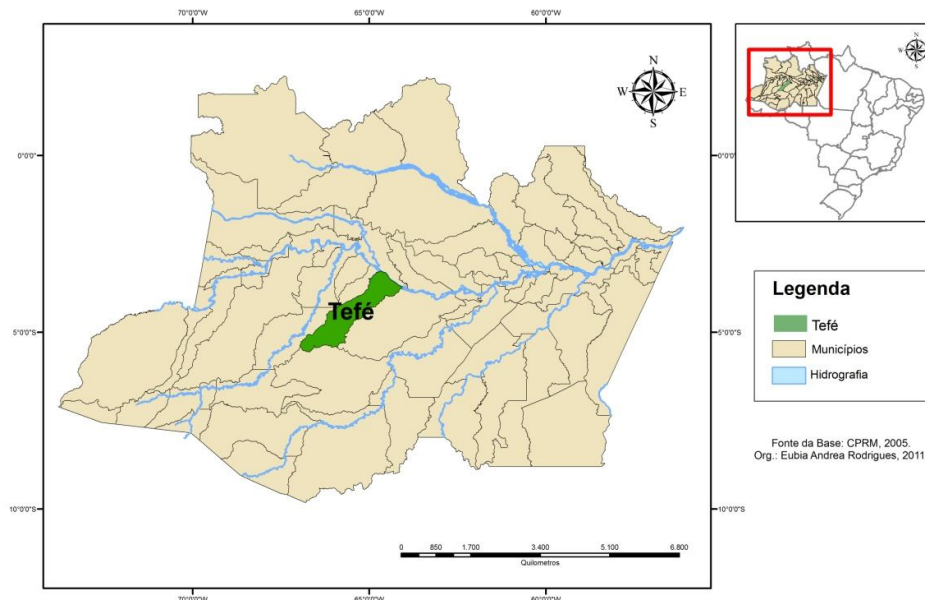
os elementos geográficos são tão históricos quanto os elementos políticos, sociais, naturais, econômicos.

Há a necessidade de entender o processo de ocupação e delimitação territorial de Tefé, destacando os fatores que contribuíram para sua configuração, e sua importância como centro sub-regional (REGIC, 2007), seja, do Triângulo Jutai/Solimões/Juruá, ou da Microrregião de Tefé ou, simplesmente, da região da calha do Médio Solimões-Amazonas, pois é na terceira divisão que se efetivará a discussão, considerando que os pesquisadores do NEPECAB utilizam esta área para desenvolverem as pesquisas e análise do processo de urbanização, no Amazonas.

O município de Tefé está localizado na região fisiográfica do Solimões-Tefé e se apresenta como um dos municípios mais centrais do estado do Amazonas, como demonstra o mapa 1, sendo que a sede (com o mesmo nome) localiza-se na margem direita, no sentido foz/nascente, do Lago de Tefé. Sua história, porém, começa por volta de 1686 e 1688, com a chegada à região, a serviço da Coroa espanhola, o padre austríaco Samuel Fritz, que juntamente, com outros expedicionários, fundaram várias aldeias no Rio Solimões, quando desciam de Quito (SOUZA, 1989).

Mapa 1

Localização da Área de Estudo - Município de Tefé, AM



Durante esse processo histórico de ocupação do Amazonas, aconteceram vários confrontos entre os expedicionários portugueses e espanhóis, que segundo os escritos de Samuel Fritz, só ocorreram devido às invasões portuguesas que ultrapassaram as terras que eram dos espanhóis, invalidando o Tratado de Tordesilhas.

Em 1757, o então ministro português, Marquês de Pombal, ao tomar conhecimento dos confrontos e divisões territoriais, decretou a Lei de 6 de junho de 1757 que determinava: a expulsão dos espanhóis desse território; Elevar à Vila e Lugar as aldeias catequizadas, de acordo com o número de pessoas existentes; Dar nomes de origem portuguesa às Vilas e Lugares elevados; Nomear um Diretor a cada Vila e um Administrador a cada Lugar”(SOUZA, 1989: P. 14). Dado os acontecimentos e as distâncias, a Lei só chegou à região em 1759, quando a missão foi elevada à vila recebendo o nome de Ega. Portanto esses episódios marcam o início do processo de expansão e delimitação do espaço que corresponde ao município de Tefé.

O nome Tefé é originário, segundo historiadores, do Tapi ou Tapé, derivação de uma extinta tribo de índios Tupébas ou Tapibas e que desta grafia – Tapi ou Tapé surgiu o nome Tefé (RIBEIRO, 1996).

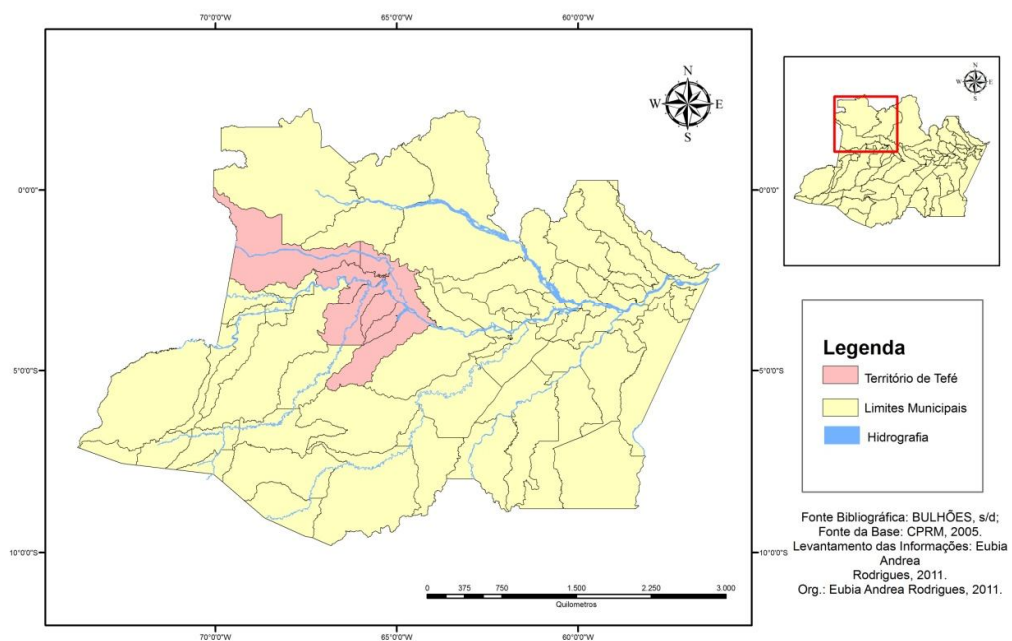
No século XVIII, Tefé possuía uma área aproximada de 500.000km² (área municipal), fato este que comprova a sua importância estratégica para a delimitação das fronteiras entre o Brasil, Colômbia e Peru. Essa questão de limites relaciona-se ao processo de expansão das terras brasileiras, pois os acordos e tratados entre Portugal e Espanha (Tratado de Madri-1750 e Santo Idelfonso-1777), não definiria a posse das terras do norte brasileiro, uma vez que Ega foi sede dos Comissários dos dois países. Esta área possuía uma extensão de terras de difícil administração e controle que por forças das leis governamentais, inicia o processo de desmembramento em 1848, com Coari. Os maiores desmembramentos ocorreram no início do século XX, com a criação dos municípios de Maraã, Japurá, Juruá, Fonte Boa, Uarini e Alvarães, explicitado no mapa 2.

A centralidade de Tefé, na calha do Médio Solimões-Amazonas, se confirma, não só em função do entreposto em que a cidade se transformou, mas principalmente, na posição estratégica que se configurou a questão geopolítica do Brasil. A disputa por Tefé, entre Portugal e Espanha, durante o período colonial, consolida a importância que a cidade teve e tem, no cenário estadual e nacional.

Esta importância está aliada a três motivos: primeiro a sua localização na calha do rio principal, ou seja, na foz represada do rio Tefé, na margem direita do rio Solimões-Amazonas, apresentando um porto próximo da principal artéria fluvial amazônica, segundo, a cidade está situada em uma posição intermediária entre as fronteiras do Pará, da Colômbia e da Venezuela, tendo acesso ao controle da circulação, por último localiza-se próximo a confluência dos rios Japurá e Juruá com o rio Solimões e se distanciando um pouco, do rio Jutai, caracterizando-se desde o passado como um entreposto de abastecimento nas artérias fluviais acima citadas (SOUZA, 1989).

Mapa 2

Território do Município de Tefé até 1981 (BULHÕES, s/d)



Conclui-se que a extensão territorial dificultaria a administração visto que as terras se estendiam de Tabatinga a Coari, se constituindo município de Tefé, povoados como: São Francisco Xavier de Tabatinga, São Paulo dos Cambebas, Nossa Senhora de Guadalupe, Meneruá, Suassutuba, São Francisco dos Omáguas, Tefé dos Axiuaris, Coari e outros (PESSOA,2007), cada um possuía

administração própria e que posteriormente, transformar-se-iam e municípios. Fato este que foi se concretizando, a partir das leis, atos, emendas.¹

Portanto, este desmembramento privilegiou a posição geográfica e a atuação da cidade frente às cidades vizinhas, que juntamente, formaram a região do Médio Solimões.

Segundo Augusto Cabrolê (1989), em 1781, os Comissariados de Espanha e Portugal, permaneceram na região até acordarem com o marco no Auaty-Paraná. Com a atuação dos portugueses e espanhóis na Vila de Ega, Dom Frei Caetano Brandão, faz uma descrição durante sua passagem pela cidade, em outubro de 1788, falando da disputa acirrada entre portugueses e espanhóis pela posse das terras onde foi assentada a cidade de Tefé:

[..]Esta Vila, em si mesma pouco considerável, presentemente não deixa de o ser pela união das duas Partidas, Portuguesa e Castellana, que nela residem para o fim da Real Demarcação dos domínios de uma e outra Côroa. Com-tudo, está muito bem situada, ao longo de uma espaçosa baia. Livre de praga. Ar sadio. E fartura de peixe. Conta quatrocentas e tantas almas, índios pela maior parte, sem falar das pessoas pertencentes à Tropa. Algum tempo foi mais populosa, como todas as outras do Rio Solimões; porém, com o serviço da Demarcação, cada dia vão esvaindo sensivelmente; e se a Soberana não dá alguma providência favorável, em pouco tempo ficará tudo deserto [...] (ALBUQUERQUE, 1942:p.4).

Por ser uma área de disputa em função de sua posição geográfica, Tefé foi consolidando a sua centralidade no Amazonas, fato este que sendo comprovado, posteriormente, com a instalação do Comando da Aeronáutica, Marinha e Exército, e principalmente, por se tornar um centro de difusão de conhecimento, além de se tornar parada obrigatória dos expedicionários que desbravavam a Amazônia. Várias

¹ Pelo decreto-lei estadual nº 1186, de 31-12-1943, modificado pelo de nº 1400, de 05-03-1945, o distrito de Caiçara passou a denominar-se Alvarães, Em divisão territorial datada de 1-VII-1950, o município é constituído de 5 distritos: Tefé, Alvarães, Japurá, Juruá e Maraã.

Pela lei estadual nº 96 de 19-03-1955, desmembra do município Tefé os distritos de Japurá, Juruá e Maraã. Ambos elevados à categoria de município. Em divisão territorial datada de 1-VII-1955, o município é constituído de 2 distritos Tefé e Alvarães. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 1-VII-1960.

Pela lei estadual nº 13, de 15-05-1962, desmembra do município de Tefé o distrito de Alvarães, elevado à categoria de município. Em divisão territorial datada de 31-XII-1963, o município é constituído do distrito sede. Pela lei estadual nº 41, de 24-07-1964, o município de Alvarães é extinto, sendo seu território anexado ao município de Tefé.

Pela lei emenda constitucional datada de 1-I-1979, o município é constituído de 2 distritos: Tefé e Alvarães.

Pela lei emenda constitucional nº 12, de 10-12-1981 (artigo 2º disposições gerais e transitórias). Delimitado pelo decreto estadual nº 6158, de 25-02-1982, desmembra do município do município de Tefé os distritos de Alvarães e Uarini, elevados à categoria de município.

Em divisão territorial, datada de 1-VII-1983, o município é constituído do distrito sede. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 2003.

Ega para Tefé alterado, pela resolução provincial nº 44, de 15-06-1855 (IBGE).

foram as expedições que aportaram na cidade, para a troca de mantimentos e conhecimentos.

Dentre os expedicionários, pode-se destacar a figura dos alemães Spix e Martius, zoólogo e botânico, respectivamente, que estiveram percorrendo o rio Amazonas de Manaus a Tefé, nas primeiras décadas do século XIX. Mesmo realizando seus estudos sobre a flora e a fauna amazônica, descrevem a importância da economia da cidade, relatando que:

Ega é o empório comercial da parte alta do Solimões e de todos seus afluentes. Negociantes ingleses e brasileiros do Pará estabeleceram sucursais aqui, para a venda de mercadorias européias e para a compra, em primeira mão, dos produtos locais. Encontram-se aqui as mercadorias de maior procura [...], em quantidade e variedade suficiente. [...] Os artigos naturais que seguem rio abaixo, vindos de Ega [...] A maioria desses produtos vem do Solimões e do Japurá; poucos são os que saem do Tefé, cujas margens são relativamente pobres (*apud* RIBEIRO, 1996:p.66-67).

Além dos alemães, chegou a Ega em 1826 permanecendo durante dois dias, o francês Alcides Dessalines D'Orbigny, a serviço do Museu de História Natural de Paris, fazendo uma inferência sobre a importância de Tefé, nesta região:

Ega é uma das localidades mais importantes daquela zona. Entrepósito comercial para todo o Solimões Superior e seus diversos afluentes, é bastante bem sortida de mercadorias da Europa [...] (*apud* RIBEIRO, 1996: p.80).

Henry W. Bates em seu livro “Um naturalista no rio Amazonas”, nos quatro últimos capítulos, descreve a sua aventura na região do Médio e Alto Amazonas, com destaque a sua passagem em Vila de Ega. Ao fazer uma descrição de todo seu percurso, vai abstraído todo o conhecimento da riqueza natural e humana que a região oferece, além de perceber o posicionamento de Ega em relação às cidades do Alto Solimões. Argumenta que “ao desembarcar em Barra [...] se destinava para Ega, a única cidade de certa importância que existia nas vastas e desoladas regiões do Solimões”(1918: p. 191).

Portanto, esses argumentos fortalecem a qualidade de Tefé, como uma cidade pólo, na região oeste do Médio Solimões, com certa influência, no Alto Solimões.

Quando D'Orbigny destaca a importância comercial de Tefé para todo o Solimões Superior e seus afluentes, percebe-se uma configuração regional, a partir da centralidade que Tefé exerce. Sua característica de centro, só torna-se possível,

em consequência da produção externa, tanto das Vilas em seu entorno, quanto da Europa. Spix e Martius, relatam que os produtos naturais comercializados em Ega, são provenientes de outros lugares, e essa sua característica comercial se estende até hoje. Essa centralidade é fundamental nas questões político-administrativa e judiciária (*apud* RIBEIRO, 1996).

Em consequência dos motivos citados, houve a necessidade de assegurar Tefé, como peça chave na administração política do Amazonas, que ora possuía autonomia política, ora era dirigida por Manaus. Para ilustrar esse fato recorre-se ao Decreto 05/06/1842 que dá a autonomia política para Tefé, mas que em 1843 volta a ser dirigida por Manaus. Então somente em 19 de março de 1855, foi instalada definitivamente a Comarca do Solimões com sede em Tefé e tendo como o primeiro Juiz o Bacharel Félix Gomes do Rego. Portanto de 1759 até o advento do período republicano, a região inicialmente, foi administrada por Diretores religiosos e Juizes administrativos, então qualquer atuação judiciária teria que ser solucionada ou não por Tefé, considerando que esta foi a primeira Comarca fundada na região oeste do Médio Solimões. Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, o município é constituído do distrito sede. Desde essa data, Tefé, vai sendo desmembrado, em outras novas jurisdições ficando com uma área de apenas 22.704km² ², demonstrado na figura 1.

1.1 História Econômica de Tefé

Foi imprescindível analisar os documentos dos historiadores, geógrafos e naturalista e confrontá-los com as histórias relatadas pelos antigos moradores da cidade, para entender que as pessoas que estiveram na cidade de Tefé, durante estes mais de três séculos, sempre descreveram sobre a importância que teve e tem na região do Médio Solimões. Sua importância estratégica e econômica, sempre a colocou em destaque no Amazonas. Portanto, os fatores econômicos, ligados

² Nos quadros de apuração do recenseamento geral de 1-IX-1920, o município é constituído de 7 distritos Tefé, Caimbé, Caiçara, Uarini, Jubará, Santa Fé de Japurá e Jauatô. Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o município é constituído do distrito sede, sendo que os distritos passaram a fazer parte do distrito sede município de Tefé, como zona administrativa. Assim permanecendo em divisão territoriais datadas de 31-XII-1936 e 31-XII-1937.

Pelo decreto-lei estadual nº 176, de 01-12-1938, são criados os distritos de Caiçara desmembrado do distrito de Tefé e do distrito de Fonte Boa e Maraã desmembrado do distrito de Tefé. Sob a mesma lei são criados os distritos de Japurá e Juruá. No quadro fixado para vigorar no período de 1939-1943, o município é constituído de 5 distritos: Tefé, Caiçara, Maraã, Japurá e Juruá.

diretamente ao comércio serão analisados para fomentar o desenvolvimento do trabalho, partindo de uma discussão acerca de sua formação territorial, para em seguida detalharmos a função econômica que Tefé exerce hoje, resultante do processo histórico, que a consolidou como um empório comercial.

De acordo com os relatos descritos do Padre Manoel Rebouças de Albuquerque, a fundação de Tefé, ocorreu em 1718, realizada por Frei André da Costa, depois de várias lutas, vitórias e derrotas entre expedicionários portugueses e espanhóis, a partir da transferência do lugar de assentamento da cidade. Embora tenham dados históricos sobre a fundação da cidade por Samuel Fritz, a serviço da coroa espanhola, estes revelam que não houve uma nomeação, pois o objetivo do padre seria chegar a “Bôca do Rio Negro” e posteriormente à Belém do Pará e, neste percurso, teria fundado várias missões dando posse das terras para a coroa espanhola, como descreve Albuquerque:

Entre os anos de 1686 e 1688, o P. Samuel Fritz, famoso jesuíta austríaco a serviço da Espanha e um dos maiores missionários do Novo Mundo, percorreu o espaço compreendido entre a Bôca do Rio Napo e a Bôca do Rio Negro, fundando Missões, que eram confiadas a Jesuítas de domínio da Espanha. Essas missões distavam uma das outras o espaço de um, dois ou três dias, em andamento regular de canoa na descida do rio, ou pouco mais de metade do tempo na descida. (1942, p. 34).

Portanto, há a necessidade de retomarmos a esses dados históricos, para o entendimento da sua formação econômica. Esses fatos levaram a coroa portuguesa a tomar as providências cabíveis para requerer suas terras e assim lutar pelos seus direitos de proprietária. Esta iniciativa levou a destruição de várias missões fundadas pelos espanhóis, a partir da Missão de Tefé, que naquele momento localizava-se na desembocadura do Rio Tefé com o Solimões, como descreve Albuquerque:

Devemos, todavia, esclarecer que esta fundação não se fez no lugar em que actualmente está assentada Tefé, porém mais abaixo, na desembocadura do Rio Tefé no Solimões, no lugar que ainda hoje é conhecido pelo nome de *Tambaqui-paratú* (o que quer dizer “prato de *tambaqui*” e atualmente mudado para Vila Valente, por ter ahi morado e trabalhado o Snr. Antônio Valente [...] (1942, p.38).

Com a destruição, o carmelita Frei André da Costa, reuniu os resquícios da aldeia e os levou, em 1718, para o lugar em que hoje esta assentada a cidade de Tefé, como está descrito no “Diccionario Geográfico” de Milliet de Saint Adolphe e Caetano Lopes de Moura (1863):

EGA. Pequena e antiga vila da província do Pará, na margem direita do Rio Tefé, a 2 léguas do Amazonas, e a 330 com pouca diferença da cidade de Belém[...], o Missionário André da Costa, tendo-se estabelecido naquelas vizinhanças com alguns índios Cocurunas, Jumas, Tamuanas e outros, na ilha chamada dos Veados, levou-os para a aldeia deserta por isso que a terra parecia melhor que a da ilha. A aldeia, de novo povoada, foi elevada a categoria de Vila com o nome d'Ega [...]. Os moradores de seus distritos são índios, que cultivavam os gêneros do país, apanham salsaparrilha, mel, cacau, e pechurim, que trocam pelos objectos de que não mister.

Percebe-se neste momento, que a cidade se estabelecera a partir de uma disputa por questões territoriais e ao mesmo tempo como área de refúgio de possíveis invasões, uma vez que ainda não tinham cessado os conflitos entre as coroas e entre grupos indígenas. Todavia, já se desenvolvia uma prática comercial na vila, a população indígena, realizava um comércio incipiente, considerando que no primeiro momento da ocupação os europeus já realizavam as trocas de produtos manufaturados pelos produtos exóticos da região, adquirindo, então o hábito da troca de produtos por produtos. Esta troca se tornou viável em consequência da atividade extrativa que os indígenas desenvolviam, considerando que está área era engrandecida de fertilidade em seu terreno e recursos que lhe deparavam suas águas e seus bosques, pois já pescavam o pirarucu, manipulavam manteiga de tartaruga e peixe-boi, extraíam salsa, óleo, breu e estopa, apanhavam castanha, cacau em abundância e teciam panos e redes, além da plantação de algodão, café e tabaco em pequena escala. Por esta situação que se torna o entreposto do Rio Japurá (PESSOA, (2007).

Esta prática de produção e comercialização foi resultado da aproximação entre índios e europeus, porém fala-se da abundância de recursos, mas não se tem registro de que Tefé produzia em abundância manteiga de ovos de tartaruga e banha de peixe-boi, pois de acordo com Souza, esta fartura eram vistas nas margens do rio e lago Copacá.(1989). Todavia, os índios já plantavam para seu sustento os tubérculos conhecidos na região (mandioca, cará, macaxeira, taioba, batata-doce), sendo produzidos em grande escala em função da exportação, que intensificou em consequência da busca pelas “drogas do sertão” e captura de indígena para mão-de-obra. Estes relatos antecedem o período de 1759, momento em que Tefé foi nomeada a categoria de Vila de Ega. Porém, enquanto vila é comprovada a existência de uma produção agrícola incipiente, a atividade extrativista, seja ela animal ou vegetal, é desenvolvida nos arredores da região favorecendo Ega como controladora do mercado extrativista. Souza descreve,

ainda, que a madeira de lei comercializada em Tefé era proveniente do rio Uarini, assim como os produtos da extração animal, que provinha do lago Copacá (1989).

A dependência extrativista e agrícola, inicialmente das comunidades ou aldeias vizinhas, foram fortalecendo os laços comerciais, como descreve Spix e Martius (*apud* 1996: p. 38): “[...] outros mandam expedições aos rios Japurá, Içá, Jutai e Javari para mandarem colher os produtos silvestres salsaparrilha, cacau, óleo de copaíba e castanha-do-maranhão³ e enviam para a Vila de Ega”.

Após 1759, com a criação da Paróquia de Santa Teresa D’Ávila e a elevação da Missão à categoria de Vila, várias mudanças ocorreram, principalmente para a melhoria do sítio urbano, pois houve a necessidade de uma transformação, considerando que a vila se encontrava abandonada politicamente, sendo caracterizada como um “burgo pobre”. Essas mudanças ocorreram em função do “Diretório do Índio”, instituído por Marquês de Pombal, que via nas missões, um futuro promissor para a economia portuguesa (PESSOA, 2007: p. 29).

De acordo com Pessoa (2007), ainda no século XVIII, foi incentivada na Vila a plantação de várias espécies, como: jambo, tamarindo, figo, laranja limão, carambola, cidra, abacate, coco da baía e a manga, além das hortas que eram desenvolvidas nos quintais das casas, dando um aspecto de um imenso pomar, onde os homens cuidavam da extração dos produtos da floresta e as mulheres dos afazeres domésticos, além de tomarem conta das hortas e do artesanato de barro e cipó.

Neste período não cessavam os conflitos entre as coroas portuguesa e espanhola, causando um desconforto para os moradores de Ega, que viam a possibilidade de uma invasão pelos espanhóis, motivos que levaram ao abandono de suas produções, principalmente de farinha, e a fuga dos indígenas se perpetuou, dirigindo-os para o interior da floresta. Os que permaneciam na vila eram obrigados a mantê-la limpa, momento em que a economia era acrescida dos tributos descritos pela Carta Régia de 1757, além da produção da manteiga de ovos de tartaruga e banha de peixe-boi, não sendo extraído exclusivamente da vila, tornaram-se produtos de grande valor econômico (SOUZA, 1989).

Embora a Vila parecesse pequena, a sua importância era maior, em consequência da sua localização, no centro das confluências dos rios Tefé, Japurá

³ Mesmo que castanha-do-pará ou castanha-do-Brasil.

e Solimões, tornando-se também o núcleo de povoamento mais intenso no Alto e Médio Solimões, sua localização foi responsável pela intensificação comercial, que de acordo com Pessoa (2007), todos os meses desciam de Ega canoas de vinte e quatro toneladas, dos mais variados produtos com destino à Belém, que de lá provinham açúcar, sal, ferramentas e tecidos.

Esta característica comercial se perpetuou, pois vários outros produtos apareceram no mercado, como descreve Pessoa:

Em Ega, havia vários comerciantes fortes e um deles era o português Cauper, que introduziu na Vila o consumo de biscoito, pães e bolachas. Costumava enviar, como presente às pessoas mais importantes da Vila, caixas de biscoitos. Com o crescimento do comércio, o governador da Capitania mandou instalar na Vila um Posto Fiscal para fazer arrecadação dos impostos. O arroz-branco, a cana-de-açúcar e a pecuária foram introduzidos na Vila pela Companhia Geral do Comércio, em 1755 (2007 :p.42).

A cana-de-açúcar, segundo Pessoa (2007, p.127), foi cultivada nas terras altas as margens do rio Solimões, sendo também testada a produção do café, de forma pontual. O comércio extrativista foi responsável pela evasão dos indígenas da escola, que naquele momento era obrigatório o funcionamento da mesma:

O processo do extrativismo prejudicava o funcionamento das escolas e o plantio da roça de mandioca, porque os índios no verão, de junho até dezembro, iam para as praias fabricar manteiga de ovos de tartaruga, ou para as feitorias, para a pesca do pirarucu, peixe-boi e do boto tucuxi. Já em janeiro, eles eram destacados para os centros da floresta para a coleta da castanha e outros produtos. A Vila ficava quase vazia e pela falta de serem feitas as roças de mandioca, a fome tomava conta e muitos índios morriam nas aldeias por falta de alimentos (PESSOA, 2007: p.127).

Percebe-se que o lucrativo comércio se restringia a uma maior produção com poucas despesas para mão-de-obra na região, se intensificando no século XIX, constituindo-se basicamente, da articulação entre os produtos extrativistas provenientes dos arredores, e os produtos manufaturados oriundos do mercado externo (considerando os produtos manufaturados europeus e nacionais), como cita Orbigny (1853) (*apud* RIBEIRO 1996, p.67) *“Egas est une dès stations les plus importantes de cette zone. Elle est l’entrepôt du commerce avec tout le Solimões supérieur et sés divers affluents”*⁴. Esta articulação entre as áreas extrativistas e o

4 “Egas é uma das estações mais importantes desta zona. Ela é entreposto do comercio com todo Solimões superior e seus afluentes” Tradução da autora.

empório, é desenvolvida por meios dos batelões movidos a remo, onde os regatões e viajantes tornaram-se atores principais desse processo.

Podemos entender que esta economia extrativista, por muito tempo, sustentou o mercado de Ega, mesmo que tenha a proveniência de outros lugares. Foi na vila, que os primeiros habitantes da região viram a prosperidade e a perspectiva de um crescimento econômico. Embora isto tenha mudado no decorrer dos anos, porque a economia desenvolvida pela população local vai sendo acrescida pelos imigrantes, que aos poucos vão consolidando um mercado mais intenso e movimentado, isto ocorre porque a situação política do Brasil vai rumando para uma descentralização e, a ocupação começa a ser feita por migrantes de outras nacionalidades, que não seja portuguesa e espanhola.

Paralelamente, com o extrativismo, a atividade agrícola fluía, não tão intensamente, além é claro, do artesanato desenvolvido pelos indígenas, onde homens e mulheres produziam panelas, jarros e cuias que trocavam com outros gêneros de que precisavam.

Com a elevação da Vila de Ega à categoria de cidade, em 15 de junho de 1855, muitas mudanças foram ocorrendo, principalmente quanto à questão territorial, pois administrativamente, o território de aproximadamente 500.000km², não teria condições de ser controlado pelo governo local, então por determinações das leis governamentais, foram ocorrendo os desmembramentos territoriais, citados anteriormente.

Esta fragmentação territorial foi acompanhada de um crescimento moderado, pois os representantes políticos pouco fizeram para o crescimento econômico e social da cidade, como descreve Souza:

A cidade cresceu lentamente e foi muito notório que sempre e sempre os Intendentes e posteriormente Vereadores foram constantemente opositores aos Administradores, prejudicando planos e trabalhos, com críticas destrutivas, sem idéias formadas o plano (projeto) de atividade (1989, p.47).

Este crescimento urbano moderado está aliado, a construção de oficinas de artes e ofícios como tipografia, encadernação, marcenaria, ferraria, sapataria e pintura, além de um campo de horticultura, contribuindo intensamente com a qualificação da população que buscava na cidade perspectivas de melhores dias vindouros.

A partir da segunda metade do século XIX, a economia regional vê na exploração do látex, a sua efervescência, considerando que a exploração extrativista dos antigos produtos florestais, ou seja, da chamada “drogas do sertão” estava recolhida a algumas áreas, havendo a necessidade de alternativas que viriam deslanchar um crescimento econômico para a região.

Considerando que o látex extraído da seringueira já era um produto conhecido da população indígena, a Amazônia se tornou alvo de especulação e posteriormente, área de atração tanto de brasileiros quanto estrangeiros. Portanto, Tefé não ficou fora desta que se tornaria a principal riqueza econômica da região. Infelizmente a produção não correspondia com os anseios comerciais, como ocorria com a produção da castanha-do-pará, mas teve sua parcela de colaboração.

Tefé pode não ser considerada uma área de extração do látex, mas foi o ponto de referência para o fluxo migratório, para o trabalho da borracha, pois os migrantes chegavam na cidade, nas chatas, e posteriormente eram levados para os seringais do Juruá e Alto Solimões. Portanto, a economia continuou com a extração dos produtos florestais como, a castanha, a borracha, madeira, sorva, couros, peixes, e em menor escala a produção agrícola, com destaque a mandioca, juta, feijão, tabaco, arroz, milho, frutas e hortaliças, trazendo consequências positivas e negativas no comportamento do indivíduo (PESSOA, 2007). Porém a prática agrícola, como ponto positivo, leva o agricultor a aceitar a utilização de técnicas novas, vai se libertando das amarras primitivas. A consequência negativa é verificada na atividade extrativa, onde o povo espera tudo da natureza, pouca iniciativa, comodismo e até fatalismo. Estas duas atividades tornar-se-iam secundárias, ou “acessórias”, como descreve Caio Prado (2004), na história econômica do Brasil. Além de se tornar o grande entreposto comercial, do Médio Solimões, transformou-se, em área de articulação entre os locais produtores do látex e os exportadores.

Pode-se considerar, que tanto o extrativismo como a agricultura, desenvolvidos no município de Tefé, depende de uns poucos produtos, que quando o preço cai ou a produção é consideravelmente reduzida, a população passa pelas maiores privações. Verifica-se, ainda, que quanto às técnicas empregadas, nessas atividades primárias, mesmo com a evolução tecnológica,

são ainda em maior parte primitivas e tradicionais, a não ser que seja para uma produção e larga escala, como o pescado.

Em fins do século XIX, Tefé produzia a castanha-do-pará, isto aliado a produção da borracha, sendo as áreas produtoras: Caiambé, Jutica, Marajó, Catuá, Lago de Tefé, Caiçara, Uarini e Jauató, além da produção de peixe seco, tornou-se centro de produção de couro de porco do mato, vinda do rio Tefé. Havia uma pecuária incipiente, a inexistência de campos naturais sempre foi um obstáculo para esse tipo de atividade, até os dias atuais. A criação de aves domésticas existia em pequena escala, e os canaviais se espalhavam pelas margens do rio Solimões, e áreas de terras-firmes, com a produção de açúcar mascavo, mel de cana, rapadura e aguardente, o açúcar era comercializado na cidade, sem produção de excedente para exportação (PESSOA, 2007).

É interessante destacar, que com a extração do látex, Tefé tornou-se o centro irradiador, pois os centros de extração localizavam-se no Juruá, Japurá, rio Tefé e Jutai, com esta característica tornou-se o centro de atração de imigrantes das mais variadas nacionalidade, como: sírios, libaneses, judeus e portugueses, que se instalaram como comerciantes. A atividade comercial ficou restrita aos imigrantes e seus descendentes, entre eles podemos citar: João Sthephan, Manoel Antônio da Silva Retto, Dílio Bentes Guerreiro, Isaac Ambrósio, Emílio Nogueira Pessoa, Mansur Cheuan, José Hatem.⁵

Além dos migrantes estrangeiros, Tefé recebeu a partir de 1877, um grande contingente populacional do Nordeste. Ao contrário dos estrangeiros, que se instalaram na cidade para o desenvolvimento da prática comercial, os nordestinos se destinavam para o trabalho nos seringais. A introdução nordestina no interior da Amazônia foi viável em função da demanda do mercado externo (Europa e Estados Unidos da América).

Os imigrantes estrangeiros que se instalaram na cidade, além de trabalharem com a atividade comercial, alguns se dedicaram ao ensinamento da arte do comércio. Para exemplificar tem-se a figura de Senhor Hermelindo Contreiras que era ourives e ensinou muitos jovens da cidade a trabalharem nesta

⁵ Dados coletados em pesquisa de campo (06/2010).

arte, que mais tarde todos instalaram suas oficinas, com destaque a figura de Cicerinho Ribeiro.⁶

Figura 1 – Centro da cidade de Tefé – Década e 1930



Fonte: Acervo de fotos do Seminário São José

Havendo a necessidade de expansão das áreas extrativas, que inicialmente ficou restrita à Amazônia Oriental, no período supracitado, vieram milhares de nordestinos para trabalharem nos seringais de Tefé, Juruá, Japurá, Solimões e Acre. Alguns deles fixaram residência na cidade. Devido a dificuldade de acesso aos seringais foi introduzido no comércio o *sistema de aviamento* (será descrito no próximo capítulo, caracterizando a rede comercial).

Paralelamente a essa produção extrativista, a cidade viu crescer o contingente populacional e a necessidade de investimentos na área social. Surgem as primeiras escolas, fundadas pelos Superintendentes e administradas pelos padres Espiritanos. Na primeira década do século XX, a atuação da Igreja Católica, na formação educacional dos filhos de Tefé foi de extrema importância, como descreve Schaeken (2004), em “Tefé, minha saudade”, obra que trata

⁶ Dados coletados em pesquisa de campo (05/2010).

exclusivamente da atuação missionária na Prelazia de Tefé, caracterizando a cidade não só como um grande entreposto comercial, mas também, como lugar de difusão de conhecimentos, nesta região. Portanto, nestes primeiros momentos, se tinha a administração apostólica nas mãos do Monsenhor Miguel Alfredo Barrat, que fundou as primeiras escolas, dentre elas o Asilo Orphanológico de Educandos Artífices e Lavradores da Missão, localizada na comunidade da Missão, instituição dirigida pela igreja que tinha como objetivo dar assistência educacional e econômica aos comunitários das vilas vizinhas através dos mais variados cursos que contribuíram para modificar a vida da população local (2004).

Nesta, transformação socioeconômica, é perceptível o desnivelamento social, pois as pessoas que continuam trabalhando com a extração e produção rural dirige-se para o interior e comunidades ribeirinhas, já os comerciantes e pessoas ligadas às atividades administrativas e educacionais, concentram-se na cidade.

Desta forma o trabalhador rural é caracterizado como: seringueiro ou sorveiro, agricultor, pescador, madeireiro ou castanheiro. Sendo, pois o extrativista, o tipo nordestino, recrutado para a extração do látex, sendo seringueiro, sorveiro, pescador ou agricultor, em função da seringa, no sistema de “tôco” ou do arrendatário. O agricultor se estabelece nas margens do Solimões, em terras alheias ou em pequenas propriedades (Solimões e Rio Tefé). Os pescadores da região surgem de acordo com a demanda, a formação da classe apresenta-se em volta de cidades e localidades, no Solimões, Japurá e Tefé (rios). Os madeireiros, em atendimento à demanda da indústria de madeira, formaram-se uma nova classe de trabalhadores rurais, que se concentram nas áreas preferenciais em relação a certas qualidades de madeira de lei. Por último, o castanheiro, se concentram nas poucas áreas de castanhais, particularmente nas cidades de Tefé e Alvarães, e nas terras firmes do Solimões, caracterizada pela relação de produção em regime de dependência: patrão-freguês (PESSOA, 2007).

Nas primeiras décadas do século XX produção da borracha entrou em crise em consequência da plantação do produto nas colônias inglesas, na Ásia, os seringais da região já não conseguiam competir com o novo concorrente, mesmo assim os produtos como a castanha, a juta, a sorva, conseguiram permanecer no mercado local e regional, além dos produtos do extrativismo animal, pois a manteiga retirada dos ovos da tartaruga servia para a iluminação pública da

cidade, sendo que a primeira usina de luz só foi construída em 1930. Dentre esses produtos, a castanha teve um grande destaque, em função das instalações de fábricas em Manaus, que compravam toda a produção, Pessoa (2007) diz que milhares de hectolitros de castanhas saiam por safra que correspondia ao período de dezembro a maio, momento da colheita. As áreas de maior produção, no município, eram: Caiambé, Jutica, Marajó, Jenipaua, Merinim, Centenário, Santo Isidoro, Urinim, Caiçara, Lago de Tefé e Japurá. espacializar estas áreas no lago de Tefe

A produção agrícola, desde o período da primeira colonização, sempre foi incipiente, a produção de excedente não era objetivos dos produtores, uma vez que o extrativismo tornara-se uma atividade promissora. Todos os produtos manufaturados ou industrializados, provenientes de Manaus e Belém do Pará, contribuíram para o desenvolvimento do comércio consolidando a cidade de Tefé como um grande entreposto (PESSOA, 2007).

Somente a partir de 1939, foi que a produção da borracha viu um novo florescimento, onde os seringais voltaram à ativa para abastecer as indústrias bélicas, principalmente, nos Estados Unidos da América. Vieram para Tefé, os “soldados da borracha”, voltando também os grandes comerciantes para suas bases antigas. Segundo Pessoa (2007: 105), já funcionava na cidade três olarias: Missão da Bôca de Tefé, Olaria do Mestre Gabriel e Olaria do Raimundo Vieira. A serralheria do Folfrango. As casas comerciais exportadoras: J. Alves, Hatem e Cia, J Stephan e T. Azevedo.

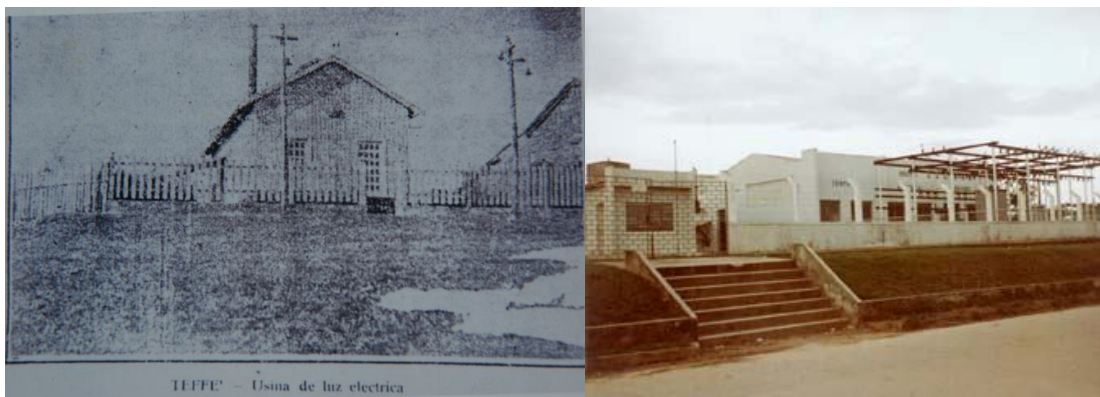
A partir da década de 50, com o objetivo de incentivar a plantação de seringueiras, o Ministério da Agricultura solicitou do governo municipal, na época prefeito o Senhor Cleto Marques Praia, a construção de uma subestação experimental, na cidade de Tefé, loteando uma área localizada na Estrada do Aeroporto, onde foram construídos prédios laboratoriais para orientação de experiências e plantação da seringueira. Esta área ficou conhecida como “Instituto” onde foi construída a base do Instituto Agrônômico do Norte, sob coordenação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), hoje corresponde à área em que esta instalada a Vila Militar da Marinha e do Exército. É importante frisar que as terras cedidas à EMBRAPA, estendiam-se para o interior, estas sendo incorporadas ao Projeto Dendê, já em 1984, onde foi instalada a EMADE (Empresa Amazonense de Dendê), localizada na Barreira da Missão, sendo que as terras

destinadas ao projeto constituíam aproximadamente, 1200 hectares, voltadas para a construção de base científica e produção do dendê (PESSOA, 2007).

Estes incentivos federais para a produção e desenvolvimento, não alcançaram os objetivos propostos, pois a verba destinada para este fim, como sempre, tomou outra direção, ficando a população, principalmente, a rural, empobrecida social e economicamente.

Ao mesmo tempo em que a cidade recebia estes incentivos, os equipamentos urbanos foram sendo instituídos, houve a instalação da usina elétrica, em 1930, passando por melhoramentos nos últimos anos do século XX demonstrado na ilustração 1, o serviço de abastecimento de água, que até 1954 a população servia-se das cacimbas e dos carreiros que colhiam água do lago, somente os padres tinha acesso a um poço. Sendo uma obra do governo do Estado, na administração de Plínio Ramos Coêlho, foi construída a rede de abastecimento de água, que priorizava quem tivesse condições para instalação em suas casas.

Figura 2: Usina Elétrica em dois momentos – 1940 e 1995



Fonte: Acervo Histórico de Seminário São José

As arrecadações tributárias começaram a ser realizadas, ou seja, os serviços de infra-estrutura começam a aparecer e a população começa a pagar, sendo os impostos cobrados desde 1897, que de acordo com Pessoa (2007), foram criados os setores de cobrança de impostos pela Superintendência, pois os setores de cobrança estavam divididos em: do rio Tefé, Bauana e Lago de Tefé; Rio Solimões, de Catuá até Tefé; do Japurá até Pedreiras; do Solimões, de Taititu até Tefé. As canoas dos fiscais eram autorizadas pela Fazenda Municipal, sendo os impostos cobrados em produtos, pois não existiam as coletorias. Era

incumbência do município, fazer a arrecadação e aplicar em melhorias infra-estruturais, para a população (PESSOA, 2007).

Com a criação de um mercado municipal, em 1926, foi criado um projeto de lei permitindo que fosse abatida uma rês por mês, para a carne ser vendida no mercado, pois até então o mercado era abastecido com carne de tartaruga e peixe-boi, além de carne de caça. Houve a necessidade de melhoria neste espaço em consequência do pescado que começou a ser comercializado, mesmo sem um lugar para o armazenamento. Este armazenamento só seria possível com a instalação de um frigorífico no mercado municipal.

Durante o segundo surto da economia gomífera, não parou a chegada de migrantes para a cidade de Tefé. Segundo os relatos, chegaram os portugueses Antônio Fonseca de Pinho e Abel Maria Rodrigues Alves, que juntos fundaram a firma “ABEL e Irmão”, que se dedicou a comercialização da borracha, pirarucu e castanha, tornaram-se os mais prósperos comerciantes da época. Junto com eles, veio também, José Luciano Rodrigues Alves que se dedicou a regatear pelo beiradão, comprando bananas e outros produtos, que com suas economias comprou um boxe no mercado municipal, pondo seus produtos à venda. Mas tarde comprou uma casa de taipa e montou um bar, além de vender picolé, pois possuía uma geladeira a querosene, porém com o passar dos anos, este senhor se transformou no maior comerciante da região, sendo responsável também, pela comercialização da castanha-do-pará⁷, com toda esta efervescência comercial, segundo Souza (1989), nas primeiras décadas do século XX, foram construídas as Coletorias de Rendas Federais, e posteriormente a Coletoria de Rendas do Estado do Amazonas, sendo responsáveis pela arrecadação do município.

As instalações de instituições, como Correios e Telégrafos (ver figura 2 , onde as imagens retratam a evolução da paisagem urbana através dos fixos), IBGE, Fórum de Justiça da Comarca de Tefé, o Posto do SESP (Serviço Social de Saúde Pública), escolas municipais e estaduais, a construção do Hospital São Miguel, todas essas bem feitorias para o município, só contribuíram para que Tefé se consolidasse como uma cidade pólo nesta região do Médio Solimões.

⁷ Dados coletados em pesquisa de campo (05/2010).

Figura 3: Imagens da Rua Olavo Bilac e Marechal Deodoro - 1978 – 2009



FONTE: Acervo Seminário São José

Foi construído o Aeroporto, projeto do Ministério da Aeronáutica, favorecendo o emprego de centenas de trabalhadores, para o desmatamento da área e construção da obra. Em 1962, instalou-se uma agência do Banco do Brasil, que propiciou um financiamento para comerciantes, pequenas empresas e agricultores da cidade de Tefé e municípios vizinhos, com um aumento da produção agrícola e a atividade comercial. Para melhoramento da produção agrícola foi instituída pelo Bispo D. Joaquim de Lange a ACAR (Associação de Crédito e Assistência Rural), sendo mais tarde substituído pela EMATER (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural), com os mesmos objetivos, atuar junto aos agricultores para uma melhor e maior produção, sendo atualmente controlada pelo IDAM (Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Amazonas (PESSOA, 2007).

Na década de 1970, foi instalada a CAMTEL (Companhia Amazonense de Telecomunicações), sendo substituída pela TELAMAZOM (Telecomunicações da Amazônia) e posteriormente pela TELEMAR, esta empresa propiciou uma maior ligação e aproximação entre os lugares, não fisicamente, mas as informações chegaram com maior rapidez, dos mais diversos lugares, as redes de comunicação através da telefonia fixa, interligou e aproximou os mais diversos lugares, seja à

nível regional, nacional e global, considerando que as notícias ou informações só chegavam na região via fluvial e rádio.

Dona Maria Juvenal, nos relatou que quando três de seus filhos foram morar em Manaus, na década de 1970, se comunicava via cartas, que eram enviadas através dos comandantes das embarcações que se dirigiam para Manaus, sendo que na maioria das vezes não era cobrado o serviço, diferente dos Correios, uma vez ou outra retribuía com produtos agrícolas ou extrativistas⁸, este fato retrata o momento em que a economia do Estado do Amazonas crescia em função da implantação da Zona Franca de Manaus, onde a população do interior viu a possibilidade de melhoria, ao se empregar nas fábricas do PIM (Pólo Industrial de Manaus).

Para colaborar com a força financeira e o desenvolvimento econômico do município, foi inaugurada a agência do Banco Brasileiro de Desconto S/A (BRADESCO), pois a partir dele todo o pagamento do funcionalismo estadual no município foi articulado, especialmente na área de Educação e Saúde, pois, professores, enfermeiros médicos e técnicos passaram a receber seus proventos no referido banco, sendo que anteriormente, era realizado pela firma M.A. Cunha Bessa, de propriedade de Dona Áurea Cunha Bessa, nordestina que se instalou e prosperou, na cidade. Além da instalação da Lotérica e da Caixa Econômica Federal, nestes último três anos.⁹

Com as instalações públicas, a presença do Estado tornou-se fundamental, pois o comércio e o funcionalismo público atuam concomitantemente, para o crescimento econômico da cidade.

Na década de 1980, foi instalada a EMADE, com o objetivo de criar fonte alternativa de energia, com a extração do óleo. Foi construída toda uma infraestrutura para o desenvolvimento do projeto, sendo plantada mais de vinte mil árvores, mas por falta de gestão tudo se tornou um engodo. Com este mesmo objetivo, surgiu a SOCFINCO, empresa internacional que tomou posse de terras no Lago de Tefé, com interferências externas o projeto fracassou. (PESSOA, 2007).

Em pleno crescimento socioeconômico, Tefé serviu de atração para várias empresas nacionais e estrangeiras, que tinham sempre o mesmo objetivo. Dentre

⁸ Dados coletados em pesquisa de campo (01/2008).

⁹ Dados coletados em pesquisa de campo (04/2010).

elas, surgiu a CIANE (Companhia Nacional de Estamparia S. A), empresa paulista que se instalou na cidade Tefé, atuando no rio Tefé, pois pretendia criar um centro de reflorestamento. De todas que se instalaram talvez esta que permaneceu por mais tempo de atuação, empregando um contingente razoável, para trabalhar em suas obras. Na cidade localizava-se somente o escritório, sendo que seus funcionários estavam diretamente trabalhando no campo, que distava de 700km da sede do município, o projeto fracassou em consequência da falta de gestão de seus herdeiros (PESSOA, 2007).

Com as instalações das empresas, principalmente a partir da década de 1980, quando ocorreu, a descoberta do petróleo na bacia do Urucu, e que o transporte, inicialmente, foi realizado via Rio Tefé, houve a necessidade de construções de hotéis e pousadas, para os funcionários das “firmas”, que se instalaram na cidade e, o mercado imobiliário foi se articulando, ocorrendo uma grande procura por propriedades e imóveis para as instalações das “firmas” (empresas terceirizadas que atuavam e atuam como gestoras da infra-estrutura da extração mineral, na região). Mesmo com a transferência e a infra-estrutura montada em Coari para transporte do petróleo e gás natural, a cidade foi se expandido horizontalmente, em consequência da instalação da 17ª Brigada de Infantaria de Selva, proveniente do Sul do Brasil, chegando à cidade, aproximadamente cinco mil pessoas, ocorrendo a ocupação e construção de imóveis para o aluguel. Novos hábitos culturais foram introduzidos na cidade, favorecendo aos comerciantes a introduzirem novos produtos nas prateleiras dos supermercados e empregando um maior número de funcionários mais qualificados, pois surgem as compras com cartões de crédito, exigindo uma qualificação de funcionário.

Nos últimos 30 anos a cidade cresceu, se sobrepondo em áreas, que até início do século XX, estava diretamente voltada para a produção rural, como explicita Corrêa (1989), quando fala que a cidade comporta três tipos de crescimento: o populacional, o horizontal e o vertical, e a cidade de Tefé se encaixa nestes três tipos, sendo que a verticalização dos fixo é visível no centro da cidade. Horizontalmente, ocorreu a expansão em consequência da instalação dos Comandos das Forças Armadas, ocupando áreas que até a década de 1980 faziam parte do espaço rural, ocorrendo uma “evolução da mancha urbana” (CARLOS, 2008: p. 149). Este crescimento está diretamente ligado a sua área de influência, na

calha do Médio Solimões, pois o aumento populacional é resultado da migração, seja da região Sul (militares da Santa Maria do Rio Grande do Sul), seja da própria população regional, pois os rapazes não precisavam mais ir à Manaus ou à Tabatinga para fazer o alistamento militar, sendo que a cidade de Tefé começou a oferecer o serviço, permanecendo no local para o cumprimento do serviço militar. Exemplo que fortalece a centralidade, não só comercial, mas geopolítica, na região.

2. Configuração regional do Médio Solimões-Amazonas

Este capítulo aborda uma discussão sobre a produção da região do Médio Solimões no que se alude à inter-relação da cidade de Tefé e as cidades ao seu entorno. Para compreender a centralidade e a influência de Tefé, é necessário delimitar a área e analisar como se desenvolveu o processo de ocupação e a regionalização da Amazônia. É pertinente entender como a categoria referente à organização do espaço foi produzida em diferentes períodos históricos e como esta, mesmo permanecendo, transformou-se ganhando outros conteúdos, se encaixando na organização espacial da Amazônia, e particularmente na amazonense.

Então, deve-se fazer uma análise no processo histórico de ocupação, durante o período colonial, verificando a forma de organização do espaço e expansão da fronteira sendo que toda estrutura desenvolvida na organização do espaço, está relacionada a um modelo exógeno, inicialmente estabelecido pelas metrópoles coloniais (Portugal e Espanha) e posteriormente pelo Estado Nacional e empresas estrangeiras, como descreve Oliveira (2000) sobre a forma como o Estado atua na criação e reestruturação tornando-o gestor e produtor do espaço. Portanto, é necessário discutir a categoria região para o reconhecimento da centralidade e importância da responsabilidade territorial que Tefé exerce no oeste do Médio Solimões.

2.1 Construindo a região do Médio Solimões-Amazonas

A história de ocupação na Amazônia se confunde com a expansão do Mercantilismo europeu, que se consolidou como a principal base político-econômica, que caracterizou a Idade Moderna, em que a atividade comercial tornou-se mais lucrativa. Naquele momento iniciava o segundo processo de ocupação e divisão da América, considerada uma grande região multifacetada, sendo o espaço americano dividido em função do caráter político, vinculado a uma prática hegemônica, que Becker descreve como “instrumento de ação política” (1986, pg. 45), onde a região e o que tudo nela existe, são considerados instrumentos de dominação, que caracteriza o que Johnston define como “soberania territorial” por está vinculado ao (s) Estado(s) (1994: p. 620 *apud* SPOSITO, ano:p.111). Politicamente, naquele momento, a América era um espaço controlado por centros de poder (Portugal e

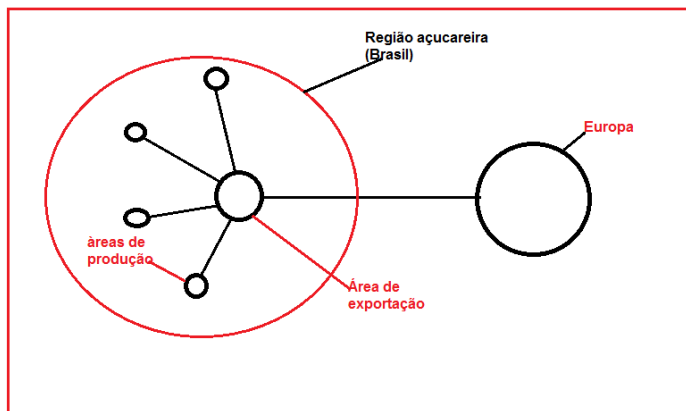
Espanha) e, Nogueira conduz muito bem este argumento quando identifica o espaço como resultado de uma ação política, afirmando que:

Se pretendemos compreender a divisão territorial como resultado das mudanças ocorridas nas reações entre Estado(s) e a(s) sociedade(s), deveremos aceitar como pressuposto que: 1) a divisão de qualquer porção do território denuncia a existência de poderes, pessoas, grupos, instituições que objetivam um controle; 2) que o território, como um lugar das mais diversas práticas sociais, abriga, além do poder, objetos os mais diversos dando um caráter de singularidade aos mesmos, diferenciando-os; 3) que a fronteira, como limite do poder instituído, pode ser criada ou apagada dependendo do poder que ela delimita (aliás, o mercado de um modo geral procura borrá-la e o Estado consolidá-la) (2007, p. 13-14).

Analisando a afirmação de Nogueira, há a necessidade de delimitar a área, não para se entender o espaço como “soberania territorial”, e sim como “um espaço social definido, ocupado e utilizado por diferentes grupos sociais como consequência de sua prática de territorialidade ou campo de força exercitado sobre espaço pelas instituições dominantes” (JOHNSTON: 1994 p.620 *apud* SPOSITO: ano, p. 111), e que cada definição corresponderá a um recorte regional. Portanto, podemos pensar, inicialmente, este recorte espacial (América) como um todo fragmentado, congregado de recortes menores, supostamente chamados de região (América - área de disputa dos europeus; Brasil – domínio português; região açucareira – capitalismo comercial).

A intenção não é substituir o termo região por território, mas vale a pena lembrar que o espaço exemplificado (americano) foi formado por vários territórios sendo articulados hierarquicamente, fortalecendo o conceito mais tradicional da categoria região, na ciência geográfica, pois Santos afirma que, “A região fora, no passado, um sinônimo de territorialidade absoluta de um grupo, através de suas características de identidade, de exclusividade e de limite” (1999), exemplificado na figura 3, onde o espaço brasileiro, até final do século XIX, foi uma exclusividade para economia portuguesa, sendo caracterizada como uma grande região fornecedora de recursos. Todavia, não podemos pensar hoje, em conceituar região com esta mesma conotação. É necessário recorrer às outras perspectivas ou novas abordagens.

Figura 4: Exemplo de uma configuração de região em um conceito mais tradicional.



Organizado por Eubia Andréa Rodrigues - 2011

Neste estudo, região está pautada dentro de uma abordagem da “modernidade radicalizada” (GIDDENS, 1991), onde o Estado não mais determina a configuração espacial com bases em critérios padronizados, que concordando com Ohamae (1996) “a região vê-se revigorada com a perda de poder dos Estados-nações e a consolidação da dinâmica global” (*apud* SPOSITO 2005: p. 18). O termo região perde sua conceituação histórica, de caráter mais homogêneo proveniente do termo “região natural” e, se fortalece a partir de um espaço (local, regional e global), mais articulado e complexo, mais coeso, não sendo “auto-evidente”, como afirma Lencioni, que define “a partir de uma construção mental do pesquisador sendo uma construção intelectual” (1999, p. 127), confirmado por Ohmae (1996: 83-84), quando descreve sobre os “Estados-regiões”, sendo estes

“suficientemente pequenos para seus cidadãos compartilharem de interesses como consumidores, mas de tamanho suficiente para justificar economias não de escala (...) mas de serviços, a saber, a infra-estrutura de comunicação, de transporte e de serviços profissionais essenciais à participação na economia global (*apud* HAESBAERT, 2010: p.75).

Partindo desta análise, surge o oeste do Médio Solimões, tendo como cidade central, Tefé, que exerce uma forte influência sobre as demais cidades desta região, caracterizando o que Sposito (2005: p. 26) denomina de “coesão regional” e Milton Santos chamou de “coesão funcional”, identificada “pelos fluxos econômicos, que mesmo podendo desenvolver relações diretamente do nível local ao global, ainda têm laços com contextos tipicamente regionais ou de meso-escalas” (1999).

Sposito acrescenta ainda que: “Para alguns, a fragmentação sócio-espacial e o aprofundamento das desigualdades, numa malha cada vez mais fina, leva a reconhecer uma coesão espacial ‘regional’ apenas nos níveis menores, ‘locais’(2005: p. 26).

Definir região a partir do seu caráter político, talvez fosse retroceder no debate epistemológico da Geografia. É necessário entender esta categoria da ciência geográfica, como um conceito construído em função de significados e natureza. Portanto, a necessidade de um discurso teórico da categoria região, mais atual, sem as algemas da Geografia tradicional, direcione para uma sistematização mais precisa e entendimento da organização do espaço amazonense, considerando que o presente trabalho, privilegiou uma área que pode ser definida como uma região em consequência da articulação, diferenciação e coesão espaciais. Partindo desse pressuposto, a categoria região, caracteriza a estrutura organizacional do espaço da área em estudo, uma vez que esta vai se transformando em decorrência da utilização do solo e das relações de produção existente. Que se contrapõe ao que Celso Furtado, descreve sobre a regionalização do espaço brasileiro sendo processado em consequência dos ciclos econômicos (2004), onde a “diferenciação de área” é resultado de uma configuração natural aliada a uma produção e utilização do solo. O segundo propicia uma diversidade espacial em função das técnicas empregadas, que, segundo Santos “o objeto técnico define ao mesmo tempo os atores e o espaço” (1996, p. 33).

Isto explica as diferentes áreas que compõe não só o espaço brasileiro, mas particularmente, o amazônico, visto que a utilização do solo e as técnicas empregadas na parte oriental da região são diferentes das empregadas na porção ocidental, tornando o espaço um tanto diverso, desenhando o espaço com que o autor denomina de “ilhas”, onde não há uma articulação. Em contraposição Corrêa descreve sobre regionalização dizendo que, o modo de produção capitalista começou a gerir o espaço de acordo com suas necessidades, e o processo de organização sugere uma simultaneidade de processos de diferenciação e integração (2007).

A diferenciação é percebida mesmo no contexto de região natural (floresta amazônica ≠ caatinga) quanto, no emprego das técnicas para produção e utilização do solo (produção da farinha de mandioca nas comunidades ribeirinhas da

Amazônia – técnicas tradicionais ≠ produção de soja- técnicas modernas), demonstrando uma falta de integração entre os lugares, uma vez que atendem mercados diferenciados, caracterizando a organização do espaço brasileiro, durante o período colonial e imperial.

Até a segunda metade do século XX, o espaço brasileiro tinha a característica de regionalização fragmentada não integrada. Após esse período, surgem as regiões de planejamento, como as áreas de atuação da SUDAM, na Amazônia, e a SUDENE, no Nordeste, de maneira que não sustenta a discussão sobre região neste trabalho. Portanto, é interessante destacar que a conceituação de região é discutida dentro da perspectiva econômica, proporcionada pela função e articulação dos diferentes lugares, configurando o que Lencioni denomina de “cidade-região”, que segundo a autora, essa organização estabelece “as condições gerais indispensáveis à atual reestruturação produtiva”, pois, “as escalas entre o local, o regional e o global se integram de forma anastomosada, ou seja, se unem por meio de complexas e inúmeras ramificações que não estabelecem uma estrutura hierárquica” (2006: p. 74).

É dentro desta perspectiva que chegaremos a Região do Médio Solimões, sendo necessário analisar as propostas estabelecidas para o Brasil, quanto à divisão regional do espaço. O espaço brasileiro foi desenhado em várias divisões ou formas, que se ajustaram ou, teoricamente foram extintas, criadas desde o período colonial, como as capitânicas e províncias (aspecto geopolítico), até aos grandes complexos regionais econômicos, existentes (aspectos econômicos). Portanto, “... falar de região é caminhar em um terreno cheio de labirintos, e de armadilhas epistemológicas” (1992: p. 372), como descreve Paviani, uma vez que as discussões teórico-metodológicas se transformam, diante do conceito polissêmico (HAESBEART, 2010: p. 20-25), que a categoria região apresenta.

O conceito de região pode ser verificado a partir de recortes espaciais com existência de um dinamismo, e complexidades instáveis, considerando que os aspectos, sejam eles, naturais ou humanos, são distintos, e que corporificam um recorte regional. Há de se entender que, hoje, os espaços são organizados a partir de sua funcionalidade. A função de um lugar, cidade, município, estado corporifica a estrutura regional, porém não define região, pois são vários os critérios ou arranjos

analisados, que resultam em uma ou várias definições e o tempo é um fator que contribui para um estudo mais conciso, e nos ajuda a compreender porque a categoria região é alvo de discussão nos debates inerentes a ciência geográfica. Todavia não há conceito definido, acabado. Isso empobreceria sobretudo a nossa forma de agir, porque a sociedade não pode ser entendida ou definida como um único modelo. Os conceitos antigos contemplam alguns elementos que podem e serão utilizados para uma análise regional mais atual.

Com a visão de mundo globalizado, isto implica em novos debates sobre a questão regional, este fenômeno é responsável por se pensar o espaço unificado ou não, e assim elaborar novos conceitos, como afirma Corrêa (1995, p. 7):

As mudanças na organização espacial que a economia mundial primeiramente provocou e que foram aceleradas pela globalização econômica foram, de um modo ou de outro, percebidas pelos geógrafos. Admitimos, em realidade, que os diversos conceitos de região que os geógrafos desenvolveram constituem respostas aos múltiplos ângulos com que eles observaram e observam o mundo real já complexamente fragmentado e articulado. Com a globalização este processo de exercer muitos olhares sobre o espaço do homem foi acentuado... A globalização não elimina a região. Pelo contrário, torna-a mais rica, com mais qualitativos... Torna-a mais persistente e por isso mesmo, fundamental...

Com base nesta afirmação que se processa o estudo da região oeste do Médio Solimões, sendo esta comandada por Tefé, não como uma cidade que domina, mas que viabiliza uma melhor e maior articulação entre os lugares que compõem esta área, formando uma “rede regional” (HAESBAERT, 1997). Quando Haesbaert fala sobre a “rede regional”, ele contribui para o presente discurso, considerando que:

“a região a partir de uma concepção mais estrita, que prioriza os regionalismos e as identidades, também pode partir para novas proposições, seja pelo reconhecimento de ‘novos regionalismos’, de base territorial local, seja pela ênfase ao caráter dinâmico com que estes regionalismos e identidades são difundidos, através de conceitos híbridos como o de ‘rede regional’ (HAESBAERT, 1997) que utilizamos para dar conta dos traços de ‘regionalidade’ (2005, p.27).

2.2.Divisão Regional do Brasil: breve histórico

Para a compreensão do processo de regionalização da Amazônia, é necessário fazer uma viagem de “volta ao passado” econômico do Brasil e entender como se processou a regionalização do espaço brasileiro, partindo da idéia de que a estrutura

regional esteve ligada, inicialmente, às amarras de um conceito mais tradicional de região.

Com a implantação da colonização para fins mercantis, a partir do século XVI, criava-se um sistema de feitorias onde estes teriam que se organizar para a produção de gêneros para o comércio. Para sustentar esta organização seria necessário ocupar as terras descobertas com europeus. Coube aos portugueses, nas terras brasileiras, o direito à exploração e tráfico do pau-brasil, não ocorrendo uma ocupação definitiva, havendo uma pequena alteração na configuração do espaço brasileiro. Somente, a partir de aproximadamente trinta anos após o descobrimento o governo português procurou efetivar a ocupação portuguesa firmando o sistema de capitanias hereditárias e financiando, através de bancos holandeses, capital para o investimento da atividade que se tornaria o primeiro ciclo da economia brasileira: a cultura da cana-de-açúcar (PRADO, 2004).

Inicia-se, portanto, o processo de regionalização do espaço brasileiro considerando que a produção agrícola da cana-de-açúcar foi viável no litoral nordestino, ou seja, nas áreas que correspondem, hoje, ao estado de Pernambuco e ao Recôncavo Baiano. Vale ressaltar que todo o litoral viabilizaria esta produção, contemplado por suas condições naturais. Isso propiciou a introdução do sistema de *plantation*, fazendo com que o pequeno proprietário se excluísse do processo, como ocorre nos dias atuais (PRADO, 2004).

Juntamente com a produção açucareira, surge o que Caio Prado chama de “atividades acessórias”, cujo objetivo é manter o funcionamento da atividade de exportação (2004), caracterizada como uma economia de subsistência, onde existia uma produção em pequena escala de produtos que abasteciam os engenhos, ou que eram cultivados nas próprias terras dos senhores donos de engenho (arroz, milho, feijão, verduras, etc) ou em pequenos núcleos de povoamento. A pecuária é o principal exemplo deste processo. A atividade açucareira impedia o avanço da pecuária para o litoral, uma vez que ocuparia as terras férteis, tornando o interior, principalmente o nordestino, mesmo com todas as intempéries naturais, uma área propícia para a atividade criatória. Com a necessidade de terras para a expansão da criação há um direcionamento para as terras semi-áridas do sertão nordestino, desaparecem os solos férteis, mas surgem ínfimos núcleos de povoamento no

Maranhão e na foz do rio Amazonas. Portanto o território colonial luso-brasileiro se configurou na base fundiária das sesmarias, que posteriormente, se desestruturará em função da concorrência da produção nas Antilhas.

Com a pecuária nova configuração espacial surge e o processo de regionalização vai tomando outra direção, pois uma região se estruturou em decorrência da produção do açúcar e outra foi se moldando a partir da expansão da criação de gado. Com a ocupação e utilização do solo é verificada uma desigualdade regional que vai de encontro ao que Harvey propõe na “Teoria do desenvolvimento regional desigual”, pois visa compreender o funcionamento do capitalismo num âmbito geográfico, apontando como a dinâmica da acumulação do capital pode alterar o espaço e as formas de espacialidades, gerando desigualdades. (2004, p.107).

Com o enfraquecimento do comércio no Oriente, Portugal passa por amargas situações econômico-financeiras, forçando uma migração em massa da população para a colônia, proporcionando um aumento populacional e extensão territorial. Esta situação tende a propagar, em função da descoberta de jazidas de minerais em terras da colônia, sobretudo no século XVIII, impulsionando a política de restrições econômicas e opressões administrativas. A descoberta do ouro fará Portugal se transformar em centro das atenções em relação às outras metrópoles. Quanto às questões geopolíticas, vai se configurando um novo mapa para o Brasil, há o avanço das terras para o centro oeste brasileiro, ultrapassando o limite que se havia estabelecido no Tratado de Tordesilhas. Surge um novo ciclo econômico ocorrendo um desenvolvimento geográfico. Este processo Harvey (2004) considera como fortemente influenciado pela acumulação do capital, pela ação do homem na natureza, pela busca de redução de tempo de giro do capital e pelos conflitos em diferentes escala geográficas.

Com a corrida do ouro, a ocupação vai se intensificando, é percebida a penetração no vale amazônico. A infiltração ocorre pela intrincada rede hidrográfica, inicialmente, feita pela coroa espanhola, e em seguida por Portugal, através de expedições militares e religiosas, a segunda com o objetivo de expulsar os invasores e capturar a mão-de-obra indígena e, a primeira, coube o papel de instalar missões que mais tarde se constituiriam em grandes empresas comerciais, dentre elas

(missões) surge Ega, como centro de troca entre as expedições como descreve Caio Prado:

E assim vai a frota, composta de dezenas de embarcações, navegando rio acima em demanda de pontos favoráveis, às vezes as distâncias enormes da partida. Ega, p.ex., é o lugar de embarque das expedições que exploram os rios Japurá, Içá, Juruá, Jutai e Javari, num raio de centenas de quilômetros (PRADO, 2004: p. 73).

A exploração das “drogas do sertão” pelos missionários e colonos leigos, tornou possível a penetração na extensa região. A agricultura fica em segundo plano, para a economia colonial, até o final do ciclo da mineração, que proporcionou uma expansão para o centro-oeste brasileiro. Outros produtos agrícolas foram sendo introduzido, como o algodão, que dará vida a companhia geral do comércio de Grão Pará e Maranhão, o tabaco, em Minas Gerais, além do arroz e do anil, no Rio de Janeiro e, a própria pecuária que se desenvolve em Minas Gerais com a indústria de laticínios, na primeira metade do século XVIII (PRADO, 2004: p. 85). Quanto à questão espacial, os novos produtos agrícolas, não se estendem além das áreas já ocupadas, mas propiciam a entrada do norte brasileiro na economia internacional, mesmo que em um curto período de tempo.

O produto que tornaria mais uma vez a agricultura uma atividade econômica promissora, foi o café, que na última metade do século XVIII começa a ser cultivado em larga escala, fazendo com que a atividade agrícola ganhe outros espaços. O café quase não contribuiu com a expansão territorial do espaço brasileiro, mas foi destaque na regionalização do espaço, caracterizando a região Sudeste, como palco do comércio externo e da industrialização, além da disputa político-administrativa. É importante destacar que “ocorreu uma mudança na estrutura fundiária: enquanto no passado predominava a grande propriedade, nesta nova fase a economia cafeeira desenvolveu-se em áreas menores” (BRUM, 2005: p. 138). Houve o deslocamento do eixo da economia do Brasil, que antes era o Nordeste, passando para o Centro-Sul.

Paralelamente à economia cafeeira no Sudeste, temos a produção da borracha na Amazônia, aí sim, percebe-se uma expansão e reorganização espacial do Brasil, surgindo a Amazônia como promissora na produção e exportação da borracha proveniente do látex, extraído da seringueira. Não entraria para a história econômica

do Brasil como um ciclo, considerando que a base da economia amazônica se restringe a exploração dos produtos da floresta e que sua área de escoamento permanecia longe do grande centro econômico nacional.

A exploração do látex, que se estendeu pelas proximidades de Belém e na região da ilha, direcionando-se até os rios Xingu e Jarí, no Pará, foi a primeira área a ser explorada e a consolidar a configuração territorial do Brasil. Com a prática inadequada da extração do látex ocorreu o desaparecimento da seringueira, nas áreas inicialmente usadas para a extração, forçando a penetração dos seringueiros para dentro da floresta, ocupando áreas dos rios Tapajós, Madeira, Purus e Juruá, chegando, finalmente, no atual estado do Acre. Com a produção da borracha, verificou-se a expansão territorial do Brasil, consolidada com a anexação do Acre à atual configuração do espaço brasileiro, e a Amazônia se tornaria a grande região geográfica do Brasil, enquanto dimensão territorial.

Dentro dessa perspectiva, percebe-se que os traçados regionais do Brasil, foram criados em resposta ao processo capitalista, onde as estratégias espaciais e locacionais, possuem uma flexibilidade bem maior, imposta pelo acúmulo do capital. Para fortalecer a argumentação, Soja diz que:

Situar a questão regional (subnacional) no contexto do desenvolvimento geograficamente desigual liga-se a dinâmica das mutáveis divisões espaciais do trabalho e a interação entre a regionalização e o regionalismo. As regiões subnacionais assim definidas, portanto, são produtos de uma regionalização no nível do Estado nacional, uma diferenciação geográfica particularizada, que é tão provisória, ambivalente e criativamente destrutiva quanto qualquer outro componente da matriz espacial do desenvolvimento capitalista (SOJA, 1993: p 198).

É verdade quando se diz que a economia brasileira, além de se desenvolver em torno de ciclos econômicos, foi responsável pela expansão territorial e regionalização do espaço, mesmo que este processo não tenha promovido uma articulação regional. É o que Furtado propõe quando descreve sobre a economia de “arquipélago” (2004), ou seja, as regiões produtoras estão espacial e temporalmente distantes umas das outras, como exemplo temos a atividade açucareira que foi desenvolvida, inicialmente, em uma área e tempo distintos da produção cafeeira. Portanto, percebemos uma organização fragmentada e desarticulada.

Estas análises fundamentaram as pesquisas e estudos dos profissionais que congregavam o IBGE, que inicialmente, formavam segundo Bezzi (2004), o Conselho Nacional de Geografia que elaborou a primeira divisão regional para o Brasil para fins práticos, em 1941. Esse esquema serviu de base para as meso e microrregiões, em unidades de escalas distintas e, é nesse processo que entra a divisão sub-regional das unidades federativas. Neste contexto será analisada a organização do espaço amazonense, identificando os parâmetros utilizados pelo IBGE e outras propostas, para a divisão regional do estado, partindo de uma análise histórica e verificar os pressupostos que direcionam a organização regional.

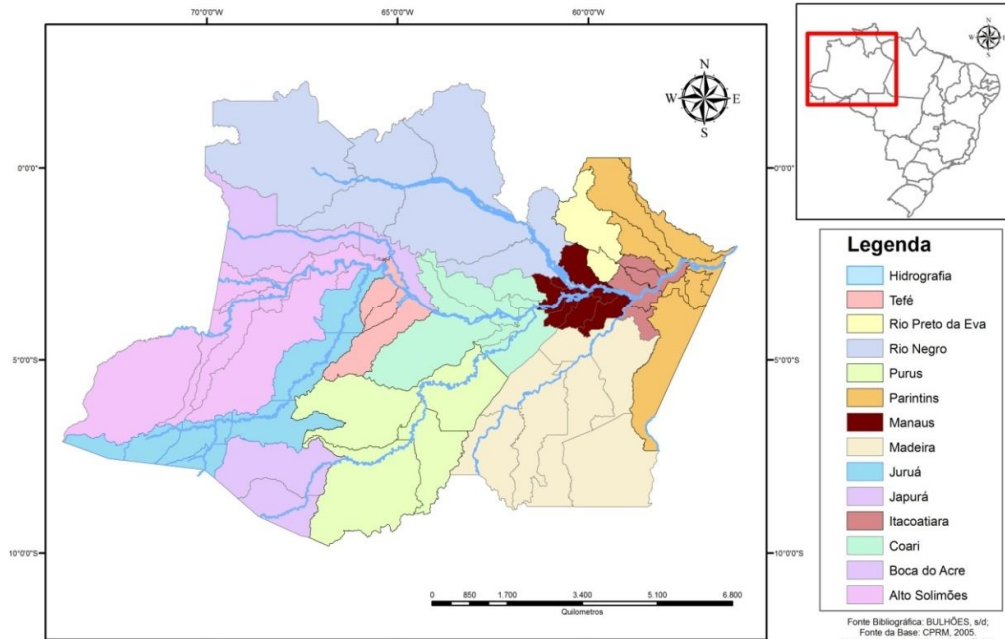
2.3. Propostas de regionalização do Amazonas

Aqui fazemos um resgate sobre duas propostas de regionalização do espaço amazonense, partindo da análise metodológica do IBGE e CIAMA, identificando as diferenças e semelhanças das mesmas, ressaltando os parâmetros ou variáveis que os pesquisadores do NEPECAB utilizaram para a análise a discussão sobre a rede urbana do Amazonas, considerando que o estudo deste núcleo se desenvolve nas cidades da região da calha do Solimões-Amazonas, sendo que cada instituição utilizou um critério de análise e variáveis que permearam a natureza e a sociedade que ali se processou. Há que considerar que algumas propostas ou projetos foram daqueles que detiveram ou detém o poder político do estado, que tinham como objetivo mostrar alternativas de desenvolvimento e atuação.

Apesar da Constituição Estadual de 05/10/1989 prescrever que, politicamente, o Amazonas é constituído por 87 municípios, de acordo com o IBGE apenas 62 estão implantados formando as 13 microrregiões (mapa 4) geográficas do estado, que por sua vez, estão agrupadas em 4 mesorregiões geográficas conforme o mapa 3.

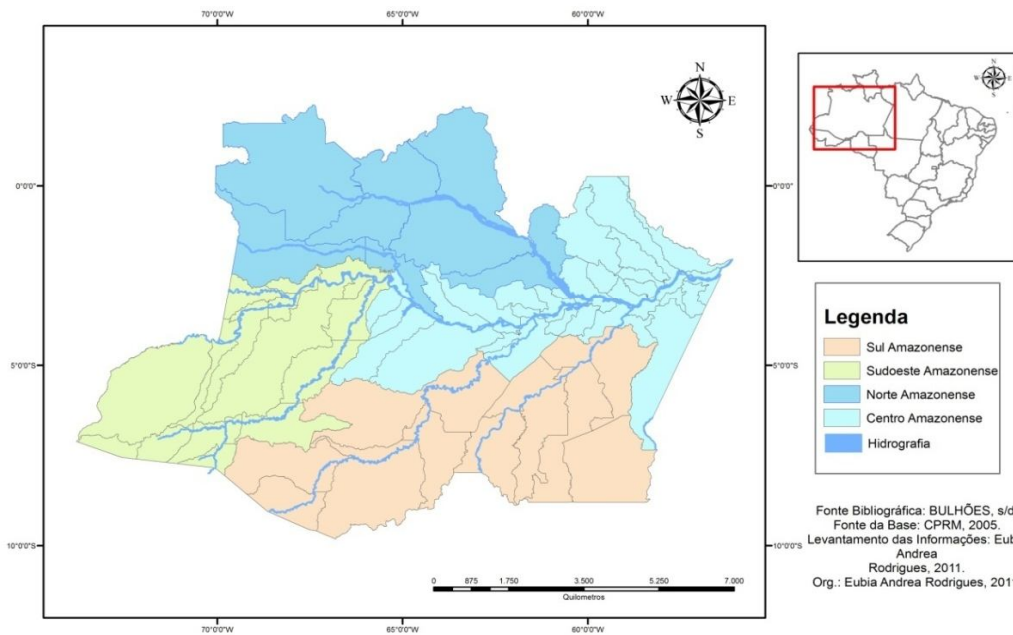
Mapa 3

Divisão do Amazonas em Microrregiões - 1989



Mapa 4

Divisão do Amazonas em Mesoregião - 1989



Os critérios analisados para a divisão do Amazonas em Meso e Microrregiões, são os fisiográficos, econômicos e demográficos, uma proposta elaborada pelo IBGE para todas as unidades federativas do Brasil. O que vai diferenciar a divisão em Meso e Microrregiões são os parâmetros de identificação, criados exclusivamente para este processo. Para a identificação das Mesorregiões os parâmetros são bem mais abrangentes, segundo Bulhões, são considerados: “o processo social como determinante; o quadro natural como condicionante; e a rede de comunicação e de lugares como elemento da articulação espacial” (1985: p.9).

Para as Microrregiões foram selecionados dois indicadores básicos: a estrutura da produção e a interação espacial. O primeiro relaciona-se com a prática de utilização do solo, restrito ao desenvolvimento das atividades primárias, relação de produção e técnica empregada, para viabilizar a diversidade de produtos agropecuários. O segundo está voltado para a articulação e influência dos centros e das cidades ao seu entorno, ou seja, a área de abrangência de cada centro que viabiliza a relação de produção e distribuição, que fortalece os estudos da REGIC (2007) (Região de Influência das Cidades – IBGE).

A partir desses parâmetros de identificação, foram elaborados critérios de nomeação para cada divisão regional. Para as Mesorregiões esses critérios foram: Denominações regionais tradicionais; Denominação de Centros urbanos de grande importância regional; Denominação das tradicionais regiões metropolitanas (por leis complementares anteriores à Constituição de 1988); a posição geográfica nos demais casos. Para as Microrregiões os critérios são: Aporte tradicional – denominação do município mais tradicional ou antigo e que tenha tido expressão na articulação do espaço; Aporte de hierarquia urbana - denominação de um centro urbano conforme o estudo do IBGE: região de influência da Cidade/1987; Aporte do contingente populacional urbano nos demais casos (BULHÕES 1985: p.11).

Portanto, de acordo com os parâmetros dispostos temos as meso e microrregiões, cada uma com as suas particularidades, significando o resultado das condições concretas e físicas do capitalismo, submetidos a parâmetros econômicos, onde a divisão neste caso é resultado “do” e “para” o capitalismo.

Partindo desta idéia, se tem as regiões descritas abaixo, que apesar das características físicas, econômicas e socioculturais, que as particularizam, as tornam lugares funcionais do todo:

1) Mesorregião do Norte Amazonense, formada pelas microrregiões: Rio Negro e Japurá, dispostas em extensos vales fluviais com o predomínio de terras altas no seu extremo norte, além de apresentar uma vegetação um tanto diferenciada das áreas centrais da floresta conhecida como caatinga amazônica. Apresenta modestos centros urbanos, onde o setor terciário da economia se articula de acordo com suas vias fluviais, apresentando uma tradicional atividade extrativa e uma numerosa população indígena. Sua posição geográfica reflete no pouco dinamismo, que não justifica investimento em sua base produtiva. Ocorre também um descaso na questão de políticas públicas para a região. Como via de acesso às outras regiões são utilizados o transporte fluvial e aéreo. São Gabriel da Cachoeira é o maior centro urbano e articulador do comércio de produtos agrícolas e também sede das principais operações do Projeto Calha Norte. O Norte Amazonense também é conhecido por seu potencial mineralógico (BULHÕES 1985).

2) Na Mesorregião do Sudoeste Amazonense estão inseridas as microrregiões do Alto Solimões e Juruá, há o predomínio com o domínio da floresta super úmida a de terra firme, que apresenta uma flora local bastante peculiar em decorrência de suas condições climáticas. Existem ainda, a floresta úmida de várzea ao longo de todo o vale do rio Juruá e a floresta de igapós no curso do rio Solimões. A ausência de rodovias estaduais e nacionais tem propiciado uma ligação com a metrópole regional via fluvial e aérea. Devido sua posição geográfica ser de faixa de fronteira internacional, possui maior relação com as cidades estrangeiras (Tabatinga e Letícia-Colômbia). Esta ligação relaciona-se ao fluxo de pessoas e mercadorias. Alguns municípios dessa mesorregião possuem ligação mais estreita com o estado do Acre, em função da proximidade com a cidade de Rio Branco. Apresenta uma numerosa população indígena, com destaque o grupo Ticuna (BULHÕES 1985).

3) Mesorregião Centro Amazonense: incluem-se nesta mesorregião as microrregiões Tefé, Coari, Manaus, Rio Preto da Eva, Itacoatiara, Parintins. Esta é a mesorregião que apresenta um dinamismo mais expressivo dentro do estado, em consequência dos projetos de desenvolvimento destinados para a Amazônia

(agropecuários, minerais, industrial, rodoviário). Viabiliza uma articulação intensa entre a capital e as cidades sedes das microrregiões, considerando que na maioria das vezes, esta articulação ocorre principalmente através das vias fluviais e aéreas, com menor intensidade pelas rodovias. A potencialidade dos recursos minerais sinaliza novas perspectivas de organização do espaço e as condições naturais têm propiciado o desenvolvimento do turismo, como uma atividade promissora para a economia do Amazonas. Como é uma região central, inclui todas as características fisiográficas que predomina na Amazônia (BULHÕES 1985).

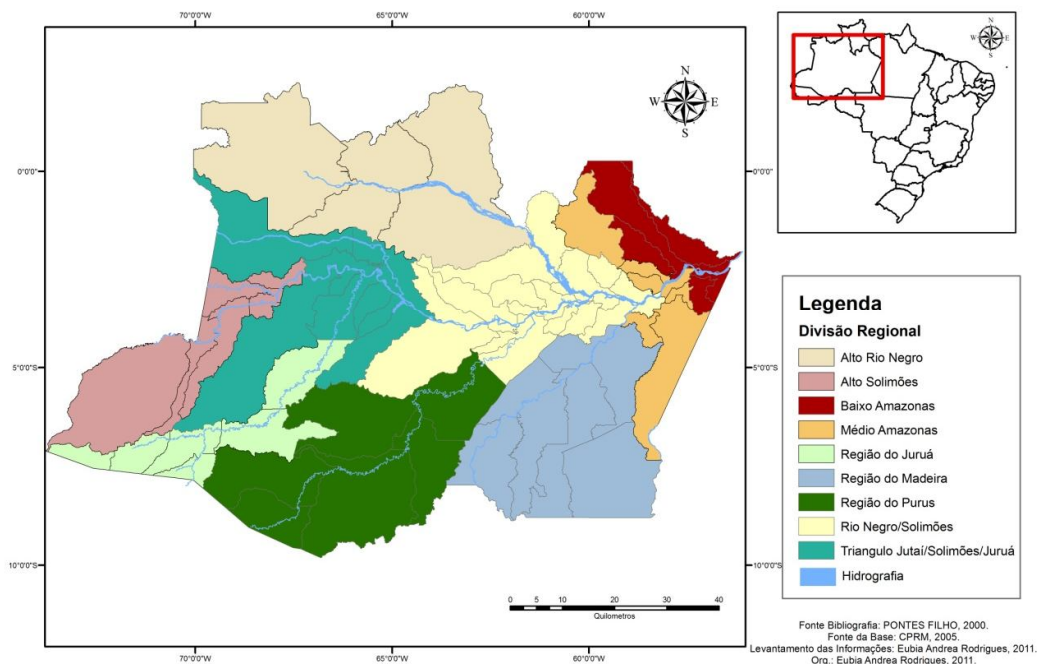
4) Mesorregião do Sul Amazonense: compostas pelas microrregiões de Boca do Acre, Purus e Madeira. Identifica-se com o vasto território drenado pelo rio Madeira e pela bacia do rio Purus, com a existência de cerrado e campos naturais, além do predomínio da floresta de terra firme, que proporciona o desenvolvimento da atividade extrativa. Apresenta um clima quente e úmido com freqüentes chuvas torrenciais. Poucos são os centros urbanos que ai se instala, é a região bem mais assistida quanto ao transporte rodoviário. (BULHÕES 1985).

Considerando a proposta da Mesorregião Centro Amazonense, está a Microrregião de Tefé, composta por Alvarães, Tefé e Uarini. Nesta Microrregião, alguns dos dados apresentados para a caracterização da microrregião já estão ultrapassados, mas são considerados para a determinação do limite regional. Tefé exerce uma maior influência sobre os demais municípios, embora sua área de influência seja maior, alcançando municípios da Mesorregião do Norte Amazonense (Maraã e Japurá) e do Sudoeste Amazonense (Fonte Boa). Esta característica remonta a história da colonização do Amazonas, que será descrita no capítulo a seguir.

Outra proposta de divisão regional do Amazonas foi elaborada pela CIAMA (Companhia de Desenvolvimento do Estado do Amazonas), órgão criado como resultado do discurso político, no processo eleitoral de 1994, que tinham como meta a implementação do "Terceiro Ciclo" (mapa 5). Este planejamento estratégico que possuía como eixo central o Programa Agro - alimentar, compreendendo um conjunto de subprogramas, projetos e ações orçados, voltados para a reestruturação e promoção econômico-social do setor primário da economia, no Amazonas.

Mapa 5

Divisão Regional do Amazonas elaborada pelo CIAMA, 2000



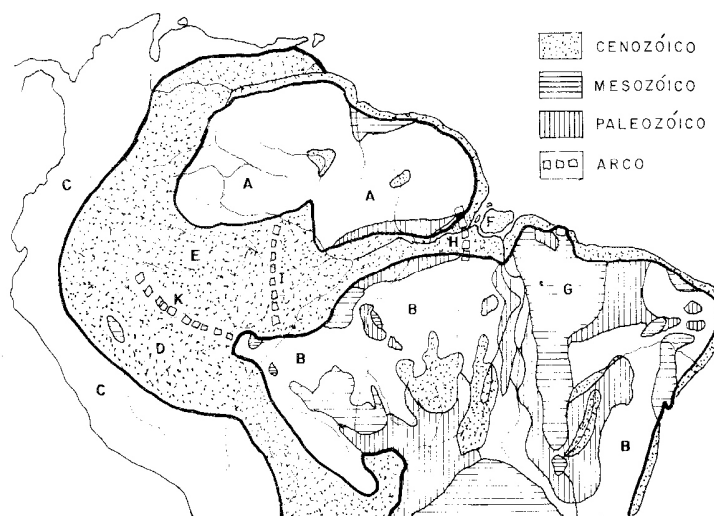
Dentro dessa perspectiva, os gestores do “Terceiro Ciclo”, com o objetivo principal de interiorizar a produção econômica do Estado, elaboraram uma nova divisão regional do Amazonas, ficando o território amazonense recortado em 9 sub-regiões, definidas pelo artigo 26 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, da Constituição Estadual de 1989, como mostra o mapa 5.

Como base de gerenciamento político do plano. “O Terceiro Ciclo visaria, portanto, promover o desenvolvimento sustentado do Amazonas a partir da interiorização da economia, contendo o fluxo de saída do campo para a cidade [...], e garantir a permanência do homem no interior” (PONTES FILHO, 2000 p.209).

Os estudos realizados pelos pesquisadores do NEPECAB, sobre as cidades da Amazônia brasileira, estão inseridos em um contexto regional estabelecido a partir das “características socioecológica” (SCHOR, 2008: p.54) da região, em consequência da drenagem do rio principal (Solimões-Amazonas). A área de pesquisa restringe-se a estudos sobre as cidades que se localizam na “calha” do rio Solimões-Amazonas.

O termo “calha” é geofísico, relacionado à formação geológica, no caso em questão, da bacia Amazônica, formou-se de uma falha no escudo pré-cambriano,

ficando entre o que se chama de Escudo das Guianas (ao norte) e o Escudo Brasileiro (ao sul), sendo dividida em três partes: os chamados Alto, Médio e Baixo Amazonas, devido aos antigos arcos nas rochas cristalinas, que controlam o desenvolvimento estratigráfico da bacia (IBAMA, 1994, p. 167-179) e servem como limites entre as regiões a partir desta análise. De acordo com este critério, as cidades da Amazônia estão divididas em 3 grandes sub-regiões que fazem parte do Alto, Médio e Baixo Solimões-Amazonas. O mapa abaixo serve como referência para indicar a divisão regional, em relação à calha do rio principal e identificando as duas regiões que abrangem o Amazonas (o Alto e o Médio Solimões-Amazonas).



Distribuição das formas paleozóicas, mesozóicas e cenozóicas no trópico Sul Americano (simplificada). A) Escudo das Guianas; B) Escudo Brasileiro; C) Andes; D) Bacia do Acre; E) Bacia do Amazonas; F) Bacia do Marajó; Fonte G) Bacia do Maranhão; H) Arco do Gurupá; I) Arco do Purus; K) Arco de Iquitos; (modificado após Schubart, 1983).

Fonte: Amazônia: uma proposta interdisciplinar de educação ambiental: temas básicos. Brasília: IBAMA. 1994.

trabalho

uma vez

sistema fluvial do rio Amazonas, responsável pela articulação de toda região.

Os pesquisadores do NEPECAB utilizaram esta característica geomorfológica aliada aos arranjos institucionais, para a identificação das cidades e delimitação da região, uma vez que o estudo, inicial, se restringe às cidades que se localizam ao longo da calha do rio Solimões-Amazonas e, portanto participam da articulação proporcionada pela rede de drenagem.

Analisando as propostas de divisão regional do Amazonas, existe uma comunhão de parâmetros e critérios analisados, que tomam direcionamentos

diversos de abordagem. O IBGE elaborou uma divisão em que os parâmetros analisados servem para regionalizar todas as unidades federativas do Brasil, sendo mais rígido em seus recortes espaciais, o que não pode ocorrer em função da dinâmica do espaço, considerando que a região é uma dimensão escalar do espaço.

O programa “Terceiro Ciclo” foi planejado com o objetivo de verificar a vocação de produção econômica do interior, com base, principalmente, na agricultura, analisando a diversidade e especificidade da economia local, onde foi elaborada uma regionalização que, embora servisse com proposta de campanha política, foi responsável para identificação das principais cidades na estrutura urbana do estado.

Portanto, chegar à região do Médio Solimões-Amazonas, e identificar Tefé como centro sub-regional, é trilhar caminhos tortuosos, que vão da identificação de região como uma categoria de conceito inacabado e base da ciência geográfica, perdendo-se em seu discurso teórico-metodológico, a um recorte com uma variação de escala de análise.

Na Amazônia, a região do Médio Solimões-Amazonas, em relação à escala de análise, é um destes recortes, que internamente, apresentam diferenciações socioecológicas, fragmentando o espaço, mas mantendo os recortes funcionais num todo. É a partir desses recortes que se percebe a articulação dos fragmentos e a manifestação do desenvolvimento geográfico desigual, em certa escala (HARVEY, 1996, p.429). Esta articulação, como descreve Schor e Costa, “configura novas perspectivas de análises e prática fundamentada nas relações sócio-ecológicas historicamente sedimentadas e em contínua mutação devido à expansão das diversas redes interconectadas” (2007, p. 12). É nesta discussão que se busca a compreensão do espaço não só como um local onde ocorrem as ações, mas como o local geográfico da ação (LEFEBVRE, 1986).

Este capítulo demonstrou uma análise do conceito de região em tempos distintos, levando em consideração as modificações em todas as esferas, particularizando o espaço amazonense e suas subdivisões, além de analisar a posição ou função de Tefé na região do Médio Solimões–Amazonas, partindo da compreensão de que região é entendida com uma área de confluência de diversos circuitos produtivos (SANTOS 1988). Portanto os estudos realizados pelos

pesquisadores do NEPECAB visam uma tipologia para as cidades do Amazonas, particularmente as que se localizam na calha do rio Solimões-Amazonas, uma vez que, segundo Moraes e Schor (2008: p. 48):

A composição da rede urbana no âmbito da divisão territorial do trabalho confere a cada cidade uma identidade na rede que a tornará particular havendo semelhanças e diferenças entre elas de forma que se torne possível estabelecer tipologias considerando não somente a rede, mas também o perfil e hierarquia urbana de cada cidade.

Pensar uma tipologia para as cidades do Amazonas requer uma análise em referências que comprovem ou discutem esta realidade e que apontem instrumentos de investigação. Para isso Schor e Costa (2007), utilizaram parâmetros como: a localização das cidades, arranjos institucionais, responsáveis pela elaboração de uma tipologia da rede urbana do Amazonas, que estabelece uma hierarquia urbana diferente do que o IBGE (REGIC) e o ReCiMe propõem. A instituição supracitada, como base teórica, se utiliza da perspectiva teórica das localidades centrais de Christaller (COSTA JUNIOR e SCHOR, 2010), identificando uma diversidade de variáveis, como: os aspectos demográficos e, principalmente as atividades terciárias, tornando a região hierarquicamente organizada.

É perceptível que o direcionamento dado pelos pesquisadores do NEPECAB relaciona-se a uma tipificação para as cidades da calha do rio Amazonas. Ao desenvolverem sua metodologia para a categorização das cidades do Amazonas buscaram orientações e procedimentos no Manual do RECIME (Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias) e no IBGE, através do REGIC (Região de Influência das Cidades), que fomentaram a discussão sobre a caracterização de Tefé como “cidade média de responsabilidade territorial”. Nestes termos a discussão gira em torno da categorização de “cidade média” e a função de “responsabilidade territorial” dentro da estruturação urbana do Estado. Para isso é necessário fazer uma análise nos procedimentos metodológico utilizados pelo IBGE e ReCiMe, identificando as variáveis necessárias ou utilizadas pelos pesquisadores do NEPECAB, para classificação e construção de uma tipologia para a rede urbana do Amazonas, que segundo Costa Junior e Schor:

A análise desses arranjos possibilitou o entendimento Da rede urbana como, um conjunto de redes sobrepostas geradas pelo fluxo de pessoas, mercadorias, instituições e informações. Nesta gama de relações entre fixos e fluxos, as cidades participam com posições hierárquicas diferenciadas em virtude da variação da intensidade de suas atuações (2010).

3. Espaço urbano: proposta de uma tipologia urbana

3.1. Bases Metodológicas: REGIC, ReCiMe e NEPECAB

Tendo por base as propostas de regionalização delineadas acima, Tefé caracteriza-se como cidade pólo ou estratégica, do ponto de vista geopolítico e econômico, por sua localização geográfica junto à calha do rio principal, e exercendo uma grande influência no oeste da calha do Médio Solimões-Amazonas. Por isso a necessidade de recorrer às bases metodológicas de instituições que desenvolvem estudos e pesquisas nesta área para definir a categoria urbana de Tefé. É nesta perspectiva que se desenrola a discussão sobre “cidade média de responsabilidade territorial”, sendo necessário reconhecer, primeiramente, Tefé como “cidade média”. Como identificar uma “cidade média”?

O questionamento acima nos instiga a uma procura intensa sobre a conceitualização do termo, pois não se tem de imediato uma resposta, é preciso um aprofundamento teórico-metodológico que justifique a categorização de “cidade média”. Para se chegar a esta definição autores como CORRÊA (2007), SPOSITO (2007), ARROYO (2006) e BRANCO (2006), analisam, através de estudos, o processo de urbanização que dá uma resposta ao dinamismo e crescimento das cidades brasileiras. A análise viabiliza uma propositura para a classificação das cidades, sendo fundamentada no conceito demográfico, nas características funcionais e na articulação que desempenham em uma determinada região. Esses pontos são importantes para entendermos a classificação, mas sua definição fica muito aquém, pois, segundo Branco: “as definições de cidades médias e de seu papel na rede urbana constituem uma problemática relevante no âmbito da Geografia Urbana” (2006: p. 246).

Por isso as pesquisas e estudos sobre o tema, fortalecem uma análise mais particularizada, considerando que as variáveis descritas servem também, para identificação de cidades pequenas, grandes e metrópoles. Isso vai de encontro ao que Corrêa descreve sobre a definição de cidade média, considerando que: “Sua particularidade reside no pressuposto de uma específica combinação entre tamanho demográfico, funções urbanas e organização de seu espaço intra-urbano por meio da qual pode-se conceitualizar a pequena, a média e a grande cidade, assim como a metrópole” (2007: p. 23), considerando que existem várias dificuldades para

conceituação de cidade média, entre elas está o tamanho demográfico, a escala espacial e a dimensão temporal. Segundo o autor, o tamanho demográfico por si só não estabelece uma padronização, há uma relativização. Quanto a escala espacial, não foi comprovada a existência de uma escala para identificação de cidade média, não comportando um tamanho específico. Já a dimensão temporal apresenta a cidade média como um estado transitório, parecendo que as cidades devem passar por três estágios: pequena, média e grande, sendo a média uma transição, implica dizer que dependendo do tempo as cidades poderiam se transformar em grandes metrópoles. Mas quanto tempo? Será que queremos que Tefé se transforme em uma grande metrópole?

Portanto, as dificuldades sugerem uma busca constante de subsídios que nos proporcione uma análise mais consistente sobre a conceituação, considerando que o tema tem uma grande relevância e instiga geógrafos e não-geógrafos a (CORRÊA, 2007: p.26) se deliciarem com as pesquisas nesta área. Nesta busca, encontramos as redes, os fluxos, os fixos sendo atributos que nos fazem perceber a articulação entre os diferentes espaços, proporcionando um movimento de relação intensa ou não. A partir desta movimentação podemos identificar a funcionalidade classificando-as como, cidades; pequena, média ou grande, Arroyo enfatiza que:

É importante, outrossim, enxergar a cidade como uma totalidade, independentemente do seu tamanho ou de sua localização. Entendê-la como o lugar da produção da vida social, enfim, como o lugar da vida, compreendendo o homem em todas as dimensões da sua existência, além do trabalho e do consumo. A cidade permite, mais do que qualquer outro lugar, a coexistência dos diferentes, albergando uma multiplicidade de redes, de fluxos, de conexões, de projetos (*apud* SPOSITO, 2006: p.82).

Ao analisar esta totalidade, nos permite um reconhecimento espacial, sendo:

A cidade é uma totalidade dentro de outras duas totalidades – o mundo e a formação socioespacial - que, por sua vez, se expressam e se concretizam na cidade. Esse movimento imbricado determina seu dinamismo, sua espessura, que será maior na medida em que aumenta o número de eventos e de atores envolvidos (ARROYO, 2006: p. 82).

Diante das justificativas, percebemos que a definição de cidade média não pode ser associada somente ao conceito demográfico, esta ligada a função e o papel que ocupa em uma rede urbana seja ela em escala local, regional ou até mesmo internacional. Partindo desse pressuposto Branco concordando com Sposito(2001), define cidade média:

“adotando perspectiva geográfica, enfatizando a importância do sítio e situação ou posição geográfica, das relações espaciais da cidade, especialmente as que dizem respeito ao consumo, do seu papel na divisão do trabalho, das funções que desempenham e da questão da distância de centros de maior nível hierárquico. [...] destaca ainda que o avanço tecnológico, notadamente nas comunicações, ao permitir a dissociação entre os centros de tomada de decisão e os centros produtivos, abre novas perspectivas locais para as cidades médias”(apud SPOSITO,2006: p.247).

É desta análise que a Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias, liderada por Maria da Encarnação Beltrão Sposito, elaborou uma metodologia com o objetivo de oferecer subsídios para se conhecer:

“os papéis desempenhados por algumas entre as cidades brasileiras, denominadas de médias e, de outro, possibilite que elas sejam comparadas entre si, de modo a se verificar como se altera a posição de cada cidade na divisão territorial de trabalho, que se redesenha nesse período de passagem da economia fordista para um sistema de produção denominado flexível” (2007: p.36)

A metodologia está relacionada a distribuição de grupos de variáveis em diferentes eixos, sendo que cada eixo conduz um tema diferenciado, em que os dados parecem os mais representativos para a caracterização da cidade, como demonstra o quadro 1. As informações do quadro foram norteadoras para as pesquisas nas cidades selecionadas e fazem parte de um manual proposto pelo grupo. Inicialmente o projeto foi desenvolvido em 12 cidades brasileiras (Mossoró-RN; Petrolina-PE; Campina Grande-PB; Londrina-PR; São José do Rio Preto-SP; Marília-SP; Itajaí-SC; Uberlândia-MG; Passo Fundo-RS; Anápolis-GO; Governador Valadares-MG; Presidente Prudente-SP), sendo que no primeiro momento, nenhuma cidade da Região Norte foi escolhida. Atualmente, com os estudos e pesquisas desenvolvidas pelos pesquisadores do NEPECAB nas cidades da calha do Solimões-Amazonas imbricadas aos do ReCiMe, contribuíram para que Parintins e Tefé entrassem no rol das cidades médias.

As equipes de trabalho são constituídas por pesquisadores de diferentes especialidades na Geografia, com diferentes enfoques teórico-metodológicos (SPOSITO, 2007). Portanto, a atuação dos pesquisadores é contínua e articulada entre as diferentes instituições que atuam, onde cada cidade oferece elementos teóricos e empíricos, para se trabalhar melhor as relações espaciais e entender

como se processa o urbano no contexto nacional. Os procedimentos e orientações analisadas pelos pesquisadores são contemplados no quadro 1.

Tabela 1: Grupos de variáveis a serem operacionalizados pelo ReCiMe

EIXO		VARIÁVEIS
I	Ramos de atividades econômicas representativas da atuação dos novos agentes econômicos	<ul style="list-style-type: none"> - Grandes equipamentos industriais e/ou de tecnologia avançada; - supermercados e hipermercados; - serviços de saúde especializados; - ensino superior, com destaque para a pós-graduação; - empresas (comércio e serviços) associadas à agricultura científica e ao agronegócio - rede bancária e financeira; - empresas de consultoria; - redes e filiais de venda de eletrodomésticos e eletrônicos; - empresas do setor imobiliário.
II	Dinâmica populacional e mercado de trabalho	<ul style="list-style-type: none"> - evolução população total, urbana e rural; - migração (campo-cidade, mão-de-obra especializada da cidade maior para a cidade menor; - distribuição do emprego formal, segundo os diferentes setores da economia; - evolução da PEA; - evolução do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).
III	Equipamentos e infra-estruturas	<ul style="list-style-type: none"> - shopping centers; - aeroportos; - terminais intermodais; - rodovias de acesso; - hotéis de alto padrão; - distritos industriais modernos; - espaços fixos e transitórios para a realização de eventos (festa, feiras, convenções).
IV	Condições de Moradia	<ul style="list-style-type: none"> - favelas e áreas de risco; - loteamentos irregulares e clandestinos; - programas habitacionais de interesse social público e não governamentais; - loteamentos e condomínios fechados; - intervenção do mercado imobiliário de locação; - uso residencial e diversificado nas áreas centrais associado à verticalização; - déficit habitacional: co-habitação, improvisação e uso de materiais rústicos; - condições inadequadas de moradia: densidade excessiva, irregularidade fundiária, carência de infra-estrutura e de instalações sanitárias no domicílio; Interfaces entre a questão habitacional e os conflitos de uso do solo, problemas de mobilidade, precariedade das redes de infra-estrutura, acessibilidade do deficiente aos equipamentos sociais e serviços urbanos; - políticas públicas habitacionais nas diferentes esferas de governo; - processos de planejamento urbano e habitacional; - instrumentos de gestão do solo.
FONTE: SPOSITO, M. E. B, 2007.		

O trabalho dos pesquisadores do ReCiMe, direciona-se exclusivamente, para um estudo sistematizado e articulado sobre as “cidades médias”, que foi constituída a partir de uma rede urbana hierarquizada, sendo estas um elo entre as cidades

menores e maiores, atualmente elas tem exercido um novo papel, desenhado por fluxos de outros tipos, orientados por dinâmicas de complementaridade ou de concorrência entre as cidades da mesma rede ou de redes urbanas diferentes (SPOSITO, 2007: p.40)

Este estudo particularizado das cidades médias brasileiras, provocou vários questionamentos, como: De que forma as instituições de pesquisas trabalham as cidades da Amazônia, particularmente as do Amazonas? Em que nível estão organizadas? Para classificá-las, foram utilizadas as mesmas variáveis de investigação, com a mesma intensidade? Por que Tefé e Parintins, inicialmente, não constituíam o grupo das cidades médias, estabelecido pelo ReCiMe e agora foram acrescentadas?

Para as respostas, foi necessário recorrer aos trabalhos que o próprio grupo vem desenvolvendo ao longo desses dez anos e compará-los com as pesquisas desenvolvidas pelo IBGE (REGIC), que tem uma análise mais geral e mais antiga, do processo de urbanização, e compará-los ainda, aos estudos e pesquisas desenvolvidos pelo NEPECAB, sendo este último, de caráter mais particular, ou seja, a área de investigação restringe-se as cidades da calha do rio Solimões-Amazonas.

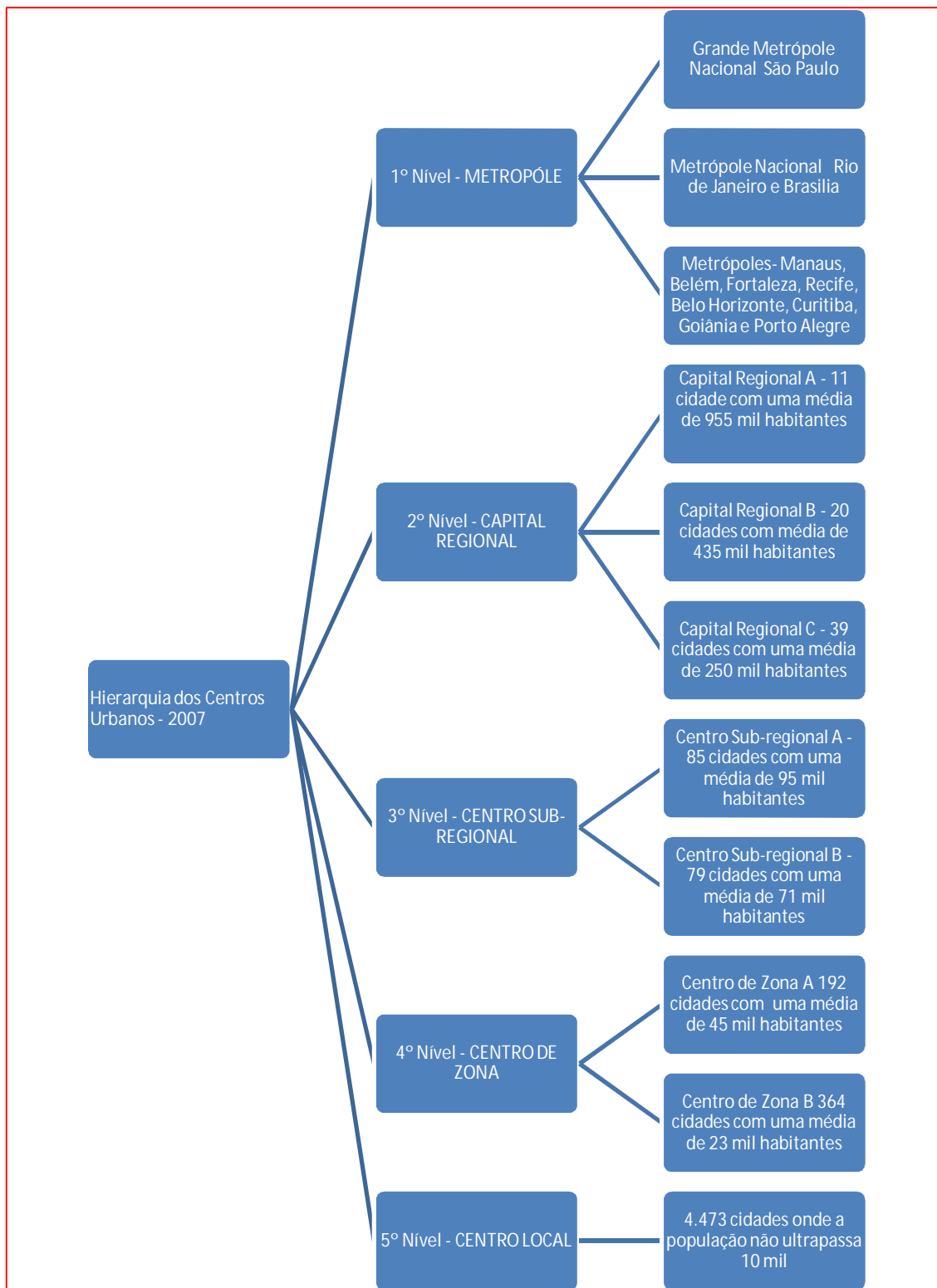
Portanto, o IBGE, através das publicações da Região de Influências das Cidades (1972, 1987, 2000 e 2007), vem atualizando os dados sobre o perfil urbano das cidades brasileiras, que contribuem para uma análise comparativa em relação a outros estudos, propondo metodologias que, agregadas, apresentam uma hierarquização diferenciada ao longo dos mais de 40 anos. As metodologias servem como subsídios para uma investigação mais particular de rede urbana e auxiliam o “planejamento estatal e as decisões quanto à localização das atividades econômicas de produção, consumo privado e coletivo, bem como prover ferramentas para o conhecimento das relações sociais vigentes e dos padrões espaciais que delas emergem” (REGIC, 2007). Na versão mais atualizada do REGIC, para a hierarquização urbana e área de influência das cidades, o IBGE considerou procedimentos e orientações de acordo com o quadro 2.

Tabela 2: HIERARQUIZAÇÃO DOS CENTROS URBANOS – PROCEDIMENTOS E ORIENTAÇÕES DE PESQUISA – REGIC – 2007

ETAPAS	PRIORIDADES	BASES DE INFORMAÇÃO/ATIVIDADES
01	<p>Gestão de Território:</p> <p>Gestão federal e empresarial</p> <p>“centro de gestão do território [...] é aquela cidade onde se localizam, de um lado, os diversos órgãos do Estado e, de outro, as sedes de empresas cujas decisões afetam direta ou indiretamente um dado espaço que passa a ficar sob o controle da cidade através das empresas nela sediadas” (CORRÊA, 1995, p. 83).</p>	<p>Utilização de informações secundárias e registros administrativos, tanto de órgãos estatais quanto de empresas privadas, sendo possível avaliar níveis de centralidade administrativa, jurídica e econômica.</p> <p>Para qualificar melhor a centralidade dos núcleos identificados, quanto para garantir a inclusão de centros especializados possivelmente não selecionados, foram realizados estudos complementares (também com base em dados secundários), enfocando diferentes equipamentos e serviços – atividades de comércio e serviços, atividade financeira, ensino superior, serviços de saúde, Internet, redes de televisão aberta, e transporte aéreo.</p>
02	<p>Ligações entre cidades</p> <p>delinear as áreas de influências dos centros, e a esclarecer a articulação das redes no território.</p>	<p>Foram estudadas com base em dados secundários;</p> <p>Foi realizada pesquisa direta, levantando informações sobre uma ampla gama de relacionamentos.</p>
03	<p>Dimensão da região.</p> <p>Delimitação da área de influência dos centros urbanos</p>	<p>Verificou-se o conjunto de centros urbanos com maior centralidade – que constituem foco para outras cidades, conformando áreas de influências mais ou menos extensas e a dimensão populacional.</p> <p>Delineamento das áreas de influência.</p>

As prioridades da pesquisa e a forma como foi desenvolvida corroboraram para hierarquização dos centros urbanos, para a qual foram elementos importantes, tornando-os uma complementaridade das pesquisas anteriores. Nos trabalhos atuais, os municípios e as áreas de concentração de população foram as unidades territoriais que constituíram o universo do estudo (REGIC, 2007), sendo caracterizados de acordo com o diagrama (Figura 6) . Analisando a hierarquia dos centros urbanos e rede urbana do Brasil , percebe-se que Manaus domina a rede do Amazonas que é de maior área e concentra a maior parte da população da rede, considerando que tal concentração tem como efeito grande disparidade no PIB *per capita*. A rede abrange ainda o Estado de Roraima, sendo composta pela Capital regional B de Boa Vista, e pelos Centros sub-regionais B de Parintins e Tefé, ambos no Amazonas.

FIGURA 6: HIERARQUIA DOS CENTROS URBANOS-REGIC,2007

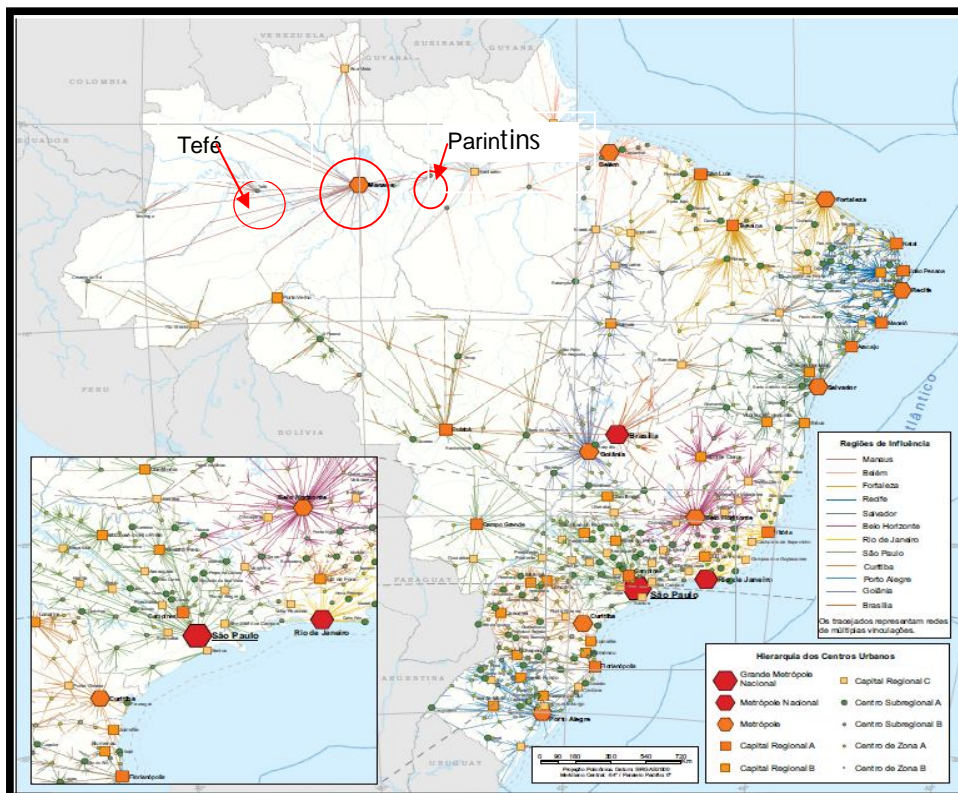


De acordo com o resultado das pesquisas e caracterização dos centros urbanos proposto pelo IBGE, a cidade de Tefé compõe a categoria Centro Sub-regional de nível B, assim como Parintins, que juntamente com Manaus, tornam-se os centros de comando na rede urbana do Amazonas, como demonstra a figura 7, e integra:

“neste nível 169 centros com atividades de gestão menos complexas, predominantemente entre os níveis 4 e 5 da gestão territorial; têm área de atuação mais reduzida, e seus relacionamentos com centros externos à sua própria rede dão-se, em geral, apenas com as três metrópoles nacionais. Com presença mais adensada nas áreas de maior ocupação do Nordeste e do Centro-Sul, e mais esparsa nos espaços menos densamente povoados das Regiões Norte e Centro-Oeste, estão também subdivididos em grupos, a saber: a. Centro sub-regional A – constituído por 85 cidades, com medianas de 95 mil habitantes e 112 relacionamentos; e b. Centro sub-regional B – constituído por 79 cidades, com medianas de 71 mil habitantes e 71 relacionamentos. (REGIC, 2007)

Figura 7

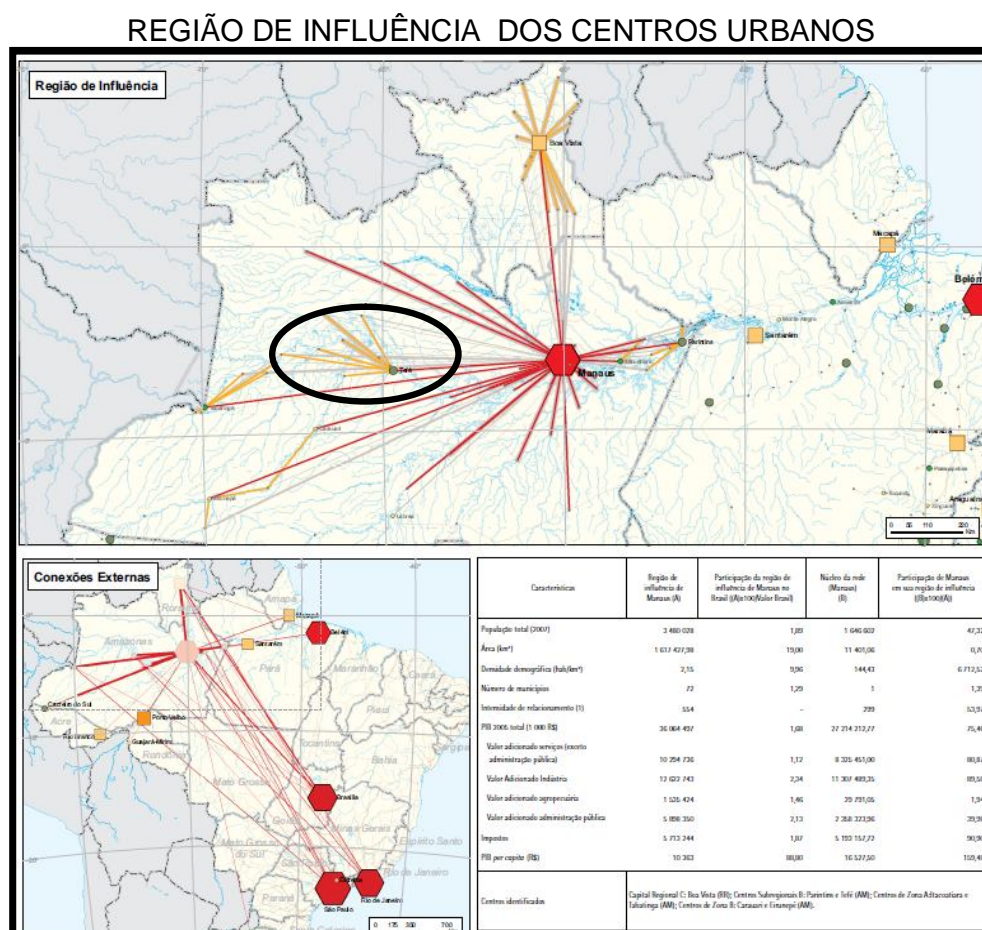
REDE URBANA – BRASIL 2007



A figura de número 7 apresenta todos os centros urbanos e sua área de influência de acordo com os procedimentos e variáveis pesquisadas, que congregam desde elementos relacionados a gestão territorial, a articulação entre os centros menores, até o número de população residente. Estes tópicos definem, a partir de uma sistematização de dados, os centros urbanos, cada um dentro de um nível proposto. Os níveis foram definidos com base na intensidade de oferta e procura das variáveis institucionais, articulação entre os locais e dimensão populacional, então esta intensidade define a categorização do centro e sua região de influência.

Por conseguinte, podemos perceber que Tefé, como um centro sub-regional B, tem uma grande influência no Médio e Alto Solimões-Amazonas, estando na área de influência de Manaus, como demonstra figura 8.

Figura 8



Fonte: IBGE – REGIC 2007

Esta área de influência determina a responsabilidade que Tefé, tem no oeste da calha do Médio Solimões, uma vez que gerencia as cidades a ela articulada, em função das variáveis institucionais estabelecidas pela gestão federal, onde são investigados os níveis de centralidade do Poder Executivo e do Judiciário nível Federal, e de centralidade empresarial, bem como a presença de diferentes equipamentos e serviços.

Chegar à região do Médio Solimões-Amazonas, e identificar Tefé como centro sub-regional, é trilhar caminhos tortuosos, que vão da identificação de região como uma categoria de conceito inacabado e base da ciência geográfica, perdendo-se em seu discurso teórico-metodológico, a um recorte com uma variação de escala de análise, em que este deve ou não apresentar as variáveis que justifiquem, não só a sua característica de centralidade como também, a sua influência, na região. Estas características só facilitam o reconhecimento de Tefé como “cidade média”, pois concentra uma variedade de serviços que conduzem para a gestão territorial estabelecido como prioridade da pesquisa do IBGE.

3.2 O que é ter “responsabilidade territorial”?

Para essa resposta, nos reportamos, novamente, aos estudos que identificam a área de influência e a centralidade de Tefé, no que denominamos de região oeste do Médio Solimões (Figura 8), formada por sete municípios, inclusive Tefé como centro de articulação, sendo; Alvarães, Uarini, Fonte Boa, Japurá, Juruá e Maraã, além das pesquisas e trabalho desenvolvidos pelos pesquisadores do NEPECAB, que consideram a região, em relação à escala de análise, um destes recortes, que internamente, apresentam diferenciações socioecológicas, fragmentando o espaço, mas mantendo os recortes funcionais num todo. É a partir desses recortes que se percebe a articulação dos fragmentos e a manifestação do desenvolvimento geográfico desigual, em certa escala (HARVEY, 1996, p.429). Esta articulação, como descreve Schor e Costa, “configura novas perspectivas de análises e prática fundamentada nas relações sócio-ecológicas historicamente sedimentadas e em contínua mutação devido à expansão das diversas redes interconectadas” (2007, p. 12). É nesta discussão que se busca a compreensão do espaço não só como um local onde ocorrem as ações, mas como o local geográfico da ação (LEFEBVRE, 1986).

Para a compreensão da realidade amazônica, particularmente, a amazonense, o Núcleo de Estudos e Pesquisas das Cidades da Amazônia Brasileira, sediado na Universidade Federal do Amazonas, em sua linha de pesquisa *Rede Urbana na Amazônia* apresentou duas pesquisas (*As cidades e os rios: tipificação urbana na calha do Solimões-Amazonas* – FAPEAM, e *Tipificação da rede urbana na Amazônia: um estudo para as cidades localizadas na calha Solimões-Amazonas* – CNPq) ambas objetivando a caracterização da rede na calha Solimões-Amazonas, que segundo Moraes e Schor, propor uma tipologia que incorpore parâmetros relacionais, sendo estes necessários para a compreensão do papel, de cada cidade na estruturação da rede urbana, viabiliza a elaboração de políticas públicas urbanas mais específicas (2008: p.48).

Com base nessas novas perspectivas de análise é que os pesquisadores do NEPECAB analisaram as bases metodológicas do IBGE e ReCiMe e fundamentaram suas pesquisas, para então elaborar proposta de uma tipologia, mais particular para o Amazonas, com a mesma metodologia proposta por Michel Rochefort (REGIC, 2007), que segundo Schor (2008), os procedimentos, variáveis e prioridades foram adaptados à realidade do Amazonas, contribuindo para o desenvolvimento teórico-conceitual do debate acerca do papel exercido pelas cidades médias no contexto nacional, fomentando políticas públicas urbanas adequadas.

Os pesquisadores do NEPECAB delimitaram um conjunto de arranjos institucionais priorizados para as pesquisas e investigados nas diferentes cidades da calha do Solimões-Amazonas, na tentativa de classificar e elaborar uma tipologia da rede urbana para o Amazonas, analisados conjuntamente e dando suporte para a elaboração de uma tipologia urbana regional. Como afirmam Moraes e Schor, a análise desses arranjos institucionais, em conjunto, permitem uma compreensão não só do perfil urbano de cada cidade como também sua funcionalidade na rede a qual pertence (2008: p.49). Os arranjos institucionais analisados estão na tabela 3.

Tabela 3: Arranjos Institucionais

Arranjos Institucionais	Dados Coletados
Dinâmicas populacionais	Dados populacionais, pirâmide etária e estimativas populacionais coletados em fontes secundárias, principalmente IBGE.
Variáveis históricas	Origem da cidade; mapas históricos; cronologia.
Relações intra e interurbana	Fluxos de comércio e de transporte.
Serviços e comércio	Telefonia (fixa, celular, telefones públicos); rádio (AM, FM, livres); antenas de telecomunicações; provedores de internet. Comercialização de alimentos (supermercados, mercadinhos, feiras, mercados municipais, feiras do produtor). Comercialização de insumos para a construção civil (casas comerciais, regatões, flutuantes).
Arrecadação de impostos	Cesta de impostos municipais arrecadados (IPTU, ICMS); repasses recebidos (estadual e federal); royalties.
Insumos para a Cesta Básica Regionalizada	Foi reestruturada a cesta básica de alimentação organizada pelo CODEAMA e coletado o preço dos produtos nas cidades ao longo da calha nos períodos de seca e cheia, visando elaborar um indicador de preço da cesta básica ao consumidor final.
Índice da construção civil	Elaborou-se uma cesta de insumos para a construção civil (madeira, areia, seixo, telha, tijolos) com coleta de preços nas cidades ao longo da calha.
Produtos extrativistas	Forma de organização (associação/sindicato); produção; comercialização e preço de produtos extrativistas não madeireiros.
Infra-estrutura urbana	Dados de saúde (leitos, tipos de hospitais, postos de saúde, centros de diagnóstico de malária, médicos e odontólogos, destino dos resíduos de serviços de saúde); educação (escolas de ensino fundamental, médio e superior; professores, bibliotecas escolares); segurança pública (número e tipo de delegacias, fóruns, cartórios, assistência jurídica, varas, ocorrências mais frequentes); hotelaria, funerárias, dados relativos à presença das forças armadas; sistema financeiro (agências bancárias, lotéricas, banco postal, banco popular, financeiras, seguradoras); sistema de fornecimento de água e energia; saneamento básico.
Fluxo de transporte	Transporte interurbano (carga e passageiros, rotas, frequências, preço) e transporte intra-urbano (tipos, quantidade e forma de organização)

Conforme Schor, a partir destes arranjos verificou-se que a análise deles permitiu identificar os fixos e fluxos entre as cidades, pois os fixos nos dão uma compreensão do perfil urbano e os fluxos, a interação na rede urbana que se estabelece ao longo da calha do Médio Solimões, permitindo proposta sobre a tipologia das cidades localizadas nesta região (2008, p.14), ainda, segundo Marinho e Schor:

Uma das maneiras de se entender a dinâmica urbana é via a classificação das cidades. Classificar as cidades pode significar criar uma hierarquia entre elas, mas pode ser o processo mais direto de entendimento das semelhanças e diferenças que compõem a rede urbana. Conjuntamente com a classificação, aquela que relaciona as semelhanças e diferenças, pode-se criar uma tipologia (2009, p.87).

Portanto, as semelhanças e diferenças podem ser analisadas nas variáveis e arranjos institucionais que congregam o espaço urbano, a análise deles, neste estudo proporcionou a consolidação de uma proposta para a tipificação das cidades do Amazonas descrita na tabela 4 (MORAES e SCHOR, 2008).

Tabela 4: Classificação e Tipologia Urbana para as cidades da calha Solimões-Amazonas -2008

TIPOLOGIA	CARACTERÍSTICAS	CIDADE
CIDADES MÉDIAS		
CIDADES MÉDIAS DE RESPONSABILIDADE TERRITORIAL	Exerce uma função na rede que vai além das suas características em si, pois detém uma responsabilidade territorial que a torna um nó importante internamente na rede. Exerce diversas funções urbanas e contém arranjos institucionais que são importantes não só para o município, mas para as cidades e municípios ao seu redor. A importância territorial da cidade tem origem no desenvolvimento histórico-geográfico que constituiu a rede urbana nesta região. O desenvolvimento econômico desta cidade tende a agregar valor na região. Ainda nesta tipologia deve-se incluir a variável "de fronteira" pois a dinâmica das cidades localizadas na fronteira as difere das demais tanto em termos de perfil urbano principalmente devido ao papel exercido pelas forças armadas quanto com relação as redes que se estabelecem.	Tabatinga Tefé
CIDADE MÉDIA COM DINÂMICA ECONÔMICA EXTERNA	Tem importância na rede por sua inserção em uma dinâmica econômica externa, os vínculos com as demais cidades na rede não são necessariamente fortes, nem o seu desenvolvimento econômico implicará em um desenvolvimento regional significativo, pois a atividade econômica responsável pelo seu dinamismo não agrega valor nem no local nem regionalmente.	Coari Parintins
CIDADE MÉDIA COM FUNÇÃO DE INTERMEDIÁRIA	Devido a proximidade da metrópole regional (Manaus) e a ligação rodoviária exerce função de intermediária entre as demais cidades e redes urbanas com Manaus; abastece e é abastecida por Manaus.	Manacapuru Itacoatiara
CIDADES PEQUENAS	CARACTERÍSTICAS	CIDADES
CIDADES PEQUENAS DE RESPONSABILIDADE TERRITORIAL	Exerce uma função intermediária, entre os fluxos de transporte e comercialização, entre as cidades médias e as demais cidades pequenas e aglomeradas humanas. As cidades de fronteira também devem ser consideradas nesta tipologia de forma diferenciada pois exerce um papel específico e constitui redes de relações próprias.	Benjamin Constant; Fonte Boa; Santo Antônio do Içá
CIDADES PEQUENAS COM DINÂMICA ECONÔMICA EXTERNA	Tem sua economia voltada para a exportação de algum produto (mineral, agropecuário, extrativista, ou de pequena indústria) para a cidade de porte grande, neste caso Manaus. É pouco relevante na manutenção da rede urbana da calha.	Irlanduba Codajás Careiro da Várzea
CIDADES PEQUENAS DEPENDENTES	Pela ausência de infra-estrutura que possibilite exercerem plenamente as funções urbanas e por sua localização geográfica que torna mais complicada a relação delas com a calha central do rio, tornam-se dependentes das cidades médias e pequenas de responsabilidade territorial.	Amaturá; Anori, Alvarães; Santo Antônio do Içá; Uarini; Anamá Tonantins; Silves Urucurituba; Jutai; São Paulo de Olivença; Uruará

Partindo da análise da articulação dos fixos e fluxos inseridos nos arranjos institucionais descritos por Schor, percebe-se que são parâmetros essenciais para um estudo aprofundado da dinâmica socioeconômica existente na cidade e na região na qual está inserida. São suficientes? É um questionamento que merece uma maior discussão.

3.3 Caracterização geográfica atual de Tefé

É necessário fazer uma descrição econômica da cidade de Tefé e, levando em consideração os arranjos institucionais estabelecidos pelos pesquisadores do NEPECAB, sua atuação na rede urbana do Amazonas e na região da calha Médio Solimões-Amazonas, analisando-os e comparando-os com as variáveis e prioridades dispostos pelo ReCiMe e REGIC. Verificou-se, primeiramente, a articulação dos serviços e a atividade comercial desenvolvidos na cidade, considerando que para a análise de cidade média as variáveis institucionais foram imbricadas com os eixos e variáveis do Manual do ReCiMe.

O manual apresenta quatro eixos sendo que para as pesquisas no Amazonas foram sistematizados somente os I, II e III, e inserem-se nas orientações e procedimentos que nortearam o desenvolvimento do trabalho de campo, sendo distribuídos da seguinte forma: No **Eixo I**, foram analisadas as variáveis 1 (grandes equipamentos industriais e/ou de tecnologia avançada); 2 (supermercados e hipermercados); 5 (empresas associadas à agricultura e ao agronegócio); 6 (rede bancária e financeira) e 8 (redes e filiais de venda de eletrodomésticos, eletrônicos, magazines, lojas de departamentos) que estão inseridos nos arranjos institucionais: serviços e comércio; arrecadação de impostos; insumos para a cesta básica regionalizada; produção extrativista, propostos pelos pesquisadores do NEPECAB, no **Eixo II**, a dinâmica populacional e mercado de trabalho inseridos nas variáveis: 10 (evolução da população total, urbana e rural); 13 (evolução da PEA); 14 (evolução do Índice de desenvolvimento Humano). No **Eixo III**, voltado para os equipamentos urbanos e infra-estruturas, estão as variáveis: 16 (aeroportos); 17 (terminais intermodais e plataformas logísticas); 19 (hotéis de rede nacionais e internacionais); 21 (espaços fixos para a realização de grandes eventos) que estão inseridos nos arranjos institucionais que fomenta a discussão para a consolidação de Tefé como “cidade média de responsabilidade territorial”.

No processo de organização hierarquizada, na estruturação urbana, percebe-se que a cidade é uma área de atração do capital industrial, fazendo surgir uma sociedade totalmente desigual ou diferenciada, mas com a conexão através dos fluxos comerciais e de pessoas, por vias fluvial, aérea e terrestre, permitindo a integração dos diferentes espaços, favorecendo uma tipologia também diferenciada, no recorte espacial regional. Portanto, se Tefé consolidou sua função de “entrepoto comercial”, aliado a outras variáveis institucionais, cabe então a denominação de “cidade média de responsabilidade territorial”, que segundo Schor e Costa, “é detentora de arranjos institucionais importantes entre si e para as cidades ao seu redor, cuja importância decorre do valor agregado pelo desenvolvimento histórico-geográfico da rede urbana” (2007).

3.3.1 reprodução socioeconômica do espaço tefeense

Para a compreensão da função econômica que Tefé exerce hoje, na região do Médio Solimões, é necessário entender como se desenvolveu e desenvolve a articulação entre os diferentes lugares que compõem esta área, considerando que as transformações econômicas, políticas e sociais ocorridas, sempre privilegiaram Tefé em decorrência de sua história econômica e política. É viável fazer uma caracterização geográfica, dando prioridade a atividade comercial, com base nas orientações e procedimentos das instituições de pesquisas (IBGE, ReCiMe, NEPECAB), além das pesquisas in loco, para a realização de uma análise consistente. Este capítulo prioriza um estudo mais aprofundado da caracterização comercial de Tefé atual, relacionando-o com os dados e pesquisas históricas para, posteriormente, defender a proposta da tipificação urbana para o Amazonas, estabelecida pelos pesquisadores do NEPECAB, uma vez que o núcleo a tipificou de “cidade média de responsabilidade territorial” (SCHOR, 2008).

A situação geográfica do município de Tefé hoje, compreende a área localizada entre as coordenadas geográficas 03°15'39" a 05°34'22" Sul e 64°04'12" a 68°58'32" oeste de Greenwich, possuindo uma extensão territorial de 23.704km², tendo sua área urbana localizada à margem direita da foz represada do Rio Tefé, que deságua no lago com o mesmo nome, limitando sua porção oeste, noroeste e norte (SILVA, 2009).

Considerando sua localização no centro amazonense (mapa 1), sua articulação é limitada pelos transportes fluvial e aéreo, que proporcionam uma integração coesa entre as diferentes cidades da região do Médio Solimões, uma vez que a caracterização hidrográfica da região particulariza-a. Sua hidrografia permite uma aproximação entre as cidades, sendo fortalecida pelo processo de urbanização que promove um dinamismo constante entre os lugares. Segundo Silva (2009, apud EMBRAPA, 1999):

A hidrografia do município merece destaque, uma vez que este sistema, em conjunto com o aeroporto, é responsável pela integração de Tefé ao resto do Estado. Ao norte o município é banhado pelo rio Solimões e a noroeste pelo rio Tefé, acidente geográfico conhecido como lago de Tefé. Além deste sistema de drenagem principal, a área que constitui a planície de inundação é formada por vários furos que permitem intercomunicação com o rio Solimões, facilitando o tráfego de pequenas e médias embarcações. Observa-se o desenvolvimento de uma pequena rede de drenagem dentríca e subdentríca sobre os interflúvios tabulares

Embora o transporte fluvial e aéreo priorize o fluxo interurbano, o terrestre corrobora com a articulação interna, considerando que o espaço urbano também é ligado ao rural por via terrestre. Para explicar este fato tomemos como exemplo as comunidades rurais localizadas a sudoeste da cidade, ao longo das estradas da Agrovila e EMADE (Comunidade da Vila da EMADE, Comunidade da Agrovila, Comunidade do Maranata, Comunidade do Pavão e Comunidade de São Francisco).

Para realizar a caracterização comercial de Tefé na primeira década do século XXI, foi necessário recorrer aos instrumentos ou resultados produzidos por instituições de ensino superior e órgãos de planejamento, além dos levantamentos realizados pelos pesquisadores do NEPECAB, que estudam os agentes econômicos das cidades para uma reestruturação urbana regional, comparando-os com os resultados da pesquisa de campo. Ao obter os dados da pesquisa procurou-se fazer uma análise destacando a importância das variáveis e arranjos institucionais dispostos para subsidiar a tipologia proposta

Identificou-se, primeiramente, a articulação dos serviços e a atividade comercial desenvolvidos na cidade, considerando que esta é realizada intra e interurbana. Portanto será feita uma descrição dos meios de comunicação, a comercialização de alimentos e comercialização de insumos para construção civil. De acordo com as pesquisas, os serviços oferecidos em relação aos meios de

comunicação, nos últimos dez anos têm alcançado um padrão mais exigente, em decorrência das novas tecnologias desenvolvidas nesta área, pois além da cidade contar com as duas rádios (Radio Educação Rural de Tefé, Alternativa FM e Mania FM), possui dois provedores de Internet (Eganet e Lindnet), que atuam, não só na cidade de Tefé, mas em Alvarães e Uarini e sustentam dez Lan-house espalhadas pelos bairros da cidade, além dos provedores particulares (Instituto Mamirauá Exército Brasileiro, SIVAM). Hoje, com a instalação de antenas para a telefonia celular, conta com todas as operadoras que atuam a nível nacional (Claro, TIM, Vivo, Oi), oferecendo a comercialização e assistência técnica dos aparelhos, que são vendidos nas lojas do gênero. Há também a circulação de um jornal impresso (O Solimões), resultado dos trabalhos acadêmicos dos alunos da UEA, sendo oferecido semanalmente para a sociedade tefeense. Portanto, mesmo com os antigos meios de comunicação, percebe-se a que a população vai se adaptando às novas tecnologias, mas permanecendo com as antigas, como a utilização do rádio, que é muito comum na área urbana e rural. Como complemento, existe na cidade três transmissoras de televisão (Globo, SBT e Rede Boas Novas), que foram perdendo espaços para as transmissões via Antena Parabólica e TV a cabo. Tanto na zona rural quanto na urbana, é visível grande número de antenas instaladas nos telhados das casas. Poucas são as pessoas que tem acesso à internet, recorrendo as Lan-house e aos laboratórios das escolas públicas, que já oferecem este serviço. Com o desenvolvimento técnico no setor de comunicação, facilitou também o crescimento no setor comercial, uma vez que as técnicas (celular, computadores, fax) permitem uma rápida articulação e movimentação comercial, favorecendo o aparecimento de um número bem expressivo de supermercados e mercadinhos, que oferecem os mais diversificados produtos, desde os locais, como a castanha-do-pará, que é industrializada e ensacada direto para as prateleiras dos supermercados (caso específico da produção da comunidade do Jutica, controlada pela família Cunha, que nos últimos dois anos, comercializa diretamente com os proprietários dos supermercados: Victor e Mercearia Freitas), até os produtos industrializados nacionais e importados (vinho, uísque, biscoitos, etc.), e trabalham com os mais variados cartões de crédito e débito ¹⁰. Esses equipamentos urbanos e instituições estão espacialmente localizados no centro da cidade, ou nos bairros mais próximos,

¹⁰ Dados coletados em pesquisa de campo (06/2010).

considerando que o centro da cidade de Tefé é composto de aglomerados formadores do espaço urbano e que estes vão compondo, moderadamente, os bairros mais distantes, uma vez que este espaço foi se expandindo tendo como referência a Rua Duque de Caxias, a primeira rua de Tefé, localizada na orla do lago.

Para este resultados foram analisados somente os estabelecimentos e empresas cadastrados junto a Prefeitura Municipal e que possuem CNPJ sendo identificadas na Estatística do Cadastro Central de Empresa-2008, do IBGE, como demonstra o resultado no quadro abaixo. Nestes dados estão cadastradas empresas de todos os ramos de comercialização e serviços existentes na cidade.

Tabela 5

Cadastro Central de Empresas - 2008

Tópico	Quantidade/Valores
Número de unidades locais	494 unidades
Pessoal ocupado total	2.549 pessoas
Pessoal ocupado assalariado	2.071 pessoas
Salários e outras remunerações	21.230 mil reais
Salário médio mensal	1,8 salários mínimos
Número de empresas atuantes	482 unidades

FONTE: IBGE, Cadastro Central de Empresas 2008. Rio de Janeiro: IBGE, 2010

No conjunto de unidades de empresas apresentadas no quadro acima, do total de 482 empresas atuantes, 312 correspondem à atividade comercial, nos mais variados gêneros, desde alimentício à comercialização de insumos para a construção civil, distribuídos em diversas áreas das cidades, particularmente, no Lago de Tefé, onde estão localizados os flutuantes residenciais e comerciais cadastrados junto à Capitania dos Portos, perfazendo um total de 204 casas, sendo que deste total, 100 atuam como pontos comerciais (informais e licenciados), principalmente para a comercialização dos produtos derivados do petróleo e produtos extrativistas locais, como a castanha-do-pará, cacau, farinha de mandioca, além de oficinas mecânicas e frigoríficos (Capitania dos Portos de Tefé, 2008).

Os dados dispostos na tabela 1 se assemelham aos dados da pesquisa de campo quanto ao número de estabelecimentos e, não ao de trabalhadores, sendo que geralmente, os funcionários são ou pertencem à família dos donos, não sendo divulgado o número exato de trabalhadores. Nos dados do IBGE e da Secretaria de Planejamento do Estado, é perceptível uma equivalência, comparado-os ao da pesquisa de campo. Todavia, em algumas situações, os números são contraditórios, como o caso total do pessoal ocupado. Ao compararmos, ainda, o número de pessoal ocupado com o número de estabelecimentos locais, teremos uma média de 5 a 6 funcionários por estabelecimento que implicaria em uma margem de despesa muito irrisória para o empresário seguida de desvalorização da mão-de-obra, uma vez que o salário é de 1,8 salários mínimos. Existem estabelecimentos em que o empregado recebe R\$ 100,00 por semana, trabalhando mais de 10 horas diárias. Para não ter muitas despesas com funcionário, entra a mão-de-obra familiar. O número de trabalhador sem carteira assinada é muito elevado neste ramo de atividade, fato que contribuiu para uma atuação mais efetiva do Ministério do Trabalho e Emprego.

Quanto às casas flutuantes comerciais, a fonte é exclusiva da Capitania dos Portos, sendo importante destacar que um comerciante faz um único cadastro, independente do número de estabelecimentos comerciais. Caso exemplificado pelo Senhor Roberval Takafaz, que controla a comercialização da farinha-de-mandioca, possuindo cinco casas flutuantes, sendo uma para a comercialização de farinha, uma para a venda de estivas, outra para compra e venda de produtos extrativos, tendo uma quarta servindo de garagem para as embarcações e uma quinta como residência. Este exemplo demonstra a diversidade comercial existente no Lago de Tefé, que margeia a área central da cidade. Embora o comércio tenha se expandido pelos diferentes bairros, ainda é no centro que se percebe o intenso movimento comercial, compondo o adensamento mais antigo da cidade, articulado pela artéria principal, Estrada do Aeroporto, que dá acesso aos bairros. Não é diferente do que ocorre nos grandes centros urbanos.

As casas flutuantes comerciais tendem a não oferecer os mesmos serviços e produtos. Existem as que comercializam somente os produtos derivados do petróleo, nesta função existem as que atuam informalmente (12 flutuantes) e as que possuem o alvará de funcionamento (Pontão Amanda, Pontão Chibatão, Pontão do Nelson

Cabral, Pontão A. M de Farias, Pontão Izabele Cristina, Pontão São Jorge, NAVERIO), as que compram e vendem farinha de mandioca e estivas (Roberval Takafaz), os frigoríficos (10) para compra e venda de peixes, as oficinas mecânicas (08), para lazer (Flutuantes do Travanca), existindo ainda a bases fluviais: do Mamirauá (onde ficam ancoradas as lanchas e barcos da instituição que viajam para a Reserva de Desenvolvimento Sustentável), da FUNASA, da Polícia Federal e Marinha do Brasil ¹¹, não existindo um ordenamento espacial e identificação das casas, com exceção dos flutuantes que trabalham com os derivados de

Essas casas flutuantes servem como elo entre a cidade de Tefé, as comunidades rurais, onde os pequenos produtores levam seus produtos “agro extrativos” para serem comercializados na Feira do Produtor Rural e se abastecem de estivas, até as cidades vizinhas e a capital do estado. São os fixos que particularizam o espaço urbano do município e possuem uma função não tão diferente dos fixos que se localizam na superfície, favorecendo uma relação diária através dos “recreios” de passageiros e mercadorias, catraieiros e das lanchas “ajato” que movimentam o Lago de Tefé e adjacências, formando então um novo bairro, localizado ao norte e noroeste da cidade representado na figura 9.

Todavia, esta dinâmica populacional e comercial fortalece a configuração do espaço urbano regional uma vez que as cidades estão interligadas em função do comércio, considerando o que Pintaudi (1999, p145) descreve sobre as formas comerciais, sendo elas também, formas sociais. Segundo a autora:

As formas do comércio varejista nas cidades e também os padrões de sua localização urbana vêm sofrendo modificações através do tempo. A análise das formas comerciais cuja natureza é social, bem como a de suas transformações, que têm durações desiguais revelam-nos contradições internas das categorias espaço e tempo materializados em objetos sociais (1999, p.145).

A atividade comercial por si só, não articula o espaço, há a necessidade de uma logística nos serviços para que os lugares fiquem mais próximos e integrados. No caso de Tefé e cidades vizinhas o transporte fluvial fortalece as relações comerciais e sociais, com destaque as embarcações de grande e pequeno calado, catraias e lanchas “ajato”.

¹¹ Dados coletados e pesquisa de campo (06/2010).

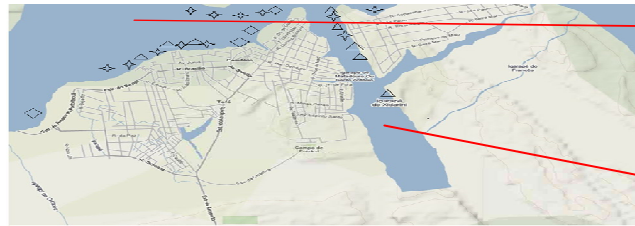
As lanchas “ajato” têm sido utilizadas bastantes nos últimos anos, em decorrência do preço das passagens aéreas. Em entrevista com o Senhor Roberto da Silveira (empresário do ramo de hotelaria), a procura pela viagem de “ajato” possibilitou um maior investimento por parte dos donos, sendo que estes colocaram para atuar uma nova lancha com capacidade para 150 passageiros sentados, além da construção de um terminal. Esta lancha faz duas viagens por semana, sendo que as outras menores continuam atuando, com o mesmo valor da passagem (R\$ 220,00), para Manaus.

Juntamente com as lanchas, todos os dias do Flutuante Areia Branca e do Adri, considerados terminais de carga e passageiros ocorre embarque e desembarque provenientes de Manaus e municípios adjacentes. São barcos de grande calado, com destaque: M. Fernandes, Monte Sinai, Frei Galvão, Rei Davi, Elion Fernandes, Leão de Judá, sendo que os dois últimos fazem somente escala, e dirigem-se para Alvarães e Uarini. Há uma variação de preços, principalmente quando partem dois barcos por dia, existe um desconto em cima do preço normal (R\$80,00) Os barcos: Comandante Ulisses; Nossa Senhora da Vitória; Alves Filho; Vale Quem Tem, são menores, fazendo linha para Fonte Boa, Maraã e Japurá, e, a Lancha “ajato” Glória de Deus sai de Manaus com destino final á Japurá, fazendo escala em todas as sedes municipais acima citadas, existem ainda, lanchas diárias para a cidade do Uarini (R\$30,00). O preço da passagem para o Alto Solimões também sofre uma variação, sendo de R\$ 40,00 a R\$90,00 por pessoa¹².

Estas relações se intensificaram graças a desconcentração urbana ocorrido no Amazonas a partir de 1980, uma vez que IBGE determinou que um lugar para se constituir como cidade precisaria ter mais de 50% de sua população morando em área urbana ou ainda se o lugar possuísse uma sede de governo municipal, sem precisamente possuir um contingente populacional que abarcasse as exigências do órgão, surgindo cidades como Alvarães e o Uarini, por exemplo.

¹² Dados coletados em pesquisa de campo (08/2010).

Figura 9: Distribuição espacial dos flutuantes



Lago de Tefé

Igarapé Xidarini

- ◆ Flutuantes Comerciais
- ▲ Flutuantes residenciais
- ◇ Flutuantes institucionais

Figura 07: Distribuição dos flutuantes
Org: Eubia Andréa



Figura 08: Foto do município de Tefé
Fonte: Joseilton Augusto de Souza 2007



Figura 09: Vista parcial dos flutuantes
Fontes: Joseilton Augusto de Souza 2007

Com a urbanização, observou-se uma transformação espacial, pois os fixos se transformam, se instalam dependendo das exigências da população, e, os fluxos se intensificam fomentando uma procura por novos produtos para o embelezamento urbanístico. Portanto surgem as novas casas comerciais, que vão se infiltrando nos bairros mais novos, que surgiram nos últimos quinze anos (São José, Mutirão, São João, Fonte Boa, Nossa Senhora de Fátima, Santa Luzia, Colônia Ventura)¹³, com o objetivo de atender as exigências do consumidor e, atualmente em Tefé, o comércio de insumos para a construção civil cresceu consideravelmente sendo que existem pequenos estabelecimentos não cadastrados na Prefeitura Municipal e seis grandes casas (J. F. Lopes, El Shaday Material de Construção, Paiol do Netinho, Casa rio Solimões, Casa Guanabara e Edilson Chaves) que abastecem o mercado interno além das cidades vizinhas, representadas na figura 10 (Secretarias Municipais de Tefé: Administração e Finanças – 2009), sendo inseridas no Cadastro Central de Empresas do IBGE (IBGE, 2009).

A figura vem ilustrando a distribuição dos estabelecimentos comerciais que trabalham com insumos da construção civil. Este comércio, inicialmente, era desenvolvido somente pela “firma” J. F. Lopes, com o crescimento populacional e urbanos ,surgiram novos empresários, no mesmo ramo, totalizando 9 lojas atendendo não só o mercado local, mas também a região.

¹³ Dados coletados em pesquisa de campo (04/2010).

Figura 10 :Localização das principais lojas de material de construção

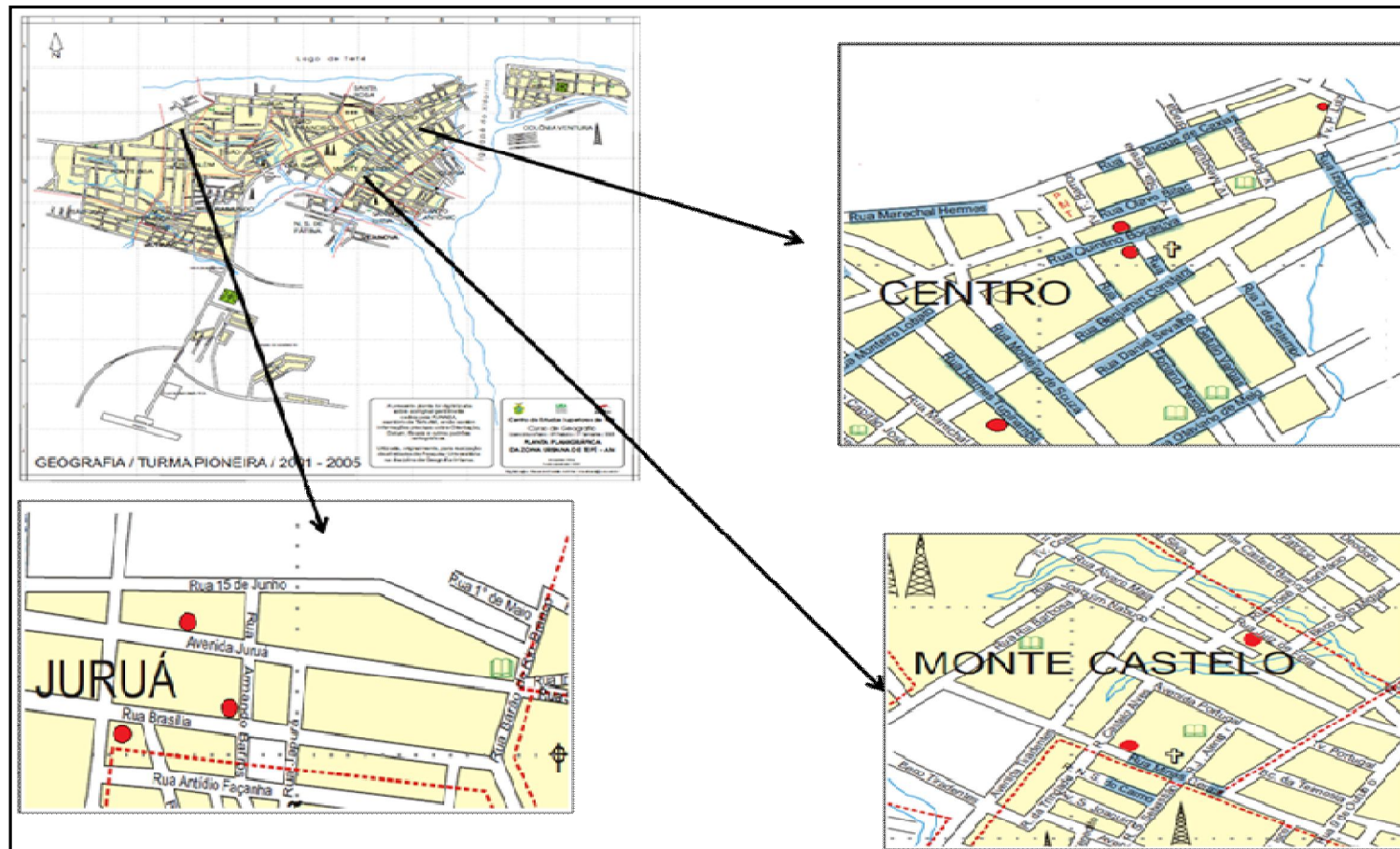


Figura 10: Espaço Urbano: Divisão dos bairros- Os pontos em vermelho mostram a localização das lojas de material de construção, inseridas no Cadastro Central de Empresas do IBGE.

Fonte da planta: FUNASA, 2005

Org: Eubia Andrea Rodrigues

Tendo como base este crescimento urbano e econômico, a arrecadação tributária também cresceu proporcionando ao município um maior recolhimento e possíveis investimentos, pois os repasses a arrecadações elevaram seus percentuais. De acordo com os dados cedidos pela SEPLAN-AM comparado-os ao do IBGE, é pertinente dizer que houve um aumento considerável nas transferências federais e estaduais, nos últimos dez anos, sendo que em 2009 houve uma redução dos valores nas taxas do IPI, Royalty e FPM, que são transferências federais. Já no final de 2010 começaram o recolhimento do ISS, das empresas prestadoras de serviço de petróleo, e a arrecadação do IPTU, que não é muito comum, na cidade, motivo pelo qual as pessoas se acham no direito de construir, danificar as ruas para fornecimento de água, sem nenhuma prestação de contas com a prefeitura. Com a instalação de uma agência do DETRAN-AM, o IPVA vem sendo cobrado regularmente, existindo ainda, alguns convênios que contribuem com a arrecadação. A tabela 6 demonstra os repasses e arrecadações estaduais e federais, com um acréscimo de valores desde 2003, em todos os tipos.

Tabela 6

Repasses Municipais

Transferências Federais R\$ 1,0	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
IPI				62.135	170.872			211.548	135.308	82.871
Royalty				76.601	234.009			238.426	310.260	236.099
FPM				3.242.678	7.091.021			11.723.840	13.643.660	12.654.885
FUNDEF				2.552.635	4.252.875			7.007.678	9.079.863	11.450.288

Transferências Estaduais R\$ 1,00	Repasses: R Arrecadação: A									
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
ICMS	R			2.207.931	6.450.561			9.250.883	11.509.315	10.853.768
	A			7.179	1.678.861			1.000.745	1.230.375	307.354
IPVA	R			341	74.745			112.626	165.529	171.499
	A			854	138.285			211.310	286.479	1.222.499

FONTES: SEFAZ; Tesouro Nacional in Condensado de Informações sobre os Municípios do Amazonas – SEPLAN-AM – 5ª Ed. p. 46-47, 2006.

Os dados cedidos pela Secretaria de Planejamento do Amazonas diferem dos dados coletados pelo IBGE que apresentaram os valores da receita orçamentária em torno de R\$ 48.199.359,14, sendo que só o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) alcançou seus R\$ 16.548.835, 86 (IBGE, 2008). Estes repasses e arrecadações relacionam-se a produção interna do município adicionada à produção agropecuária, indústria, serviços e impostos. Com os repasses apresentados, as condições urbanas tenderiam a melhorar, ou seja, não há uma aplicação correta das

verbas para a melhoria da cidade, isto reflete nas condições urbanas e sociais que a sociedade vive. Partindo de uma análise marxista, percebe-se que as esferas: econômica e política, pressionam o social provocando o empobrecimento da vida social (DAMIANI, 1999. P. 162), na cidade de Tefé.

Os dados demonstram que o município produz em todos os setores da economia, sendo que a sua maior movimentação está empregada no setor terciário, que compreende particularmente a atividade comercial, voltados para a comercialização dos produtos primários e industrializados, exemplificado na tabela 3, conseqüentemente, o aumento dos repasses federais e estaduais atestam um desenvolvimento econômico, apresentando um maior crescimento nas atividades de comércio e serviços, aliados ao crescimento da economia nacional, e particularmente, ao empenho dos setores públicos, que segundo Carlos tem como consequência a criação de uma diferenciação de locais de renda, classe e de uso (2008: p. 131).

Tabela 7

Demonstrativo das atividades primárias desenvolvidas em Tefé - 2009

Produção agropecuária

Nº	Condição legal do produtor	Número de estabelecimentos	Área do estabelecimento
01	Proprietário individual	1.108 unidades	37.908 hectares
02	Sociedade Anônima ou por cota de responsabilidade	44 unidades	1.634 hectares
03	Assentado sem título definitivo	146 unidades	1.481 hectares
04	Arrendatário	25 unidades	750 hectares
05	Parceiro	29 unidades	4 hectares
06	Ocupante	434 unidades	4.405 hectares
07	Produtor sem área	170 unidades	-

FONTE: IBGE, Pesquisa de Informações Básicas Municipais. 2009

De acordo com o quadro demonstrativo percebe-se que a utilização do solo para a produção agropecuária é desenvolvida por uma maioria de pequenas e médias propriedades, e, segundo pesquisa de campo a maioria dos estabelecimentos não pertencem definitivamente ao produtor agrícola, que troca sua força de trabalho pela sua sobrevivência, sendo este parceiro, arrendatário ou ocupante, utilizando somente uma pequena parte, sendo que grande parte não é

utilizada para nenhum tipo de produção. Portanto, em decorrência da falta de uma produção variada e excedente, o mercado fica muito mais dependente de outros lugares. O quadro revela que há a possibilidade de uma grande produção, mas a falta de incentivos e iniciativas leva o pequeno produtor a uma produção baixa¹⁴.

Este quadro demonstra uma realidade muito dolorosa para as famílias que dependem da terra para sobreviver, por não serem proprietários, quando produzem dividem sua produção com os donos da terra. Existe situação em que alguns agricultores deixaram as terras, em favorecimento de outras atividades, principalmente, quando pertence à União (INCRA, INFRAERO, EMBRAPA, Exército), ou quando está dentro de uma área protegida. Caso de alguns loteamentos na Estrada da EMADÉ, na comunidade do Pavão, e, na Estrada da Agrovila, na comunidade do Maranata. O agricultor trabalha sempre na expectativa de que o próximo “roçado” não acontecerá.

Tabela 8

Utilização da Terra

Lavoura Permanente		Número de estabelecimentos		Área	
		371 unidades		7.111 hectares	
Produto	Quantidade produzida	Valor da Produção	Área plantada	Área colhida	Rendimento médio
Abacate	3 toneladas	1 mil reais	3 hectares	3 hectares	1000 kg/ha
Banana	697 toneladas	627 mil reais	81 há	81 há	8.604 kg/ha
Coco da baía	78 mil frutos	117 mil reais	16 há	13 há	6000 frutos por hectare
Laranja	45 toneladas	23 mil reais	9 há	9ha	5000 kg/ha
Mamão	45 toneladas	41 mil reais	3 há	3 há	15.000 kg/ha
Maracujá	22 toneladas	2 mil reais	11 há	11 há	2000 kg/ha
Pimenta-do-reino	6 toneladas	7 mil reais	3 há	3 há	2000 kg/ha

¹⁴ Dados coletados em pesquisa de campo (12/2009).

Lavoura Temporária	Número de estabelecimentos		Área		
	909 unidades		11.953 há		

Produto	Quantidade produzida	Valor da Produção	Área plantada	Área colhida	Rendimento médio
Abacaxi	114 mil frutos	101 mil reais	16 hectares	16 hectares	9000 frutos por hectare
Cana-de-açúcar	2300 toneladas	138 mil reais	46 há	46 há	50.000 kg/ha
Feijão	5 toneladas	1 mil reais	6 há	6 há	833 kg/ha
Mandioca	137.000 toneladas	9.618 mil reais	11.450 ha	11.450 há	12.000 kg/ha
Melancia	427 toneladas	167 mil reais	122 ha	122 há	3.500 kg/ha
Milho	400 toneladas	180 mil reais	160 ha	160 há	2.500 kg/ha
Tomate	70 toneladas	3 mil reais	8 há	8 há	8.750 kg/ha

FONTE: IBGE, Produção Agrícola Municipal 2009. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

Ao analisarmos os quadros acima, constatamos que a produção é variada em função das características naturais da região, como no caso das áreas de várzeas onde predominam as culturas temporárias. Já nas áreas de terra-firme, o solo requer uma correção, os pequenos produtores recorrem a técnicas tradicionais para a plantação, principalmente da farinha de mandioca. Em entrevistas com os agricultores das Estradas da Agrovila e da EMADE, o IDAM e a Secretaria de Municipal de Produção pouco tem contribuído para o incentivo a uma maior produção. Desta forma existem questionamentos sobre as necessidades e exigências do processo de produção¹⁵. Os dados não se assemelham com a realidade, realmente foi detectada uma produção variada, mas a quantidade está fora da realidade, porque o que acontece é que os agricultores produzem como uma forma de complementação da produção de farinha-de-mandioca. Podemos afirmar que a produção de produtos como milho, tomate, e cana de açúcar, banana, maracujá, pimenta-do-reino é muito incipiente. O abacaxi e o côco são produzidos em uma quantidade inferior do que é demonstrado o quadro, mas são produtos que nos últimos dez anos tem se destacado, uma vez que a Prefeitura Municipal fez uma parceria, através da Secretaria de Produção, com os pequenos proprietários, sendo os produtos destinados às escolas municipais, para merenda escolar. Em trabalho de campo foi comprovada esta parceria, sendo que três produtores plantaram um

¹⁵ Dados coletados em pesquisa de campo (06/2010).

mil pés de cocos em suas propriedades para este fim e abastecem ainda alguns bares da cidade, mas a produção não chega aos dados demonstrados na tabela. A atividade agrícola exige subsídios que privilegiem uma maior produção, uma vez o pequeno produtor não dispendo dos meios, promove uma dependência comercial e as terras ficam improdutivas. É o que tem ocorrido em Tefé, o consumidor está cada vez mais dependente do mercado externo, com relação a produção agrícola, na maioria das vezes os produtos são encontrados em supermercados provenientes de outras áreas ou regiões, como é o caso da banana proveniente de Coari e Rondônia, a melancia e o melão, do Sudeste. Produtos que poderiam ser desenvolvidos em grande escala, se o produtor tivesse um apoio logístico e técnico.

Tabela 09

Pecuária

Tipo	Quantidade
Bovino	2.059 cabeças
Bubalino	187 cabeças
Suíno	498 cabeças
Ovino	558 cabeças
Galos, frangos, frangas e pintos	2.680 bicos
Codorna	1.015 bicos
Vacas ordenhadas	45 cabeças
Leite de vaca	5.000 mil litros
Ovos de codorna	24 mil dúzias

FONTE: IBGE, Produção da Pecuária Municipal 2009. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

A pecuária desenvolvida no município de Tefé, de acordo com os dados do IBGE, parece ser uma atividade promissora para os padrões do Estado, uma vez que o mercado cresceu, e poderia muito bem entrar no rol dos maiores produtores do Amazonas. Esta situação demonstra uma contradição em relação ao que é observado. Há que considerar que existe uma produção distinta, mas que pouco tem contribuído com a arrecadação municipal. Se a produção agrícola apresenta-se fraca, podemos concluir que a pecuária apresenta as mesmas características, ficando restrita à poucos produtores. A pecuária é considerada uma atividade de “acessório” (FURTADO 2004). Os frangos e frangas (galinhas caipiras) são comercializados entre o produtor e os donos de restaurantes e na Feira do Produtor Rural em pequenas quantidades, sendo que um bico de frango é comercializado

entre 20,00 a 30,00 reais. Codornas e os ovos de codornas são direcionados para os bares, e a comercialização feita por crianças que vendem na praia e bares, sendo que a comercialização dos ovos é feita em embalagem com cinco unidades (cosidos), no valor de 2,00 reais, não é comum a produção da mesma forma que a produção de ovos de granja, que tem procedência do Iranduba. Poucas pessoas, na cidade, utilizam do leite de vaca in natura, considerando que a oferta é pequena, poucos são os produtores. Portanto, esta atividade fica restrita apenas a três pequenos produtores¹⁶, sendo vendido sob encomenda

Tabela 10

Extração Vegetal e Silvicultura

Produto alimentício	Quantidade produzida	Valor da Produção
Açaí	23 toneladas	30 mil reais
Castanha-do-pará	702 toneladas	1.754 mil reais
Madeira (lenha)	357.009 metros cúbicos	1.714 mil reais

FONTE: IBGE, Produção da Extração Vegetal e Silvicultura 2009. Rio de Janeiro: IBGE, 2010

O extrativismo tem se mostrado, ainda, a principal atividade do município, considerando que existe uma diversificação de mercado para os produtos oriundos desta atividade. No caso do açaí, sendo uma fruta tipicamente regional, faz parte da cultura, tomar o vinho com farinha-de-mandioca, e a produção do vinho é muito pequena, ocorrendo o desaparecimento do produto durante a entressafra. A castanha-do-pará é comercializada entre Manaus, Pará e São Paulo via CIEX.

A inexpressiva produção agropecuária, no município de Tefé, tem propiciado uma dependência em relação aos diversos produtos, primeiramente em decorrência da sazonalidade das águas, ocorrendo uma oscilação de preços. Apesar da disponibilidade de áreas potencialmente aptas para produção, o mercado fica carente, necessitando da produção externa. Portanto, preconiza-se a elaboração de um diagnóstico para definir que fatores são responsáveis pela baixa produtividade. Segundo alguns produtores rurais, isto se deve a indisponibilidade de linhas de crédito e de mecanismos operacionais compatíveis com a característica da cultura, que se torna imprescindível para a caracterização da expansão agropecuária. Esta atividade se desenvolve, particularmente, nas comunidades rurais dispersas pelo rio Tefé e Solimões, além das comunidades localizadas no lago, existindo uma variação

¹⁶ Dados coletados em pesquisa de campo (06/2010).

de produção quando da utilização do solo, uma vez que algumas comunidades localizam-se e área de várzea, proporcionando uma produção bem maior das comunidades rurais que se localizam próximo à cidade (Agrovila e EMADE), mas não suficiente para uma comercialização externa

Embora os dados acima caracterizem uma produção expressiva, mas não real, o mercado se tornou mais exigente, e neste caso a procura é muito maior que a oferta estimulando uma comercialização externa. Alguns produtos como a farinha-de-mandioca, tem aquecido a economia, como descrevem Billacrês e Schwade:

Tefé, além de abastecer a capital do Estado, abastece outros municípios como Maraã e Fonte Boa. No período de vazante do rio a comercialização da farinha tem uma baixa, não por conta de intempéries ligadas diretamente à produção, mas sim na circulação devido às dificuldades de transporte nesse período mais seco. (2009, p. 8)

Mesmo assim a participação no estado é tímida, necessitando de políticas e programas governamentais, especialmente para esta atividade.

A produção agropecuária está restrita a pequenos produtores que se estabelecem ao longo das estradas da EMADE e Agrovila, seja da produção agrícola quanto da pecuária. Esta última sendo caracterizada pela produção de bubalinos de propriedade do Senhor Paulo Careca, que possui um açougue para a comercialização. Fora do Mercado Municipal a carne é comercializada por dois açougues próprios, além da comercialização nos supermercados. É importante frisar que a comercialização dos produtos agropecuários é desenvolvida no Mercado Municipal e na Feira do Produtor Rural, considerando também que alguns produtos são vendidos em tabernas e mercadinhos ¹⁷.

Os outros produtos acima descritos não chegam a ter uma produção excedente. No caso da cana-de-açúcar, segundo Billacrês e Schwade, é uma atividade recentemente introduzida, despertando interesse da economia local, sendo destinada para a produção de rapadura, vindo diretamente da cooperativa PROCANSI, localizada na comunidade de Santo Isidoro, embalada e com o selo da cooperativa (2009, p.9).

¹⁷ Dados coletados em pesquisa de campo (03/2010).

Quanto à produção extrativista, a castanha-do-pará ainda é seu principal produto, seguido da madeira (lenho) e açaí. Produtos como a carne-do-mato é comercializada na clandestinidade em função da fiscalização do IBAMA. A madeira e o açaí sustentam o mercado interno, não há uma produção excedente. A madeira sustenta as 6 (seis) padarias que utilizam o produto para o aquecimento dos fornos. O açaí é comercializado em forma de caroço e depois de processado é embalado em forma de vinho direto para o consumidor, tanto no período da safra e da entressafra a produção só abastece o mercado interno, variando o preço de R\$2,00 a R\$4,00, sendo que uma saca de fibra com 50kg o preço é de R\$120,00. A comercialização do açaí é feita em diferentes lugares, principalmente nos bairros, com uma pequena estrutura que funciona na frente das casas que comercializam produto, de forma artesanal ou com uma pequena engenhoca facilitando o preparo do vinho ¹⁸. São poucas pessoas que vendem o vinho, a população preza muito pela qualidade e, poucos conseguem esta qualidade, sendo obrigados a venderem o produto in natura.

No caso da castanha-do-pará, a comercialização é articulada entre os produtores e atravessadores. Atualmente, o maior comprador do produto é o Senhor Jorgimar Andrade, que armazena no flutuante e depois é direcionada para Manaus e vendida para o grupo CIEX, principal comprador dos produtos extrativistas no Amazonas, além do Jorgimar existem pequenos compradores, todos com armazéns flutuantes. Segundo o IBGE, em 2009 a produção foi de 702 toneladas equivalentes a 1.754 mil reais, dado preocupante, se considerássemos períodos anteriores, os dados descritos tornar-se-iam ínfimos, mas atualmente, houve uma redução na produção, muitos castanhais já não produzem tanto. Tefé deixou de ser um grande produtor em consequência do mercado e produtores, a grande maioria não deu continuidade no trabalho, como o Senhor Jorge Rezala que morreu sem deixar herdeiros, dono de quase todos os castanhais localizados na região do Lago de Tefé, e, nas propriedades do Santo Isidoro. Pela caracterização de maior produtor no século XX, foi denominada de “terra da castanha” segundo Billacrês e Schwade, “A castanha, que deu o nome a festa cultural do município, tem o período de safra de quatro meses, entre janeiro e final de abril.[...] (2009, p.9), período em que ocorre

¹⁸ Dados coletados em pesquisa de campo (03/2010)

o evento na cidade. . Existe ainda, a comercialização no município, da castanha cristalizada, este produto é feito de forma artesanal e vendida na feira ou sob encomenda, e a venda das nozes ensacadas comercializada nos supermercados (produção direta do Jutica dos castanhais de propriedade da família Cunha Mota)¹⁹

Como produção agro extrativa, destaca-se ainda o manejo do pirarucu. Sendo a pesca proibida, a captura e comercialização só são desenvolvidas em caso de piscicultura em áreas de manejo, sendo que as áreas de manejo devem está inserida em uma unidade de conservação ou ainda com acordos de pesca legalmente reconhecidos.

A maior produção de manejo do pirarucu, na cidade de Tefé, é desenvolvida pelo Instituto Mamirauá (a estrutura física do instituto localiza-se na cidade de Tefé, precisamente na Estrada do Bexiga, por oferecer uma estrutura de equipamentos urbanos para a instalação e articulação entre os lugares) dentro da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá e Amanã, que localiza-se em áreas das cidades de Fonte Boa, Maraã e Uarini, que se destaca na produção no Estado do Amazonas (Tabela 11). Tefé participa, ainda, da rede de comercialização do produto proveniente da IDSFB, não como consumidora, mas como coordenadora do trânsito do pescado, através do IBAMA, sob o comando da GEREX II, sendo o produto destinado para Manacapuru e Manaus (CARVALHO, 2010).

Existem dois projetos iniciais de piscicultura, em áreas particulares localizadas na estrada da EMADE (IDAM -2009). Com o manejo do pirarucu o Instituto Mamirauá juntamente com o IBAMA promove na cidade a Feira do Pirarucu, onde os moradores das comunidades das reservas vendem outros produtos (agrícolas e artesanato). Esta feira proporciona a comercialização individual dos produtos agrícolas e artesanais, sendo que a comercialização do pirarucu é desenvolvida coletivamente, os produtos são provenientes das comunidades da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá e dos produtores provenientes das estradas da EMADE e da Agrovila e a divisão do lucro obtido com a venda do pirarucu é distribuída entre as comunidades da reserva (IBAMA 2010).

¹⁹ Coleta de dados e pesquisa de campo (03/2010).

Tabela 11

Captura de pirarucu no Estado do Amazonas na safra de 2009

Município	Local	Cota (uni)	Bodecos	Peso (kg)	Preço Médio R\$
Juruá	RESEX Baixo Juruá	185	3	8.363,5	4,50
Jutái	RESEX do Rio Jutái	104	21	6.076,0	3,50
Tefé	RDS Mamirauá	4.976	-	249.300,0	4,50
	RDS Amanã	1532	-	77.628,0	4,50
Fonte Boa	RESEX Auati- Paraná	1.649		93.197,0	3,82
	RDS Mamirauá	5.019	177	271.647,0	3,92
Terra Indígena Acapuri		407		19.226,0	3,92
Itacoatiara	Rio Arari	24	-	1.180,0	4,88
Itapiranga	Canacari- Lago Preto	16	1	799,0	7,00
Total		13.912	202	727.416,5	4,5

FONTE: IBAMA - Projeto de Manejo dos Recursos Naturais da Várzea - 2009

Mesmo o município de Tefé não fazendo parte do grupo principal na produção do Amazonas, os resultados demonstram a atuação municipal no ranking de produção e comercialização, uma vez que a rede comercial local é bastante diversa, pois os dados constituem uma organização de produção e comercialização onde os lugares estão interligados por participarem da rede em diferentes funções (produção, fiscalização, logística de comercialização, mercado consumidos). Não só o pirarucu proporciona esta integração, peixes como surubim (*Pseudoplatystoma fasciatum*), pirarara (*Phractocephalus hemiliopterus*), aruanã (*Osteoglossum bicirrhosum*), são comercializados para o exterior, embalados e congelados, industrialmente, que segundo Silva:

Além do comércio e prestação de serviços, no setor terciário, se verificam atividades relevantes no setor primário, principalmente representado pela agricultura, e no setor secundário pela indústria de pesca e móveis. Cabe enfatizar que a indústria de pesca em Tefé conta com a presença de um frigorífico de grande porte, que abastece, inclusive, o mercado exterior, principalmente Colômbia, havendo a presença constante de pequenos frigoríficos flutuantes, geralmente de proprietários estrangeiros oriundos da Colômbia e do Peru, exclusivamente para esse fim. Além desses, Tefé conta ainda com um flutuante denominado "Entrepasto de Pescado", situado no lago de Tefé nas proximidades do Mercado Municipal (2009, p.35).

Tabela 12

Produto Interno Bruto 2008

Ação	Valores
Valor adicionado bruto da agropecuária a preços correntes	46.181 mil reais
Valor adicionado bruto da indústria a preços correntes	27.077 mil reais
Valor adicionado bruto dos serviços a preços correntes	187.157 mil reais
Impostos sobre produtos líquidos de subsídios a preços correntes	11.519 mil reais
PIB a preços correntes	270.934 mil reais
PIB per capita a preços correntes	4.187,35 reais

FONTES: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – 2008

Neste caso os dados nos levam a uma reflexão sobre a produção do espaço de Tefé, onde este se torna palco da concentração dos instrumentos de produção voltados para utilização do solo, para as atividades industriais e de serviços, de infra-estrutura, atividades estas de cunho puramente econômico, onde as relações pessoais tendem a enfraquecê-las, pois os valores demonstram esta análise. Além de palco de todas as atividades descritas, este também se tornou palco de concentração populacional promovendo uma articulação e expansão espacial, ocorrendo uma evolução do PIB, sendo este bem maior, em função do crescimento no setor de serviços associados à articulação financeira, mesmo com uma pequena produção nos setores primários e secundários, atuam no mercado três bancos e cinco casas financeiras (crédito), estes arranjos coligados com a atividade comercial proporcionam uma elevação do PIB. Há que considerar a instalação de vários estabelecimentos voltados para o setor de serviços, proporcionando um dinamismo na estrutura espacial urbana de Tefé, principalmente, com a intervenção do Estado (INSS, SEBRAE, AFEAM, Caixa Econômica, Lotérica, DETRAN-AM, Secretaria da Receita Federal, Secretaria Estadual da Fazenda, Universidade do Estado do Amazonas, órgãos da Justiça Federal Comum e da Justiça Federal Especializada (Justiça do Trabalho e Justiça Eleitoral), Tribunais de 2ª Instância (Tribunal Regional Federal - TRF, Tribunal Regional do Trabalho - TRT e Tribunal Regional Eleitoral -

TRE), e de 1ª Instância, que oferece política de apoio às atividades terciárias²⁰, caracterizando a gestão territorial proposta pelo IBGE

Os valores agregados às atividades primárias e secundárias são inferiores aos das atividades terciárias, conclui-se que a agropecuária é incipiente, levando à dependência de produtos de outros municípios, particularmente, a banana, carne bovina, abacaxi, mamão, hortifrutigranjeiros. O setor industrial restringe-se a movelarias, serraria, olaria, além da indústria de filetagem do pescado. As movelarias funcionam no fundo dos quintais de forma irregular, tendo na cidade somente uma olaria e uma serraria. Desta forma, o emprego no setor industrial é reduzido, e os salários são baixos (R\$ 500,00 por quarenta horas semanais) comparando-os aos dos serviços e comércio, principalmente, ao funcionalismo público, que é a maior fonte de emprego dos tefeenses, particularmente nos setores de Educação e Saúde, tendo uma média de salário de R\$ 1.215,00 (vinte horas semanais), quem possui o nível superior. Na realidade, o Estado ainda é o maior interventor na economia do município, promovendo uma rotatividade de capital e uma maior atração de pessoal, fato comprovado com a presença das Forças Armadas (Exército, Marinha e Aeronáutica), que emprega um grande contingente de mão-de-obra, onde os salários variam de acordo com a patente.

A dinâmica populacional é analisada no Eixo II, do manual do ReCiMe, e as variáveis pesquisadas são: evolução da população total, urbana e rural, migração, distribuição do emprego formal segundo os setores da economia, evolução da PEA, evolução do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) que, para o NEPECAB está relacionada a uma pesquisa voltada para a dinâmica populacional e mercado de trabalho, que estão distribuídos nos arranjos institucionais, inseridos nos dados populacionais, pirâmide etária, estimativas populacionais, além das variáveis históricas da cidade.

Os dados das tabelas de 5 a 10 nos mostram que a cidade foi reproduzindo seu espaço urbano, englobando áreas desocupadas, e integrando ainda mais, as comunidades rurais, comunidades ribeirinhas, as cidades vizinhas, e outras regiões do país, sendo a terra de forma substantiva, um palco das transformações, e as relações o enredo do espetáculo urbano. Neste sentido, o espetáculo se compõe de

²⁰ Dados coletados em pesquisa de campo (08/2010).

diferentes atos e atores, mas integrados representam uma única realidade. A realidade urbana.

Em Tefé, esses atores também, passaram por mudanças, uns saíram por definitivos do espetáculo, outros foram fazer parte de um outro enredo, e outros, ainda foram substituídos, mas suas ações direta ou indiretamente contribuem com as transformações. Esta dinâmica de atores reflete nos dados das tabelas 13 e 14.

Tabela 13

Aspecto populacional de Tefé no último decênio.

Aspectos/Ano	2000	2007	2010
Urbana	47.698	47.257	50.072
Rural	16.759	15.663	11.327
Total	64.456	62.920	61.399
IDH	0,663	0,663	-
Densidade Demográfica	2,7	2,6	2,5

FONTE: IBGE/Censos e Contagem da População; 2000 – 2007 - 2010 PNUD/ADH – SEPLAN-AM

De acordo com os dados do IBGE e SEPLAN-AM, observa-se uma queda no número de habitantes no município de Tefé desde 2000, sendo que a população urbana teve um acréscimo de aproximadamente 4% em 2010. Este aumento está relacionado às melhorias ocorridas no município nos setores de educação, serviços e saúde. Desta forma, a cidade de Tefé tornou-se um “teatro de acumulação” que segundo Souza, “exercem várias funções (extração de capital excedente alimentar, drenagem de renda fundiária, acumulação propriamente de capital)” e na qualidade de centro de difusão, as cidades se apresentam como suportes para a disseminação de bens e idéias, das cidades maiores para as cidades menores, até chegar ao campo (2010 p.53-54), servindo área de atração para as cidades vizinhas.

Todavia, mesmo com os atrativos urbanos, o município sofreu um decréscimo populacional. Para justificar este decréscimo, a Comissão Municipal de Geografia e Estatística, instituída pelo IBGE, formada por membros de várias instituições, com o objetivo de avaliar o trabalho do censo, concluiu que isto ocorreu em função dos eventos naturais ocorridos na região no período da realização do Censo 2010. Embora tenham realizado a coleta dos dados na zona rural, os recenseadores ficaram impossibilitados de chegarem aos mais distantes lugares, pois o acesso foi dificultado pela vazante dos rios, provocando uma grande seca na

região, uma vez que este acesso torna-se limitado. Outro motivo foi o grande número de domicílios fechados (ver tabela), aliado a transferência dos militares do Exército Brasileiro, que agrega um número expressivo, refletindo nas despesas e receitas tributárias do município. Esta situação reflete nos dados de domicílios não ocupados ocasionalmente, pois a coleta dos dados foram realizadas no período em que estava ocorrendo a remoção dos militares, pois algumas casas na Vila Militar, do Exército, estavam fechadas e os apartamentos alugados para este fim encontrava-se desocupados, informação apresentada na segunda reunião da Comissão Municipal de Geografia e Estatística, realizada em novembro de 2010, na Câmara Municipal de Tefé.

Tabela 14

Situação Domiciliar

Domicílios	Quantidade
Particulares ocupados	12.123
Particulares não ocupados fechados	68
Particulares não ocupados de uso ocasional	806
Particulares não ocupados vagos.	996
Coletivos	38
Coletivos sem morador	22
Coletivos com morador	16

FONTE: IBGE, Primeiros Resultados do Censo, 2010.

A urbanização aliada a um crescente número de instituições de gerenciamento federal e empresarial tendem crescer em função da atuação da Petrobrás, para a extração de petróleo gás natural da região do Ingá e São Mateus, no rio Tefé, proporcionando uma (re) estruturação de espaço urbano.

O Manual do ReCiMe, no Eixo III, destaca os elementos pertencentes aos equipamento urbanos e infra-estrutura, sendo utilizadas somente as variáveis 16, 19, 21 pelos pesquisadores do NEPECAB, que se relacionam aos arranjos institucionais de serviços e comércio; índice de construção civil; infra-estrutura urbana; fluxo de transporte e relações intra e interurbana, pontos que fundamentam uma articulação das relações sociais de produção. Portanto, a análise dessas variáveis, que correspondem aos fixos e fluxos que articulam o espaço urbano

proporcionando a idéia do desenvolvimento geográfico desigual, proposto por Harvey (1996), que segundo Schor:

na Amazônia esta escala inter-relaciona, por meio de redes de comunicação e comércio, a macro e a micro escala, o lugar e o mundo, e é permeada por um discurso e prática sócio-ecológicos dominantes. O espaço na Amazônia, em especial o espaço urbano, configura novas perspectivas de análise e prática fundamentada nas relações sócio-ecológicas historicamente sedimentadas e contínua mutação devido à expansão das diversas redes interconectadas (2008).

Esta rede de comunicação e comércio, que configura a estrutura regional do Médio Solimões, pode ser descrita em função, principalmente, da articulação fluvial, onde toda logística é desenvolvida através da navegação. Sendo uma situação peculiar do Amazonas, a navegação fluvial é ainda, o principal meio de articulação entre as cidades da região oeste do Médio Solimões tornando o espaço mais coeso. Esta característica não é exclusiva dos espaços interurbanos. Na cidade de Tefé é uma situação bem comum, uma vez que o maior bairro da cidade localiza-se na margem esquerda do Lago de Tefé, no sentido foz/nascente, se limitando com o Igarapé do Xidarini, conhecido popularmente, como “Ilha do Abial”, sendo que na vazante dos rios, os dois braços do igarapé não passam de dois pequenos córregos, enquanto na enchente, torna o bairro em uma ilha, separando-o da cidade, e o acesso entre os bairros é realizado pelas “catraias”. Na seca de 2010, o acesso foi facilitado pela construção de uma pequena ponte de madeira, permitindo a utilização de veículos de rodagem, sendo o mais comum, os mototaxistas que cobram uma taxa de R\$ 4,00 por pessoa (ida e volta). Por “catraia” os usuários comuns pagam somente R\$ 1,00 (ida e volta), e estudantes pagam somente 0,50 centavos, este preço varia quando o usuário utiliza o meio para atravessar para os flutuantes que se encontram distribuídos pelo lago e igarapé (Figura 11). Esta dinâmica urbana é em função dos principais equipamentos urbanos, desta forma os moradores não só Abial, mas dos bairros próximos, desenvolvem suas atividades diárias no centro da cidade e nos bairros onde estão inseridos estes equipamentos. Esse movimento permitiu a criação de duas associações dos “catraieiros” (Sindicato e a Associação Jatão), onde estão distribuídos os 48 membros, formado basicamente de homens entre uma faixa etária de 18 a 60 anos e cadastrados na Capitania dos Portos de

Tefé, permitindo uma articulação intensa em busca dos equipamentos urbanos. Esta articulação só é possível em função da oferta dos equipamentos (Associação dos Catraieiros do Abial, 2010), principalmente os serviços de saúde e educação.

A cidade de Tefé dispõe de 25 escolas estaduais e municipais de nível Fundamental e Médio, com um público de aproximadamente 18.935 alunos e 728 professores, além do Centro de Estudos superiores do Amazonas CEST-UEA, que oferece 11 (nove) cursos de licenciaturas e pós-graduação *lato sensu*, perfazendo um total de 1.628 acadêmicos e 72 docentes (SEPLAN-AM, 2009), desse total somente quatro escolas localizam-se no centro da cidade, ficando o restante nos bairros. O Bairro do Abial dispõe de um maior número de escolas (4) sendo só uma de nível Médio. Quanto à questão de saúde disponibiliza de 72 leitos com 14 estabelecimentos de saúde, nas mais variadas especialidades, considerando que existem os postos de saúde nos bairros, mesmo assim não supri as necessidades da população fazendo com que esta busque recursos na capital do Estado, na maioria das vezes auxiliada pela prefeitura municipal, sendo que se tem um hospital regional, localizado no Bairro de São João e o Hospital São Miguel, no Bairro de Olaria²¹.

A cidade dispõe ainda de um grande contingente humano voltado para a questão da segurança pública (uma base da Guarda Municipal e Agente do Trânsito e um Quartel da polícia Militar do Amazonas). Como Tefé possui uma localização estratégica, isso privilegiou a atuação dos narcotraficantes possibilitando uma rota internacional, por isso houve a necessidade da instalação de uma base da Polícia Federal juntamente com as Forças Armadas (Marinha, Exército e Aeronáutica). Outros equipamentos existem na cidade como: dois cartórios (1º e 2º ofício), uma Delegacia da Justiça do Trabalho, uma base da Secretaria Estadual da Fazenda, uma base da Receita Federal, um fórum de justiça e a vara da infância, Conselho Tutelar, além da assistência jurídica realizada por 7 (sete) escritórios de advocacia, uma agência do IBGE, uma agência dos Correios, duas funerárias. Para a articulação financeira, conta com agências bancárias (BRADESCO, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal), além de uma Lotérica e 4 (quatro) casas financeiras. Para atender o contingente populacional em trânsito conta com 7 (sete) hotéis de

²¹ Dados coletados em pesquisa de campo(06/2010).

pequeno porte, 5 (cinco) restaurantes e 4(quatro) pizzarias, e uma variedade de lanchonetes distribuídas pelos bairros, além de duas danceterias (LF300 e Point 10). Os serviços oferecidos são variados, sendo incluído: laboratórios de análise clínica, drogarias e farmácias, papelarias, lojas de informática, joalherias, óticas, agências de turismo e viagens, salão de beleza, clínica de estética, cabeleireiros, escritórios de contabilidade, pet shop, oficinas mecânicas, lava jatos. Existe uma variedade de atividades na informalidade (bancas de churrascos, sorveterias ambulantes, bares, soparia).²²

Com o crescimento urbano, uma das questões a ser verificada está relacionada ao saneamento básico, ao abastecimento de água e energia elétrica, coleta de lixo, Educação Ambiental e o Cemitério Municipal. Segundo os dados do IBGE, o abastecimento de água com uma simples desinfecção (cloração e outros) é de 839 metros cúbicos, sendo que o abastecimento de água sem tratamento corresponde a 4.940 metros cúbicos sendo servida pelo SAAE, portanto é pertinente afirmar que a maior parte da população de Tefé é abastecida de água sem tratamento, ocorrendo um grande número de pessoas infectadas (desidratação e Infecção intestinal), esta infecção é promovida, também, pelos dejetos humanos provenientes do cemitério, que segundo pesquisas topográficas existem nascentes que abastecem o igarapé de São Francisco, localizado no bairro com o mesmo nome (Serviço de Saúde Domiciliar - agente de saúde, 2009).

O consumo de energia tem sido considerado altíssimo, em função dos equipamentos urbanos, com um consumo de 35.076 (mw/h) sendo distribuída pela única usina gerenciada pela Amazonas Energia, sendo a usina localizada no centro da cidade, na estrada do Aeroporto, a demanda de energia é inferior ao número de consumidores, provocando regularmente um racionamento, geralmente causado pela falta de manutenção das máquinas ou falta de diesel (SEPLAN-AM, 2009). A cidade conta ainda, com uma unidade de gestão de resíduos sólidos (Gestão Municipal), que se responsabiliza pela coleta no centro e bairros, realizando o depósito a céu aberto, no único ramal da Estrada da Agrovila. Todas essas atividades e equipamentos favorecem a posição que Tefé ocupa nesta região, como descreve Silva:

²² Dados coletados e pesquisa de campo (06/2010).

As atividades urbanas do município são intensas, o que confere a Tefé o *status* de cidade pólo na região. Sua importância geopolítica, observada ao longo da história, possibilitou a presença de órgãos e instituições ausentes na maioria dos municípios do estado do Amazonas. Dentre estes é possível citar a presença de um Comando de Brigada do exército Brasileiro, Agência Fluvial da marinha do Brasil, destacamento da Aeronáutica (Destacamento de Controle do espaço Aéreo de Tefé – DTCEA-TF), Delegacia da Polícia Federal, Instituto Brasileiro d Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), Fórum de Justiça, Delegacia da Justiça do Trabalho, campus da Universidade do Estado do Amazonas/Centro de Estudos Superiores de Tefé (UEA/CEST) e 3º Batalhão de Polícia Militar do Amazonas, entre outros (2009, p.35).

Como a maioria dos serviços são oferecidos na “cidade” ou do “outro lado”, como falam os moradores do bairro do Abial, há a necessidade do deslocamento diário, permitindo a utilização constante das “catraias” favorecendo uma produção de renda e emprego para a população.



Figura 11 – Vista aérea do Igarapé do Xidarini e Lago de Tefé - Enchente e Vazante.

Fonte: Thiago Figueredo, 2010

A “catraia”, juntamente com as motos são os principais meios de transporte urbano na cidade de Tefé, tendo ainda uma pequena frota de táxi, com aproximadamente 15 (quinze) taxistas, além de 10 (dez) táxis-carga, 6(seis) caminhões-baús, 3 (três) microônibus e 2 (dois) ônibus, estes últimos são da prefeitura para o transporte dos agricultores e professores para as estradas da EMADÉ e Agrovila, além, de um grande número de automóveis particulares dos mais variados modelos, que circulam pelos bairros que estão distribuídos em quatro grandes zonas urbanas (Figura 12)²³ Pode-se destacar, ainda, o transporte aéreo que em décadas anteriores era articulado por várias empresas aéreas (VARIG,

²³ Dados coletados e pesquisa de campo (11/2010).

RICO, TABA), atualmente, este transporte conta com a atuação de TRIP Linhas Aéreas, com vôos diários para Manaus, fazendo escala e Tabatinga, Fonte Boa, Eirunepé e Coari, além dos aviões particulares que transportam os malotes dos Correios e dos Bancos (AMAZONAVE). Os valores de passagens aéreas chegam a R\$ 1.400,00 (ida e volta). Esses valores proporcionam uma procura maior pelas lanchas “ajato”. Hoje com as instalações da empresas ligadas a PETROBRAS, o movimento se intensificou, pois aviões pequenos e helicópteros são vistos diariamente no aeroporto, transportando mantimentos e trabalhadores para as bases.²⁴

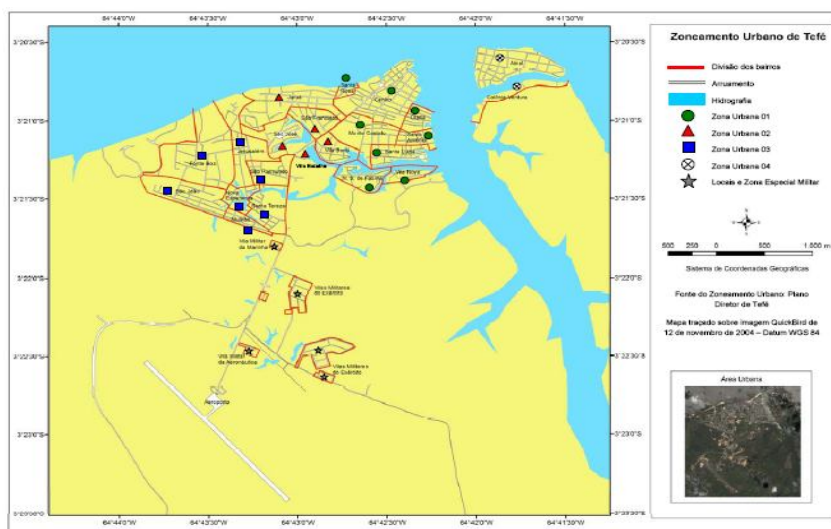


Figura12: Zoneamento da área urbana de Tefé
Fonte: SILVA, 2009

Para atender esta demanda de veículos com o abastecimento de combustível, além dos 5(cinco) flutuantes (pontão), existem na cidade 8 (oito) postos de gasolina, que são abastecidos com produtos direto de Manaus, através das balsas cedidas pelas distribuidoras de petróleo (Equador e ATEM), e a PIONEIRA, que trabalha com a bandeira da PETROBRÁS, para abastecimento das aeronaves. Existem as balsas que transportam as cargas pesadas de propriedade do Senhor Jorge Bilha e do Senhor Jackson Queiróz (carros, máquinas pesadas, cimento)²⁵.

²⁴ Idem

²⁵ Dados coletados em pesquisa de campo (06/2010).

Sendo Alvarães a cidade mais próxima de Tefé, as relações são mais estreitas, a comunicação entre as cidades pode ser feita via Lago de Tefé ou pelo Rio Solimões. Pelo lago os “catraieiros” se direcionam para Nogueira (Vila situada na margem direita do lago na direção foz/nascente), que após a pavimentação da estrada Alvarães/Nogueira, a circulação foi facilitada proporcionando o emprego e renda. Sendo que o acesso por Nogueira o usuário paga R\$ 20,00 reais (ida e volta), sendo R\$5,00 para atravessar de lancha e mais R\$5,00 para os motoqueiros que transportam de Nogueira para Alvarães e vice versa. Com a implantação da UEA, este movimento triplicou, uma vez que os jovens universitários atravessam diariamente para Tefé e retornam ao fim de suas atividades acadêmicas. Além deste movimento diário, a universidade foi responsável pela concentração populacional de jovens estudantes provenientes dos mais diversos lugares da região, promovendo um aumento no mercado imobiliário (construção de casa e apartamentos e aluguel) (Secretaria Municipal de Infra-estrutura, 2010). Nos últimos dez anos foi um mercado que cresceu bastante, mas não proporcionou a criação de novos bairros, favorecendo o crescimento vertical da cidade, considerando que o uso do solo urbano foi disputado por vários segmentos da sociedade de forma diferenciada, que segundo Carlos “será [...] orientado pelo mercado, mediador fundamental das relações que se estabelecem na sociedade capitalista, produzindo um conjunto limitado escolhas e condições de vida” (2008, p.86). Portanto, esta nova paisagem vai surgindo em função das novas formas de apropriação, isso pode ser fundamentado no que Harvey fala sobre a utilização do solo. Para o autor, o solo e as benfeitorias, no capitalismo, são mercadorias especiais e o valor de uso não é o mesmo para todas as pessoas, nem constante no tempo (1980), portanto a cidade é resultado da produção do capital. E Carlos diz ainda que como produto de utilização do solo:

a cidade aparece como um bem material, consumida de acordo com as leis da reprodução do capital. Este processo tem por característica fundamental produzir um produto fruto do processo de trabalho considerado como processo de valorização, que seja mercadoria e que se realize através do mercado. No caso do espaço urbano ele é um produto que possui um valor de uso e de troca específicos: como produto do processo, ele é mercadoria, como condição para produção, é capital fixo (2008, p.85).

Os equipamentos urbanos, juntamente, com o serviço e o comércio proporcionam uma articulação interurbana, considerando que as cidades adjacentes não detêm de todos os serviços e produtos que são disponibilizados em Tefé,

permitindo uma articulação entre si, onde algumas se articulam com mais intensidade e outras, se articulam apenas indiretamente por meio de outras cidades, isto em consonância com os meios de comunicação e transporte que permite o fluxo de produtos e pessoas. É importante destacar que, independente do tipo e da intensidade do fluxo, as cidades, na região, se encontram interligadas, contemplando o que se denomina de rede, neste caso de rede urbana.

No caso específico de Tefé, é de fundamental importância neste estudo, destacar a atividade comercial como promotora da articulação regional priorizando a cidade como centro irradiador dos serviços: rural e urbano, considerando que o processo de comercialização não se destina somente ao espaço urbano, como descreve Corrêa:

Uma das formas em que a comercialização se realiza é aquela na qual participam numerosos intermediários localizados em sucessivos centros urbanos, constituindo uma cadeia urbana de comercialização: o comerciante local, da pequena cidade, tem uma margem de lucro ao vender a produção ao comerciante ou à usina de beneficiamento localizada em um centro urbano maior; a revenda da produção a industrial, exportador ou grande atacadista metropolitano, por sua vez, adiciona uma margem de lucro ao preço pago ao comerciante local. Nesta cadeia, o consumidor final de localização urbana, paga um preço muito elevado se comparado àquele que o produtor rural, localizado no começo do processo de comercialização, recebeu do comerciante local. A cadeia de comercialização de produtos agrícolas se torna, assim, uma cadeia urbana de extração de lucros comerciais(2006, p. 33-34).

Portanto, a atividade comercial aliada à logística dos transportes e serviços prioriza a cidade de Tefé como centro polarizador e fortalecem sua característica de “cidade média de responsabilidade territorial”. É possível que surjam os questionamentos, mas estes devem proporcionar um estudo mais articulado nas diversas cidades que compõem a região do Médio Solimões para uma efetiva contribuição para a consolidação e fortalecimento da rede.

Para se chegar a esta denominação foi necessário recorrer à história de Tefé, e identificar se os arranjos institucionais permaneceram, desapareceram ou se transformaram durante os seus 156 anos de existência, pois segundo Castro (2001 apud Costa Junior e Schor, 2010): “Nesse sentido, mais importante do que saber quanto muda, é compreender o que muda e como muda”, e entender se esta mudança afeta ou não as relações entre as cidades que compõem a rede urbana.

4. Rede urbana: a dinâmica comercial no Médio Solimões

Ao comparar a atuação e finalidade do capital externo no Amazonas, percebe-se que a estrutura urbana se diferencia, aliada também as condições naturais. Não se pode falar da rede urbana do rio Solimões sem antes entender como se processou as diferenças espaciais no estado, em consequência de sua hidrografia.

É importante destacar que os rios, no Amazonas, são grandes aliados no processo de urbanização, pois o próprio desenvolvimento econômico, tem criado possibilidade para exploração das hidrovias, que permitem uma integração e comunicação entre os diferentes lugares, considerando que o urbano se processa em meio as situações geográficas, ecológicas, históricas e culturais específicas.

São estas especificidades que tornam o espaço urbano complexo, difícil de ser analisado de maneira homogênea, portanto, passível de estudos particularizados. As características naturais da Amazônia influenciam diretamente nos contrastes socioeconômicos, que permeiam a estruturação da rede urbana, seja ela em qualquer unidade federativa que compõe a região. É visível a existência de um contraste urbano que perpetua na estruturação da rede, este contraste é em função da articulação interna e aproximação com o centro difusor do capital, considerando Manaus como este centro, no Amazonas.

A necessidade de particularizar a área de análise está atrelada aos contrastes espaciais oriundos da produção capitalista. No Amazonas, é necessário definir um ponto em que são visíveis as contradições e articulações urbanas. Este divisor é Manaus, pois a partir dele, temos áreas distintas que se estruturaram, particularmente, em função da hidrografia regional, que possibilita um fluxo mais intenso ou não, e, áreas em que a hidrografia não passa de uma paisagem para a exploração do turismo e lazer, onde os fluxos de sujeitos e objetos são realizados, normalmente, vias aéreas e terrestres, não tendo o mesmo grau de importância como ocorre no Alto e Médio Solimões. Portanto, se tem duas realidades urbanas distintas, uma ligada diretamente à utilização dos rios, e outra, voltada para a utilização das estradas, tais vias são responsáveis pela articulação dos espaços inter e intra-urbanos, sendo que a primeira, está atrelada a sazonalidade dos rios.

Primeiramente, será discutido o urbano articulado pelas estradas. A partir da década de 1960, ocorreu uma injeção de verbas públicas para desenvolver e ocupar a Amazônia, e o Estado do Amazonas não ficou fora dos projetos desenvolvimentistas. Embora, tenham implantado o Pólo Industrial de Manaus, como obra desses projetos, houve a necessidade de implantação de rodovias estaduais e nacionais, no estado. A construção de tais rodovias facilitaria o escoamento da produção do Amazonas, via BR-319, para Porto Velho (RO), e pela BR-174, para Boa Vista (RR) chegando até o Caribe e, a AM-010, estas rodovias tinham como objetivos propostos integrar a região ao restante do país, política instituída durante o governo militar, que visava uma integração voltada para os mercados nacional e internacional. Ao longo dessas rodovias foram surgindo núcleos de povoamento, oriundos de projetos agro minerais, dando início a pequenas aglomerações urbanas, na maioria das vezes controladas por grandes empresas, como descreve Oliveira (2000) sobre a produção do espaço na Amazônia, citando a construção da Usina Hidrelétrica de Balbina e implantação do Projeto Mineral de Pitinga. O autor relata a atuação do Estado guiada pelas grandes empresas estatais, mas controladas pelo capital externo. A partir dos grandes projetos o espaço urbano foi se tornando um homogêneo-fragmentado e hierarquizado, ocasionando contradições e conflitos entre a população residente, principalmente nos espaços demarcados para a implantação dos respectivos projetos. Estas novas formas urbanas proporcionam um redimensionamento e redirecionamento dos fluxos, se contrapondo aos fluxos resultantes do processo de ocupação colonial portuguesa. Todavia o urbano se constrói sempre em decorrência das exigências do capital externo, isso independe das vias de circulação e integração.

Manaus se tornou o centro divisor do urbano do Amazonas, em função do processo de industrialização, que vai proporcionar uma urbanização mais acelerada e contaminando as áreas próximas e aproximando os lugares, principalmente as áreas que mantém uma articulação mais intensa em função da produção, seja agropecuária ou mineral, como é o caso do Iranduba, de Presidente Figueiredo, Itacoatiara, que foram facilitadas pela proximidade com a capital.

A articulação da rede nesta área é mais intensa e coesa, considerando a não existência de centros intermediários, pois todas as cidades dentro desta perspectiva estão ligadas diretamente a um único centro (metrópole) de acordo com o IBGE.

A rede caracterizada pela circulação via fluvial, no Estado, é mais extensa e articulada considerando que a rede hidrográfica abrange toda extensão do Amazonas. As próprias condições naturais viabilizaram a estruturação da rede urbana, que foi sendo moldada ao longo do processo de ocupação portuguesa até aos dias atuais.

As expedições missionárias e militares percorriam os rios da Amazônia, iniciando o processo de organização em rede, em função da articulação entre os núcleos de povoamento que foram criados estrategicamente, para assegurar a posse das terras para o governo português, implantando um padrão urbano voltado para a segurança territorial. Portanto o objetivo inicial desta organização particulariza a rede em função da articulação via fluvial, principalmente na região oeste o Médio Solimões. Isto pode ser percebido no relato de Francisco Xavier Ribeiro Sampaio, quando esteve em Tefé, em 1775:

[...] Já de manhã entramos a navegar. À sete e meia passamos a boca do riacho Camuçua, depois a Giticapará, ou rio das batatas, onde medeia uma ilha, que prolongando-se forma uma canal. Na margem do norte ficava outro chamado Uananá, tido pela quarta boca do Japurá, mas também erradamente. Corre logo pela do sul por onde navegávamos, o riacho Itaurana, ao qual se segue o rio Caiamé, aonde chegamos ao meio dia, e aí descansamos. O Caiamé, posto que sua boca não seja muito espaçosa, não traz contudo pequeno cabedal de águas. Em pouca distância da barra, e ainda a vista dela começa alargar-se a maneira de lago. [...] Este rio é habitado de gentio Mura. De tarde fomos navegando por entre diversas ilhas [...] Passávamos próximos as bocas dos riachos Pupunha, Genipauá, Sernambi-paraná, ou dos Camaleões, e fomos dormir não muito distante da barra de Tefé. Pelas oito da mesma manhã chegamos a vila de Ega, que ocupa a margem oriental daquele rio no lugar da maior largura da sua baía, entre um pequeno riacho, que deságua no Tefé e fecha o lado oriental da vila, e uma ponta da parte do poente. Depois da missa embarcamos, e com bom tempo atravessamos a baía até a vila de Ega [...] por onze horas da manhã tínhamos saído do Tefé, e entrado no Amazonas, cuja margem austral fomos navegando [...] Às cinco chegamos à barra do pequeno rio Urauá, que pelo sul desemboca no Amazonas. Junto a ela mas na margem oriental, e rodeado em parte pela água, que do mesmo se introduz à terra, está situado o lugar de Alvarães [...]*

De acordo com o relato acima é visível a articulação entre os mais distintos lugares nesta região onde “o rio comanda a vida” segundo Leandro Tocantins (2000). Então, mesmo com todo o desenvolvimento na navegação, aliado ao processo de industrialização e urbanização, os lugares mais remotos, parecem que

adormeceram para o progresso, mas mantiveram-se articulados, seja através das canoas, “rabetas”, “deslizadores”, lanchas, rádios, e principalmente, em função do comércio dos produtos agro-extrativos.

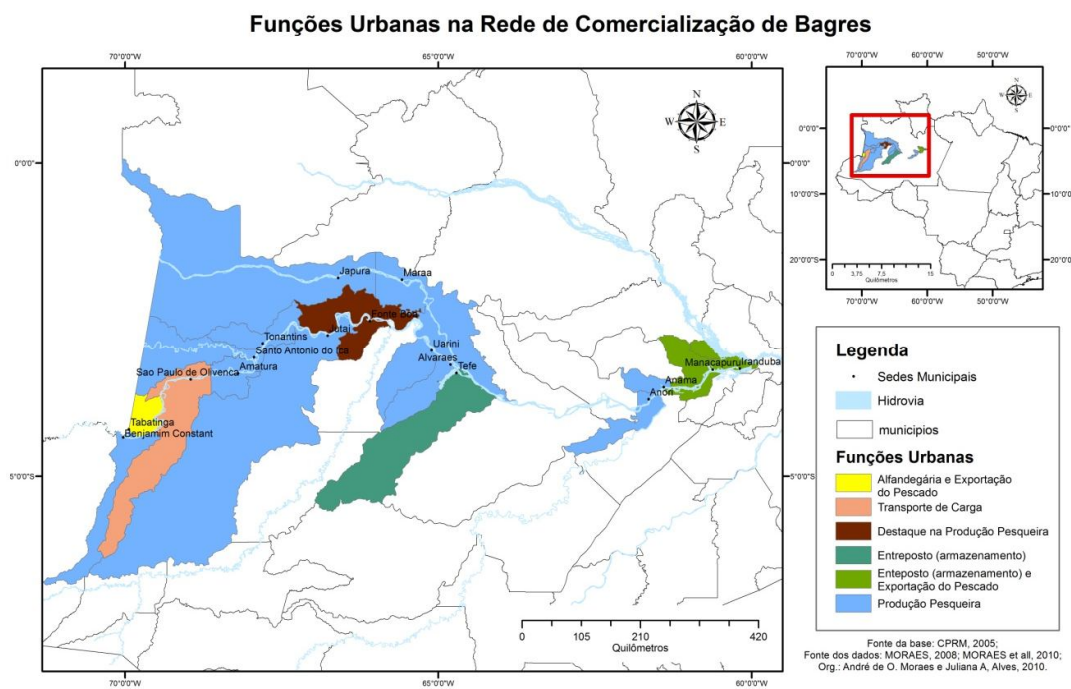
Esta articulação se tornou mais intensa, principalmente, em consequência do desenvolvimento da economia gomífera, que consolidou vários centros produtores e intermediários da produção, caracterizando o padrão espacial definido pela rede fluvial, se contrapondo ao padrão anterior, via sistema de “aviamento”, que intensificou as relações entre os mais diferentes lugares (“barracões dos seringais”, casas aviadoras nas sedes municipais, casas aviadoras de exportação e o mercado externo). Este processo caracteriza o que Corrêa (2006, p.215) chama de “conjunto dentriticamente articulado de localizações, cujo papel mais significativo era o de viabilizar a extração de um excedente, que no plano regional garantia o poder econômico e político de uma elite mercantil”.

Portanto este período intensificou a articulação e consolidação da rede urbana do rio Solimões em função dos diferentes lugares que atendiam a este ciclo econômico, e estavam diretamente, ligados aos dois grandes centros exportadores com direção ao exterior. É importante destacar, que mesmo com a estagnação da economia gomífera, os núcleos urbanos, com exceção de Manaus e Belém, principalmente nas áreas produtoras, permaneceram articulados, fortalecendo alguns núcleos. A cidade de Tefé se destacou pela articulação via sistema de “aviamento”, pois desde o século XVII, já era ponto de comercialização na região, dos produtos extrativistas.

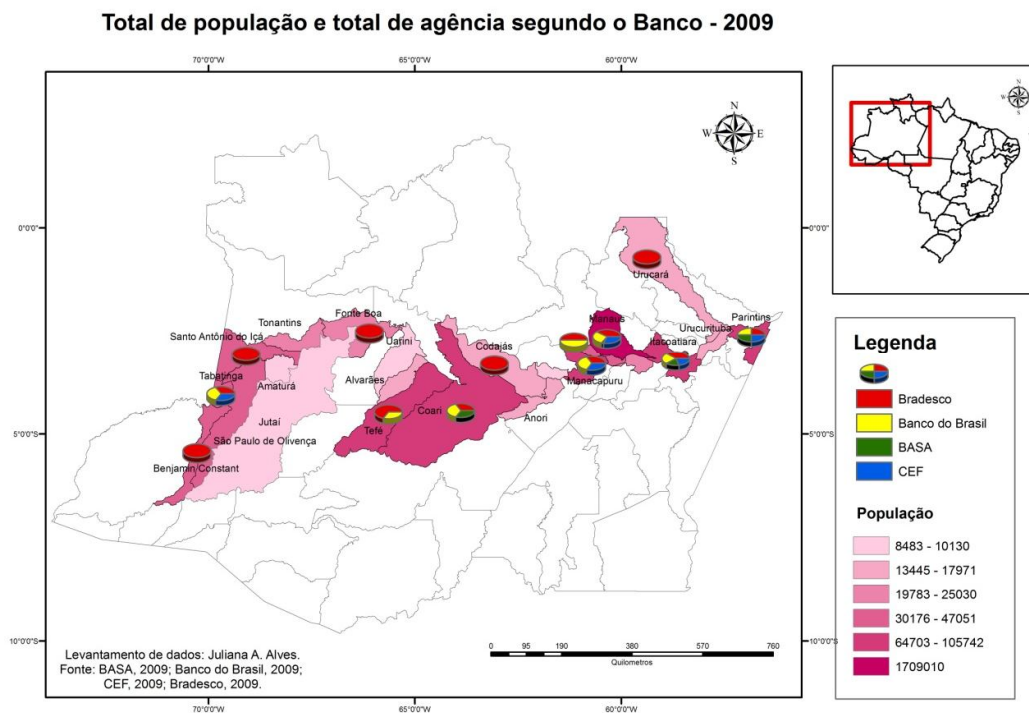
Inicialmente a rede urbana foi articulada em função dos fixos e fluxos de transporte em consequência da exploração dos recursos naturais da região, favorecendo a comercialização, através dos “regatões” e, posteriormente, foi fortalecida por outros elementos que articulariam o intercâmbio entre os lugares. Aliados a rede de transporte fluvial e comércio, que caracterizam toda estrutura urbana no rio Solimões, vinculam-se outras redes (comunicação, através do rádio, telefone e televisão, rede bancária além do transporte aéreo, rede de pescado), que integram as pequenas cidades que compõem a região. Os mapas 6 e7 identifica que o espaço que está diretamente articulado com os grandes centros, comerciais, financeiros, políticos. Sobre a articulação de variadas redes, pesquisadores do

NEPECAB, vem realizando estudos que fundamentam as abordagens sobre rede urbana da calha do Solimões-Amazonas, estes estudos estão voltados para análise dos arranjos institucionais que permitem uma reflexão para a compreensão do urbano no Amazonas (Mapas 6 e 7)

Mapa 6



Mapa 7



Org. ALVES 2011

Atualmente, vários estudos e pesquisas vêm se desenvolvendo, na região do Alto e Médio Solimões, para entender o comportamento e articulações das cidades, principalmente as que se localizam na calha do rio Solimões, percebe-se que houve uma ampliação urbana revigorando os núcleos já existentes, surgindo novos núcleos, graças a uma revalorização comercial. Este processo se intensificou na região oeste da calha do Médio Solimões, área que abrange os municípios de Alvarães, Fonte Boa, Japurá, Juruá, Jutai, Maraã, Tefé e Uarini, principalmente depois dos desmembramentos do município de Tefé. Juntos, esses municípios se articulam em uma rede bem mais coesa, e a Tefé cabe o papel de centro articulador em sua área de influência, ou como descreve Sposito (2007), de “cidade média” com todas as características essenciais para tal definição.

Portanto o que diferencia a rede urbana do Alto e Médio Solimões da rede urbana articulada, particularmente, por Manaus, são os meios de transportes, considerando que houve uma evolução tecnológica do transporte fluvial, em função da velocidade, as distâncias dos lugares fazem parte desta realidade. Os barcos com motores mais velozes encurtaram as distâncias, mas mesmo assim não podem

concorrer com as vias terrestres. Embora as cidades estejam distantes uma das outras, realidade muito diferente das regiões Nordeste, Sul e Sudeste do Brasil, elas mantêm uma conexão e integração do espaço via rio Solimões.

3.1 A rede comercial e a rede urbana em Tefé.

A partir do século XVI, inicia não só a nova expansão continental do planeta, mas, principalmente, o processo de globalização que vai se intensificando, não com as características atuais, permitindo de maneira significativa os fluxos, que se movimentam em um emaranhado de redes, seja de transporte, de comunicação, bancária, facilitando o intercâmbio entre os diferentes lugares.

Neste capítulo será descrita a organização da rede comercial de Tefé e sua atuação nos fluxos da rede urbana do Amazonas, especificamente, na região do Médio Solimões. Primeiramente discutir-se-á, teoricamente a categoria rede, pautada em Corrêa, que já possui uma discussão mais consistente, em nível de Brasil, sobre o tema. No segundo momento se discutirá sobre a formação da rede de comercialização de Tefé e sua atuação hoje, e de que forma contribui para a organização da rede urbana do Amazonas, que segundo Corrêa se estabelece em uma rede dentrítica, pautada na Teoria das localidades centrais, formulada por Christaller, o que define, como já descrito, nos estudos do IBGE(REGIC), do ReCiMe e NEPECAB, e que se encontra incompleta, “em fase de elaboração de novo padrão de articulação interna”(2006). Por último será feita uma consideração pessoal sobre a questão, a partir de quem vive na cidade de Tefé, e participa ativamente do processo, considerando que o mesmo, é articulado não somente a partir da atividade comercial, mas saúde, educação, atividade bancária, além de outras variáveis institucionais.

Do ponto de vista geográfico, para se entender a categoria rede é necessário definir a escala de análise, considerando que o estudo vai desde uma escala local, para uma escala global, considerando que estes diferentes espaços estabelecem relações entre si, ou seja, que os micros espaços se interrelacionam com os macros espaços, em consequência da funcionalidade, que é possível ser verificada a partir dos fluxos existentes.

Segundo Corrêa (2010), a rede urbana da Amazônia é articulada favorecendo um padrão hierárquico, pois as cidades, com exceção das surgidas na segunda metade do século XX, com a implantação das políticas desenvolvimentistas, todas têm um passado histórico, que sustentam sua importância e papel na rede, foram originadas de aldeias que se transformaram em núcleos de povoamento, oriundos de uma missão religiosa ou fortificação militar, principalmente as do Médio Solimões. Desde então já havia uma articulação entre as vilas e cidades que surgiam ao longo da calha do rio principal e tributários, pois segundo o autor:

Uma rede dentríca de localidades centrais caracteriza-se pela origem colonial, ou seja, é no âmbito da valorização dos territórios conquistados pelo capital europeu, que nasce e se estruturam uma rede dentríca (2010), p. 43).

As cidades foram se transformando em consequência das mudanças no processo de ocupação e expansão, que segundo Oliveira (2000), as modificações espaciais estão atreladas ao processo de ocupação humana que foram acentuadas em quatro diferentes momentos, na Amazônia: inicialmente no século XVII, com a expansão portuguesa, seguida pela implantação das políticas pombalinas, no século XVIII, no século XIX com a extração do látex, e, por último, já no século XX, as políticas desenvolvimentistas, embora esta população se apresente dispersa e concentrada e poucos núcleos, ao longo dos rios, isto favorece articulação e o seu papel funcional na rede, uma vez que estes núcleos estão distantes geograficamente.

No primeiro momento, se estabelecia uma ligação com os mais distantes lugares, em consequência da atuação jesuítica iniciada pelos espanhóis, como descreve Albuquerque (1942), que o primeiro lugar, antes de adentrar a região fundada por eles, na pessoa de Samuel Fritz, foi a missão de São Joaquim de Omáguas, posteriormente, outras missões foram fundadas até chegar a Missão de Tefé dos Aizuares. Entre elas destacam-se a de Nossa Senhora de Guadalupe dos Omáguas, São Pedro de Ticuna, São Paulo de Ticuna, desta forma existia uma ligação entre os núcleos de povoamento fundados pelos espanhóis, articulados pelos fluxos de transportes e captura da mão-de-obra indígena, denominada de “descimento”, permitindo uma articulação entre os lugares. Isto exemplifica uma organização em rede. Nas palavras de D’Orbigny:

É em Ega que se encontra, em maior número, aquela classe de negociantes mestiços, chamados brancos, na região, compradores e vendedores de escravos. Zombando da lei pela qual os índios foram declarados livres, estabelecem, no interior, seus balcões e ali continuam o comércio de carne humana. Quando um branco tem necessidade de índios, seja para o cultivo de suas terras, sejam para oferecê-los aos agricultores que lutam com a falta de braços, trata de associar-se com três ou quatro mercadores do mesmo gênero, em nome dos quais, e no seu próprio nome, pede permissão para entrar nas missões indígenas, isto é, subir o Japurá, onde é mais intenso o tráfico de escravos. Obtida a licença, os brancos organizam uma pequena flotilha de canoas e tratam de navegar pelo rio. Nos lugares onde supõem que a floresta esconde uma tribo, deixam as canoas durante a noite, caminham, com guias, até a tribo e surpreendem os índios em suas redes (1976).

A comercialização de escravos indígenas favoreceu o fluxo de informações entre as mais diversas áreas, no vale amazônico. Vale ressaltar que a rede é mais intensa e consistente, permitindo um maior fluxo entre os lugares, em regiões mais desenvolvidas, que dispõem de infra-estrutura adequada e voltada para o mercado internacional, pois este impulsiona a melhoria nos transportes e comunicações, aumentando o fluxo de mercadorias e pessoas. E a região, naquele momento não dispunha dos artifícios para uma intensa movimentação. A participação dos lugares nesta articulação vai de pequena, média e grande, dependendo de sua função, configurando uma rede urbana dentríca de centros, que perpetuará com maior intensidade, durante o período áureo da borracha, como exemplifica Corrêa (2010), com a rede de Floriano, no Piauí e Maranhão comparando com a rede da Amazônia, através do sistema de “aviamento” regional.

Percebe-se que as redes não surgem por acaso, são frutos do trabalho humano, em espaços e tempos distintos, com uma diversidade de ação. Estas ações influirão na funcionalidade do local e sua importância na rede. Independente das funções, os lugares centrais tornam-se nós na rede, que conforme Corrêa:

Cada cidade da rede participa de algum modo e intensidade, pois suas necessidades estão vinculadas à produção, circulação e consumo, que favorece a existência de vários pontos, gerando o aparecimento de novos fluxos. Portanto a funcionalidade da cidade não está relacionada “a divisão territorial do trabalho”, mas o papel que cada uma exerce na rede urbana (2006, p. 30).

Portanto as cidades do Amazonas estão articuladas em consequência de sua funcionalidade, ou seja, do papel que exerce na rede, através das atividades bancárias, comércio, serviços, saúde, educação, etc. No caso específico de Tefé, a função de “entrepósito comercial” sempre a privilegiou na estruturação urbana do

estado, se apropriando da produção externa para consumo interno e circulação entre as cidades ao seu entorno, como descreve Eliseu Reclus, em suas anotações sobre o Brasil:

Tefé goza de [...] excelente posição comercial, no centro de uma rede de vias navegáveis, amplitude do porto formado pela lagoa profunda em que se despeja o rio Tefé, antes de unir-se ao Amazonas. Demais, é um encantador sítio de morada: cada casa tem seu laranjal, seu bananal, seu reservatório de tartaruga. Defronte, na margem ocidental da lagoa, está a vila de Nogueira, famosa em toda a Amazônia por sua louça decorada de desenhos geométricos. (1899, p. 108-110).

Esta característica de “entreposto comercial” foi responsável, também pela estruturação de outros meios, uma vez que o espaço geográfico é permeado por uma complexa mistura de redes e fluxos que interligam os mais remotos lugares, sendo percebido com maior ou menor intensidade.

Segundo Corrêa (2006), a rede urbana não obedece a um único padrão, uma vez que o espaço vai sendo transformado moderadamente e que seu estudo não pode ser feito como se fosse único. Não se pode comparar a rede urbana do Sudeste brasileiro com a da Amazônia e traçar um mesmo perfil, pois a que se considerar que o processo de ocupação e transformação espacial foi distinto, isso aliado a fatores, localização, produção e circulação entre esses dois recortes espaciais.

Portanto, percebe-se que o espaço brasileiro, dentro de sua complexidade socioeconômica e ambiental, produz uma articulação em rede também complexa, de difícil padronização. Todavia, ao analisar o recorte espacial Amazonas, no primeiro momento de ocupação até, precisamente, a década de 1960, percebe-se que sua estruturação em rede caracteriza o que Corrêa denomina de “padrão dentrítico”(2006), considerando que Manaus, comandava, com maior ou menor intensidade, todas as cidades do estado, fomentando uma integração interna

A integração entre os lugares é a principal característica da rede, e também tem o papel de definir o padrão da rede urbana. O tempo, aliado à produção e circulação, é a variável que proporcionará a integração espacial. Isto é percebível no Amazonas, desde o período de ocupação portuguesa, até a segunda metade do século XX, quando no estado, surgem as primeiras articulações via estrada de rodagem, que anteriormente só era desenvolvida pelas vias fluviais, que ainda

predomina na integração no Médio Solimões, principalmente, na região oeste da calha.

A integração das cidades do oeste da calha do Médio Solimões permite uma interconexão que identifica ou define a importância da cidade na rede, ou seja, não se pode dizer que uma determinada cidade tenha mais importância ou não que outra, na rede, mais as variáveis institucionais presentes no local, viabilizam sua função. Esta organização em rede, segundo Corrêa é analisada a partir das dimensões organizacional, temporal e espacial (2010). Então facilita entender que as cidades podem ou não perder sua importância, na rede, ou então ter uma função diferenciada, ou ainda, consolidar sua função, contemplando a natureza social do espaço, considerando que a ação humana é diferenciada, tornando o espaço também diferenciado, como descreve Mattos (1854) sobre a articulação intra regional:

É a vila mais comercial da Província. Estima-se no valor de cem contos de réis as mercadorias estrangeiras importadas do Pará, das quais uma grande parte é vendida no litoral de Loreto. O rio Tefé é de água preta, e como o Coari, abre em uma vistosa baía de duas léguas de largura. Tem sido navegado sem obstáculo algum por muitos dias. Os únicos índios que ainda habitam suas margens são os Catuquinas.

Esta função remonta a sua origem. Como se sabe grande parte de sua produção para a comercialização era oriunda das vilas e cidades vizinhas, e lugares mais distantes como Pará e Loreto (Peru), permitindo uma articulação e integração econômica na região, que de acordo com Anísio Jobim:

As outras vilas e cidades do interior, sobranceando rios e lagos, pouca ou nenhuma importância têm, como obra de arte, ou como empório de comércio, como centro de vida e de agitação de trabalho. Desde a fundação da Província até hoje, o progresso dessas unidades coletivas tem sido moroso, lento, retardado. Alguns vilarêtos esboroam-se em ruínas.[...] Todavia, é preciso abrir uma exceção para duas ou três cidades, e entre estas figura a *urbs*.[...] É que o município de Tefé tem vida e um grosso movimento comercial...(1937, p.10-12).

Embora Tefé, tenha se transformado em um “empório comercial” desde o período de ocupação portuguesa, esta característica se intensificou nas últimas décadas do século XIX e início do século XX, em consequência da produção para o mercado externo e diverso. Esta atividade lhe rendeu substantivos econômicos que

firmaram sua característica comercial, pois a extração do látex da seringueira e da castanha-do-pará fomentou a economia e a articulação entre os mais remotos lugares na região. Esses produtos sempre comercializados em grande escala, propiciaram um mercado efervescente, considerando que os primeiros comerciantes provinham de outros países e, que aqui se instalaram e prosperaram. Então, para um pequeno meio como Tefé, o movimento comercial era bastante desenvolvido, onde é percebida três casas comerciais de certa importância, que eram as firmas: Túlio & Irmão, Abel & Irmão, e José Antônio Háten, havendo também pequenos estabelecimento, menos favorecidos. Os grandes comerciantes compravam os produtos extrativistas e enviavam para Manaus que seguia para o mercado externo. Segundo Ester Rezala (viúva do Senhor Jorge Rezala) e Roberto da Silveira (empresário de hotelaria), a articulação comercial nesta região era fortalecida com o comércio exterior, e as cidades ou áreas produtoras mantinham um intercâmbio consistente com as áreas exportadoras.

Os rios, neste processo, são de suma importância, pois as grandes embarcações à vapor realizavam o transporte da mercadoria, da mesma forma que traziam os produtos industrializados. Os produtos do extrativismo animal (pirarucu), a castanha-do-pará, a sorva e a seringa, na maioria das vezes, eram comercializados diretamente com Belém do Pará, através dos navios: Marapata, Teolinda e Dez. Todavia, percebe-se que os mais deferentes lugares estabelecem relações entre si, neste caso, em consequência da produção do capital, com base na produção primária, impulsionando uma melhoria na infra-estrutura viária, propiciando uma melhor articulação²⁶.

Neste período, o sistema de “aviamento” facilitou o acesso aos lugares mais remotos, em consequência da troca ou comercialização dos produtos, intensificando o intercâmbio comercial. Na cidade de Tefé este sistema foi articulado entre os imigrantes, que se tornaram grandes comerciantes, existindo então, as “casas aviadoras e exportadoras”, que segundo Pessoa (2007), comprava toda a produção dos seringais e mandavam para o exterior, fornecendo mercadorias para os seringais, e localizavam-se em Manaus, entre elas destacam-se: J.G.Araújo, IB. Sabbá, Mansur Cheuam. Junto as casas aviadoras existiam as firmas que atuavam

²⁶ Dados coletados em pesquisa de campo (06/2010).

nas sedes dos municípios, que contratavam os seringueiros e forneciam-lhes os mantimentos mais essenciais, em Tefé a firma que se sobressaiu foi a Hatem & Cia, que posteriormente foi administrada pelo senhor Jorge Rezala, que se tornou o segundo maior latifundiário do Amazonas, segundo uma reportagem da revista “O Cruzeiro”, em 1972. Para sustentar as casas aviadoras existiam os “barracões dos seringais” administrados pelos “gerentes dos seringais”, que aviavam mais de cem seringueiros, fornecendo os mantimentos a crédito. No centro desse sistema existia o “regatão”, comerciante ambulante que ia comercializando os produtos ao longo das margens dos rios. Em um primeiro momento, os regatões utilizavam canoas a remo, posteriormente, surgiram os barcos motorizados. Este personagem se tornou o principal agente articulador do espaço amazônico, favorecendo uma maior comunicação entre os diferentes lugares.

Com o crescimento econômico regional, proporcionado pela atividade extrativa descrita, favoreceu a abertura do rio Amazonas para o comércio que impulsionou a criação de várias companhias de navegação, entre elas a Companhia de Comércio e Navegação da Amazônia, criada pelo Decreto de nº 1037 de 30 de agosto de 1852, permitindo a circulação de grande quantidade de “gaiolas”. O primeiro “gaiola” que aportou em Tefé, foi o Marajó, que fazia linha de Manaus até Nauta, no Peru. De acordo com Souza (1989), em 1850 passou pela cidade um vapor com bandeira espanhola, procedendo do Peru, permitindo comunicação direta com a região do Alto Solimões. A partir daí, surgiram outras embarcações que facilitaram uma maior articulação entre o Baixo e o Alto Solimões, permitindo a Tefé, o elo entre as duas regiões. Nesta descrição do processo de navegação, os “gaiolas” foram substituídos pelos “recreios” com transporte de cargas e passageiros. Diversos “recreios”, cada vez mais velozes, foram surgindo, e alcançando não mais só Tefé, mas as cidades vizinhas, permitindo uma maior ligação e aproximação dos lugares²⁷.

Com a sazonalidade das águas, as embarcações de grande calado, encontram dificuldade de aportarem na cidade, principalmente as que se originam de Manaus, permitindo o desembarque de passageiros e mercadorias, através das “catraias”, ou então descarregando na Barreira da Missão, que dá acesso à cidade

²⁷ Dados coletados em pesquisa de campo (06/2010).

pela Estrada da EMADE, e os passageiros que têm outros destinos, como Alvarães, Uarini, Fonte Boa, buscam as pequenas lanchas, que ficam ancoradas nos flutuantes que localizam-se, no lago²⁸.

Por via fluvial, os maiores problemas ocorrem durante a vazante, pois aparecem os bancos de areias, e nesta região os rios não são tão profundos. Percebe-se que mesmo com as dificuldades impostas pela natureza, o homem sempre busca meios para manter-se conectado e integrado à rede, neste caso a rede urbana do Amazonas, tendo Tefé como uma localidade central.

O crescimento econômico, proveniente da atividade comercial, e sua posição estratégica, no estado do Amazonas fizeram com que fosse implantado um aeroporto, facilitando um intercâmbio entre Manaus/Tefé/Iquitos (Peru). Portanto o transporte aéreo foi introduzido para manter esta articulação e integração no espaço amazônico. Segundo Souza (1989), o primeiro avião que chegou a Tefé, foi um Catalina, pertencente a Companhia Aérea Panair do Brasil S/A, em 1941, que fazia linha entre Manaus e Iquitos, com escalas em diversos lugares, passando por Tefé em determinado dia e retornando no outro, o avião era hidro, aquatizando no lago, em frente a cidade, chamando a atenção da população, que se reunia para observar a novidade. O objetivo da vinda do Catalina era inspecionar lugares para consolidar a viação aérea entre Manaus e Iquitos. Com a construção do aeroporto, os Catalinas deixaram de operar sendo substituídos pelos Douglas DC-3, com maior capacidade de passageiros, que mais tarde deram lugar para os Boings 737, da Companhia Varig/Cruzeiro, que inicialmente disponibilizava de três vôos até Tefé, e dois à Iquitos (Peru), favorecendo a denominação de Aeroporto Internacional. É importante destacar a presença de várias companhias aéreas como a TABA, a TAVAJ, a RICO, na cidade, proporcionando emprego, além do fluxo de passageiros e informações vindos de Manaus e outros lugares do Brasil e do Mundo, pois com o transporte aéreo foi possível a circulação de jornais vindo da capital.

Quanto ao transporte rodoviário, a cidade não dispõe de estradas longas ou intermunicipais, pois existem apenas três estradas que interligam as zonas, rural e urbana: a Estrada do Aeroporto, com 6 km, a Estrada da Agrovila com 16 km, e a

²⁸ Idem.

Estrada da EMADE, com 21 km, todas pavimentadas, mas sem constante manutenção, muitas vezes em decorrência das chuvas são abertas várias crateras ao longo das estradas, dificultando o tráfego, principalmente dos agricultores, que utilizam os ônibus municipais para o transporte de suas produções²⁹.

Portanto, é possível afirmar que as políticas desenvolvimentistas implantadas na Amazônia, a partir da década de 1960, facilitaram a penetração do capital externo, pela implantação das rodovias estaduais/nacionais e megaprojetos agro minerais, de assentamento e industrial, não consolidaram uma integração mais consistente, permanecendo a parte Ocidental, esquecida dos projetos de desenvolvimento, principalmente a porção oeste da calha do Médio até o Alto Solimões. Embora fora, a região permanece articulada e interconectada, favorecendo a organização espacial do estado, em rede. Uma rede articulada a partir do comércio e serviços, além da articulação fluvial e aérea, permitindo conexão mais coesa. Sendo, portanto, integrada a rede urbana do estado do Amazonas.

4.2 Tefé como “Cidade Média de Responsabilidade Territorial³⁰”

Como descrito anteriormente, a produção da economia gomífera, foi responsável pelo revigoração de alguns núcleos de povoamento, que mesmo com a estagnação da borracha, conseguiram permanecer como centros difusores do comércio que estava voltado para a extração dos produtos da floresta, como descreve Dias apud Corrêa:

Tais núcleos, futuras sedes municipais, eram, em sua origem, pontos de comércio, por serem sedes de seringais. Todas ribeirinhas; todas em confluência de rios. Em terra firme ou várzea alta, constituíram-se, naquela época, em pontos ideais para a concentração da produção da borracha de uma pequena bacia hidrográfica, subsidiária dos grandes eixos transversais ao Amazonas (2006), p. 207).

²⁹ Dados coletados em pesquisa de campo

³⁰ O termo responsabilidade territorial utilizado neste sentido é oriundo da palestra do geógrafo Jan Bitoun “Observar em redes: implicações políticas, geopolíticas e técnico-científicas” realizada no Seminário Internacional Cidades na Floresta, em 01 de dezembro de 2006, Belém.

Com esta característica surge Tefé, nesta região, como um grande “empório comercial”, inicialmente controlado por imigrantes que lá se estabeleceram, construindo seus estabelecimentos comerciais sortidos de produtos industrializados que eram trocados pelos produtos florestais, e que mantinham um intercâmbio com os mais remotos lugares da região, e foram responsáveis pelas melhorias urbanas na cidade, que lhe rendeu o título de “Princesa do Solimões”, por ter abrigado a sede da Prefeitura apostólica, já em fins do século XIX e início do século XX, que de acordo com Teobaldino de Souza apud Albuquerque (1942, p.21), Tefé:

Está situada em uma península formada pelo Igarapé Xidaruni, afluente do rio Tefé, e pelo lago de Tefé, que forma no litoral uma encantadora baía, marginada por uma praia de areia muito alva e macia. Esta península, plana para Norte e Leste, é consideravelmente acidentada para o Sul e Oeste, formando inúmeras colinas, onde se respira um ar fresco e saudável. [...] As ruas estreitas e nem sempre dispostas em linha recta, são cobertas de um capim baixinho e compacto, semelhando a um tapete verde-claro que mão de fada viesse estender por cima delas[...] As habitações, quasi todas térreas, são geralmente construídas de taipas ou de tijolos, e cobertas de telhas de barro, e uma outra de telhas de zinco. Há, entretanto, mesmo dentro da Cidade, algumas habitações muito primitivas. [...] Os prédios que mais avultam pela fôrma airosa de construção e pelos cômodos que oferecem são os seguintes: o Seminário dos Padres do Espírito Santo, anexo ao prédio da Prefeitura apostólica, que é o melhor edifício de toda a Cidade, e também o mais belo; o Convento das Irmãs Franciscanas, o edifício da Prefeitura Municipal, um sobrado onde funciona Oo Correios e Telégrafos, a Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, o Sobrado do Snr. M. A. da Silva Retto, dividido em duas partes, em baixo a casa de morada e comércio e em cima, Consulado da Colômbia, o chalé do Snr. Tércio Castelo Branco, o palacete do nr. Gabriel Ribeiro, a casa do Snr Soares de Pinho, a do Snr José Antônio Hátem e pouco mais. Importa salientar ainda o Mercado público e a Coletoria.

Esses equipamentos urbanos só contribuem para mascarar um urbano que foi se constituindo em função da migração e comercialização dos produtos industrializados, pois Tefé permanecia com as características rurais, adquirida desde o tempo da ocupação portuguesa. O fenômeno urbano vai se estendendo sobre o território a partir da concentração populacional que foi aumentando em consequências dos arranjos institucionais que foram se instalando, oferecendo serviços para as cidades que mantinham já uma ligação comercial passada. Portanto esses novos arranjos transformam a cidade dando um caráter de uma maior funcionalidade, isto resultante dos novos sujeitos que irão redefinir as redes de circulação e consumo, que serão responsáveis pela centralização da cidade, como o IBGE, que a classifica como um centro sub-regional, concentrando as principais atividades, na região, particularmente a atividade comercial, que se

intensificou pelas exigências dos consumidores que levou a ampliação das relações não só mais internas, mas principalmente externas.

Com a ampliação e fortalecimento das relações, houve a necessidade de uma maior articulação com o mercado nacional, via Manaus. Principalmente, pós implantação da Zona Franca de Manaus, pois a cidade passou por uma reestruturação urbana expandindo seu sítio urbano, em consequência da população que se dirigia para Tefé, em busca de melhores oportunidades, principalmente, na área de educação e saúde, que desde o século XIX, se tornou um centro de referência resultante dos trabalhos dos padres Espiritanos, atraindo um grande número de pessoas provenientes de comunidades rurais vizinhas que foram se instalando proporcionando um aumento populacional e expansão urbana.

Hoje a cidade conta com uma rede de ensino bem diversificada, indo desde o Ensino Básico ao Ensino Superior. Este segundo, ocorreu graças a atuação do Projeto Rondon, em convênio com a Universidade Federal de Juiz de Fora iniciando os cursos de Licenciaturas, atraindo estudantes de vários municípios o Amazonas, principalmente de Manacapuru e Itacoatiara, cidades mais próximas de Manaus. Atualmente temos a Universidade do Estado do Amazonas-UEA, também oferecendo cursos de licenciaturas e bacharelado. A atuação da UEA, na cidade de Tefé, só fortalece ainda mais esta característica de localidade central, e fomentam sua categorização de cidade média, nos padrões descritos por Sposito (2008), na região do Médio Solimões.

Percebe-se que não só o comércio favorece esta centralidade, outros elementos articulados, contribuem para que a rede urbana possa fluir proporcionando acessibilidade a todas as variáveis que constituem uma área urbana. Segundo Corrêa (2010, p. 124): A concentração de atividades [...] representa a maximização de externalidades, seja de acessibilidade, seja de aglomeração. [...] e ainda hoje, para muitas atividades, uma localização ótima, racional permite uma maximização de lucros”. Portanto, essa acessibilidade e aglomeração permitiram que a cidade se transformasse em uma área de fixos e fluxos que viabilizasse a atração populacional caracterizando-a como “cidade média de responsabilidade territorial”, tipologia proposta pelos pesquisadores do

NEPECAB, pautados metodologicamente, na Rede de Pesquisadores das Cidades Médias (ReCiMe), que segundo Marinho e Schor:

Essa tipologia pode tomar rumo de uma construção de tipos idéias de estilo Max Weber (Economia e Sociedade) ou pode simplesmente reconhecer padrões de funcionamento e de dinâmica urbana e caracterizá-los em tipos. É dessa segunda alternativa, a classificação que relaciona semelhanças e diferenças e a tipologia que reconhece padrões, que se estende o estudo da tipologia urbana para a Amazônia (2009, p.88).

Um desses padrões de análise é a prática comercial, sendo favorecida pelo pela aglomeração urbana, passando por uma grande transformação, pois o comércio que era realizado a partir das trocas de produtos florestais por produtos industrializados, foi sendo substituído por um comércio diverso. Em consequências das exigências do consumidor os estabelecimentos comerciais foram se adequando a esta nova demanda que continua crescendo, principalmente as lojas de móveis e eletrodomésticos, que estão ligadas a uma rede de lojas, originárias de Manaus, como é o caso da Loja Esplanada, e outros produtos que são vendidos em forma de franquias, como é o caso do Boticário. Então a atividade comercial além de ter mudado sua característica tradicional, foi responsável pela inovação de mercado. O comércio aliado a outros serviços como: hotelaria, restaurantes pizzarias, danceterias, sindicatos e associações, delegacias, saúde, educação, transporte (aéreo, fluvial e intra urbano), Forças Armadas Brasileira, funerária, internet, gestão territorial etc., e forma como se articulam na cidade e entre as cidades da região só culminam para uma categorização urbana diferenciada, da que foi estabelecida pelo IBGE.

A aglomeração contribuiu com a expansão urbana, fazendo surgir vários bairros para atender este contingente populacional, que busca na cidade de Tefé, meios investimentos e sobrevivência. Estes bairros são criados a partir de ocupação ilegal ou desapropriação de terras dos grandes latifundiários da cidade, além de loteamentos particulares. O mercado imobiliário na cidade cresceu em decorrência da implantação da 17ª Brigada de Infantaria de Selva, Universidade do Estado do Amazonas e outros serviços que o lugar oferece.

Atualmente, com a descoberta da jazida mineral do Ingá e São Mateus, no rio Tefé, este mercado tende a aumentar com a atuação das empresas prestadoras de

serviços aliadas a PETROBRAS, aumentando ainda mais a responsabilidade que Tefé adquiriu ao longo dos anos, de articulação socioeconômica nesta região.

Portanto, o foco deste trabalho é mostrar que a rede urbana da região oeste da calha do Médio Solimões, articulada por Tefé, tem se fortalecido e se articulado através dos fluxos e fixos, associados ao dinamismo de mercadorias e pessoas que ocorre diariamente entre as cidades que constituem a região, e entre estas e o mercado externo a partir de Manaus, que de acordo com Corrêa (2006 p 148):

Os estudos sobre articulação no âmbito do espaço urbano dizem respeito a temas como o deslocamento de consumidores, a jornada de trabalho, e as interações interindustriais, entre outros. Têm sido realizados com cunho eminentemente funcionalista, como no caso dos estudos sobre fragmentação do espaço urbano, têm apresentado fortes vinculações com o sistema de planejamento urbano.

Partindo dessa análise, a proposta de uma tipologia urbana para a realidade amazonense, é caminhar em busca de propostas teórico-metodológicas específicas ou que se adéquem ao espaço local, pois como se percebe, o espaço urbano é um todo fragmentado, compondo áreas distintas que merecem um estudo particularizado, para, no entanto, encontrar formas que viabilizem uma definição, ou a elaboração de conceitos mais específicos, ou seja, não se deve homogeneizar o espaço urbano e definir um perfil padronizado como se observa a hierarquização urbana proposta pelos especialistas do IBGE. Para chegar a tipologia de “cidade média de responsabilidade territorial” foi necessário recorrer à história de Tefé, e identificar se os arranjos institucionais permaneceram, desapareceram ou se transformaram durante os seus 156 anos de existência, pois segundo Castro (2001 apud Costa Junior e Schor, 2010): “Nesse sentido, mais importante do que saber quanto muda, é compreender o que muda e como muda”, e entender se esta mudança afeta ou não as relações entre as cidades que compõem a rede urbana.

Considerações finais

A urbanização é um processo que viabiliza a aproximação dos lugares, em função das trocas, fortalecendo uma relação de dependência, que independente da função de cada lugar, contribui para as mudanças mais expressivas do tecido urbano de qualquer lugar. Entender o espaço urbano do Amazonas requer uma análise aprofundada e sistematizada, uma vez que é diferenciado pela rede de drenagem e pelo processo de urbanização tardio que se processou a nível nacional e que, particulariza a Amazônia, considerando que sua economia teve como base o infinitivo de suas terras e dos recursos naturais. Os rios como recursos, são as estradas que interligam todos os lugares e os transformam em importantes “nós” em uma rede urbana hierarquicamente organizada, sendo estes “nós” caracterizados como cidades pequenas, médias e grandes, ou centros sub-regionais (REGIC) ou ainda, como “cidade média de responsabilidade territorial”(NEPECAB), caso específico de Tefé.

A classificação “cidade média” é viável em decorrência das variáveis e parâmetros definido por Sposito (2008), considerando que os mesmos, distribuídos em diferentes eixos, facilitam uma análise de complementaridade que permeiam a caracterização das cidades. Segundo a autora, estas variáveis distribuídas em ramos de atividades econômicas, dinâmica populacional, equipamentos de infraestrutura e condições de moradia, articuladas definem papel das cidades médias em uma região ou na rede urbana. Partindo da análise dos dados foi percebida a disponibilidade dos equipamentos urbanos na cidade de Tefé e a utilização destes pelas cidades vizinhas, ou seja, Tefé disponibiliza os serviços para outras cidades, uma vez que estas não dispõem de tais equipamentos, caso verificado sobre as atividades: bancária, previdência social, universidade, etc. A presença desses e outros equipamentos urbanos e a articulação deles, fortalecem a caracterização de “cidade média”, sendo percebida sua centralidade na região do oeste do Médio Solimões,

Esta centralidade foi reconhecida pelo que o IBGE priorizou no seu conjunto de análise, sendo as prioridades: a gestão de território vinculada a uma gestão federal e empresarial, a ligação entre as cidades e as dimensões das regiões. Ao analisar as proposituras definidas pelo IBGE, reconhecemos a presença ou não

deles na cidade de Tefé e a ausência nas cidades ao seu entorno, esta ausência possibilita uma articulação direta entre as cidades, principalmente as mais próximas. Esta proximidade proporciona uma forte influência de Tefé sobre a região definida pela dimensão. Desta forma, consagrando a cidade como um centro polarizador, ou melhor, caracterizando como um centro sub-regional.

Utilizando-se das duas propostas descritas, os pesquisadores do NEPECAB, definiram um conjunto de variáveis institucionais, que compõem uma planilha favorecendo uma pesquisa mais detalhada sobre as cidades da calha, analisando a disponibilidade e a articulação dos equipamentos. Partindo da análise destes, foi possível elaborar uma tipologia para as cidades do Amazonas, caracterizando Tefé como uma “cidade de responsabilidade territorial”.

Neste contexto, é viável a caracterização de Tefé como “cidade média de responsabilidade territorial”, que diferente da configuração urbana das cidades ligadas pelas estradas, os rios da Amazônia desenharam uma estrutura urbana um pouco diferenciada, privilegiando algumas cidades e tornando outras dependentes socioeconomicamente, principalmente, em função das dificuldades básicas de infraestrutura, saúde, educação e amparo governamental. Partindo desta análise, percebe-se a influência que a cidade de Tefé exerce sobre as cidades vizinhas, proporcionando uma maior aproximação e uma integração mais coesa na rede urbana do oeste do Médio Solimões-Amazonas, em função da oferta de serviços e comércio, considerando ainda que é uma das cidades mais antigas do Estado, participa de uma rede muito consistente e articulada da produção de pesca e sua posição geográfica, pois localiza-se no meio da calha.

Todavia, a análise dos arranjos institucionais e das variáveis econômicas possibilitaram a elaboração de uma tipologia específica para o Estado, não descartando o que instituições como IBGE e ReCiMe produziram, mas reconhecendo que a região Amazônica, necessita de um estudo mais particularizado, e que as cidades desempenham, dentro de uma hierarquia nacional, os mesmos papéis, não com a mesma intensidade, pois segundo o IBGE, depende muito da área de influência e da dimensão da região.

A análise dos arranjos institucionais, segundo Marinho e Schor (2009), foram responsáveis pela classificação das cidades localizadas ao longo da calha do Solimões-Amazonas, caracterizando Tefé assim como Parintins, de “cidade média de responsabilidade territorial”, sendo que as duas cidades localizam-se em regiões distintas, tendo como elo principal, a cidade de Manaus.

O resultado deste estudo é fomentar o que os pesquisadores do NEPECB vêm desenvolvendo ao longo dos quinze anos de atuação no Estado, sobre a urbanização e uma tipologia mais específica. O estudo sobre a variável econômica do município de Tefé é só um dos vários arranjos institucionais que servem como base para a elaboração de uma tipologia específica para a rede urbana do estado, e visa contribuir para identificar a funcionalidade do município na rede, além de aperfeiçoar outros estudos já feitos.

Entretanto, ainda são necessários estudos sobre todas as cidades do Amazonas, principalmente as que formam a região em questão, a partir de quem vivencia o lugar e a análise de suas particularidades, para contrapô-las com os estudos existentes, fazendo uma ressalva de que os resultados das pesquisas sejam efetivamente de qualidades, para posteriormente confrontar os dados e consolidar a proposta do NEPECAB para a estruturação urbana do Amazonas.

Referência Bibliográfica

ALBUQUERQUE, P. Manuel R. e. **Tefé e os missionários Espiritanos**. Tefé. Tipografia da Prefeitura Apostólica, 1942.

BATES, Henry Walter. **Um naturalista no rio Amazonas**. Tradução Regina Régis Junqueira: apresentação Mário Guimarães Ferri. Belo Horizonte. Editora Itatiaia, São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1979.

BECKER. B. K.. **Uma proposta para a reflexão sobre região**. Encontro Nacional de Geografia, 6., Campo Grande. Anais....Campo Grande 1986 p. 45.

BEZZI, Meri Lourdes. **Região: uma (re) visão historiográfica – da gênese aos novos paradigmas**. Santa Maria: Ed. Da USM, 2004.

BILLACRÊS, M. A. R. e SCHWADE, T. M. M., **Arranjos produtivos no rio Solimões**. XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária, São Paulo, 2009: p. 1-13.

BOUDEVILLE, J. R..**Desenvolvimento polarizado e planejamento regional**. Boletim Geográfico. Rio de Janeiro, V. 32, n. 237. P. 05-15, Nov./dez., 1973.

BRUM, Argemiro J.. **O desenvolvimento econômico brasileiro**. 24ª Edição. Editora Vozes, 2005.

BULHÕES, Miguel Guimarães. **Divisão do Brasil em Meso e Microrregiões Geográficas**. v. 2, t. 1. Pg. 29-49. Biblioteca virtual do IBGE.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A (Re) Produção do Espaço Urbano**.^a Ed. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

_____.**Novos caminhos da Geografia**. São Paulo: Contexto, 1999.

CORRÊA, R. L.. **Região: a tradição geográfica**. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 1995.

_____.Construindo o conceito e cidade média. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão, (org.). **Cidades médias: espaço em transição**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

_____. **Estudos sobre a rede urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

COSTA JUNIOR, W. R. e SCHOR, T. **Espaço, cultura e o urbano para além dos limites metodológicos dos estudos sobre a rede urbana na Amazônia dos grandes rios**. PLURIS, 2010.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 33 ed. - São Paulo: Companhia e Editora Nacional, 2004.

- HARTSHORNE, R. **Questões sobre a natureza da Geografia**. Rio de Janeiro. Instituto Panamericano de Geografia e História, IPGH, Comissão de geografia, 1969 (Textos básicos 4).
- HARVEY, David. **Espaços de Esperança**. Tradução Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2004.
- HAESBAERT, Rogério. **Regional-Global: dilemas da Região e da Regionalização na Geografia Contemporânea**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- IBAMA. **Amazônia: uma proposta interdisciplinar de Educação Ambiental – Temas Básicos**. Brasília, 1994.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Regiões de Influência das Cidades – 2007**. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.
- JOURNAL: Le Tour Du Mond, t 15, 1867 Premier Semestre, Librairie Hachette ET C . Paris, Boulevard Saint-Germain, 79. p. 125. Acervo do Seminário São José. Tefé.
- LEFEBVRE, Henri. **A cidade do capital**. Tradução de Maria Helena Rauta Ramos e Marilena Jamur. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.
- LENCIONI, S. **Região e geografia**. São Paulo: EDUSP, 1999.
- _____ 2006 Da cidade e sua região à cidade-região. In: SILVA, J et al. (orgs.). **Panorama da Geografia Brasileira**, São Paulo: Annablume e AGB,
- LIPPI, Valéria Martins. **Amazonas: Geografia** – São Paulo: FTD, 2001.
- MARINHO, Thiago Pimentel e SCHOR, Tatiana. **Segregação socioespacial, Dinâmica populacional e rede urbana na cidade de Parintins**. GEOGRAFARES, nº 7, 2009.
- NOGUEIRA, Ricardo José Batista. **Amazonas: a divisão da “monstruosidade geográfica”**. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2007.
- PAVIANI, A.. **Dinâmica regional e os desafios para a regionalização**. Boletim de Geografia Teórica. Rio Claro, v. 22 nº43/44 p. 368-374, 1992.
- PESSOA, Protázio Lopes. **História da Missão de Santa Teresa D’Ávila dos Tupebas**. 1ª Ed. Manaus. Editora Novo Tempo. LTDA, 2007.
- PONTES FILHO, Raimundo Pereira. **Estudos de história do Amazonas**. Manaus: Editora Valer, 2000.
- PRADO JUNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- RIBEIRO, Raimundo Colares. **Viagens à “corte do Solimões”** – Manaus. Gráfica REX. 1996.

SANTOS, Milton. **Metamorfose do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988.

_____. **A natureza do Espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção**. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

_____. **Modo de produção técnico-científico e diferenciação espacial. Território**, Rio de Janeiro, UFRJ-Garamond, n.6, 1999.

SCHAEKEN, Raimunda Gil. **Tefé, minha saudade** – Manaus: Imprensa Oficial do Amazonas, 2004.

SCHOR, Tatiana. **Ciência e tecnologia: o caso do experimento de Grande Escala da Biosfera-Atmosfera na Amazônia(LBA)**. São Paulo: Annablume; Fapesp; Anppas, 2008.

_____. e COSTA, Danielle Pereira da. **Rede urbana na Amazônia dos grandes rios: uma tipologia para as cidades na calha do rio Solimões-Amazonas – AM**. Anais do X SIMPURB, Florianópolis, 2007.

_____. e MORAES, A. O. O papel dos núcleos urbanos na manutenção da vida.. In: Gustavo Viera Peixoto Cruz; Saulo Andrade. (Org.). **Rio Negro, Manaus e as Mudanças no Clima..** São Paulo: Instituto Sociambiental, 2008, v. , p. 47-52.

_____. e COSTA, D. P.; OLIVEIRA, J. A.. Cidades, rede urbana e desenvolvimento na Amazônia dos Grandes Rios. In: TRINDADE Jr., Saint-Clair Cordeiro; CARVALHO, Guilherme; MOURA, Aldebaran; GOMES NETO, João. (Org.). **Pequenas e médias cidades na Amazônia**. Manaus: FASE/UFPA, 2009, v., p. 35-58.

SILVA, Alexandre Donato da. **Geotecnologias e a problemática dos resíduos sólidos urbanos em Tefé – AM** - Manaus: UFAM, 2009.

SOJA, Edward W..**Geografias pós modernas: a reafirmação do espaço na Teoria Social**. Tradução [da 2ª Ed. Inglesa], Vera Ribeiro; revisão técnica Berta Becker, Lia Machado – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993.

SOUZA, Augusto Cabroliê Gonçalves de. **Síntese da História de Tefé**. Tefé, 1989.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **A B C do desenvolvimento urbano**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

SPOSITO, Eliseu Savério, (org.).**Produção do espaço e redefinições regionais**. Presidente Prudente: UNESP/FCT/GAsPERR, 2005.

_____. **Geografia e Filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão, (org.). **Cidades médias: espaço em transição** .São Paulo: Expressão Popular, 2007.

